



Assembleia Municipal de Santo Tirso

VB
[Signature]

DATA DA REUNIÃO: VINTE E TRÊS DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS. -----

LOCAL DA REUNIÃO: NAVE CULTURAL DO EDIFÍCIO MUNICIPAL DENOMINADO FÁBRICA DE SANTO THYRSO, SITO NA RUA DR. OLIVEIRA SALAZAR, N.º 88, SANTO TIRSO. -----

PRESIDIU: DR. FERNANDO BENJAMIM DE OLIVEIRA MARTINS.-----

SECRETARIARAM: CARLA ALEXANDRA ABREU MAIA DO AVE E DIOGO ALVES MOREIRA DA ALMEIDA E SILVA.-----

PRESENÇAS E FALTAS: -----

MEMBROS ELEITOS DIRETAMENTE: -----

FERNANDO BENJAMIM DE OLIVEIRA MARTINS – PS – PRESENTE.-----

CARLA ALEXANDRA ABREU MAIA DO VALE – PS – PRESENTE.-----

JOSÉ PEDRO DE CASTRO E COSTA MORÊDA DE MIRANDA – PPD/PSD.CDS-PP – PRESENTE.-----

DIOGO ALVES MOREIRA ALMEIDA E SILVA – PS – PRESENTE.-----

JOSÉ MARIA DIAS – PS – PRESENTE.-----

SÓNIA ISABEL DA SILVA MACHADO MARTINS – PS – PRESENTE.-----

PAULO DA SILVA SOUSA – PPD/PSD.CDS-PP – PRESENTE.-----

JOSÉ MARIA FERREIRA DA SILVA – PS – PRESENTE.-----



Assembleia Municipal de Santo Tirso

JOSÉ MIGUEL DAS NEVES VIEIRA – PS – PRESENTE. -----

ANA FILIPA SALDANHA PEDROSA BATISTA – PPD/PSD.CDS-PP – PRESENTE. -----

ELSA MARIA OLIVEIRA MACHADO MOTA – PS – PRESENTE. -----

ANTÓNIO SOUSA SOARES – BE – PRESENTE. -----

PATRICIA ALEXANDRA FERREIRA MACHADO – PS – PRESENTE. -----

JOAQUIM HÉLDER FARIA DA SILVA AMORIM – PS – PRESENTE. -----

SEBASTIÃO ANTÓNIO TORRES LOPES – PPD/PSD.CDS-PP – PRESENTE. -----

ANA LUISA FARIA E SILVA SALGADO – PS – PRESENTE. -----

RICARDO JORGE FERREIRA DOS SANTOS – PS – PRESENTE. -----

JOANA MARIA GERALDES MALHEIRO MACHADO GUIMARÃES – CH – PRESENTE. --

JORGE MANUEL DE ALMEIDA SARMENTO OSÓRIO SOARES – PS – PRESENTE. -----

ANA MARIA CARVALHO LAGES PINTO – PPD/PSD.CDS-PP – PRESENTE. -----

JOÃO CARLOS FERNANDES FERREIRA – PCP-PEV – PRESENTE. -----



Assembleia Municipal de Santo Tirso

LICÍNIA DO VALE ASCENSÃO – PS – PRESENTE.-----

ALEXANDRINO LUÍS DA CUNHA BRANDÃO – PS – PRESENTE.-----

ANTONIO JORGE PEREIRA RIBEIRO – PPD/PSD.CDS-PP – PRESENTE.-----

AGOSTINHO FERNANDO RIBEIRO NETO – PS – PRESENTE.-----

ANA ISABEL CARNEIRO GOUVEIA SILVA – BE – EM SUBSTITUIÇÃO DO SENHOR
JOÃO PEDRO DA CUNHA ROMPANTE, DE HARMONIA COM O DISPOSTO NO ARTIGO
79º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO – FALTOU.-----

ELISABETE DA COSTA BEJA – PS – PRESENTE.-----

POR INERÊNCIA COM AS FUNÇÕES DE PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA-----

HELENA PATRICIA CARNEIRO PEREIRA – AGRELA – MIAP – PRESENTE.-----

JOSÉ ANTÓNIO MOREIRA PACHECO – ÁGUA-LONGA - ALEDT – PRESENTE-----

JOAQUIM RIBEIRO FARIA – VILA DAS AVES – PS – PRESENTE.-----

ANDREIA ALEXANDRA DA SILVA CORREIA – MONTE CÓRDOVA – MIPMC –
PRESENTE.-----

ROBERTO CARLOS NETO FIGUEIREDO – S. TOMÉ DE NEGRELOS – PS – PRESENTE.-----



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

JOÃO MIGUEL TRAVANCA CARNEIRO – REBORDÕES – PS – PRESENTE. -----

MÁRCIO PAULO DA ROCHA DE PINHO – REGUENGA – PS – PRESENTE. -----

ANTÓNIO MOISÉS DE ARAÚJO ANDRADE – RORIZ – PS – PRESENTE. -----

EURICO JOSÉ OLIVEIRA TAVARES – UNIÃO DE FREGUESIAS DE AREIAS,
SEQUEIRÔ, LAMA E PALMEIRA - PS – PRESENTE. -----

MARCO PAULO PINTO DA CUNHA – VILA NOVA DO CAMPO – PS – PRESENTE. -----

LUCIANO ANTÓNIO DEVESAS BENTO CRUZ – UNIÃO DE FREGUESIAS DE
CARREIRA E REFOJOS – PS – PRESENTE. -----

MARIA DE LURDES DA SILVA FERREIRA DOS SANTOS – UNIÃO DE FREGUESIAS DE
LAMELAS E GUIMAREI – PS – PRESENTE. -----

FERNANDO JORGE GOMES DA SILVA – UNIÃO DE FREGUESIAS DE SANTO TIRSO,
COUTO (SANTA CRISTINA E S. MIGUEL) E BURGÃES – PS – PRESENTE. -----

JORGE FERNANDO VIEIRA DE FARIA – VILARINHO – PS – PRESENTE. -----

HORA DO INÍCIO DA REUNIÃO: NOVE HORAS. -----

SECRETARIOU A TRABALHADORA DESIGNADA PARA O EFEITO, MARIA MADALENA
BARROS MOREIRA. -----



Estiveram presentes o senhor presidente da câmara municipal, **Alberto Manuel Martins Costa**, e os senhores vereadores **Nuno Miguel Linhares da Silva**, **Sílvia Manuela da Costa Ferreira Tavares**, **Ana Maria Moreira Ferreira**, **José Pedro dos Santos Ferreira Machado**, **Tiago João Machado Araújo**, **Sara Isabel Fonseca Moreira**, **Carlos Jorge Castro Alves** e **Quitéria Juliana Correia Roriz**, conforme previsto nos n.ºs 1 e 3 do artigo 48.º da Lei 169/99, de 18 de setembro. -----



“PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA”.-----

A) O senhor presidente da mesa da assembleia municipal deu conhecimento do requerimento do membro desta assembleia municipal Rúben Mendanha Portilha, de vinte do corrente mês de fevereiro, a renunciar ao mandato para que foi eleita pela lista do CHEGA. -----

Face à renúncia ao mandato do eleito atrás identificado, procedeu-se à convocatória do cidadão imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, nos termos previstos no artigo 79.º da Lei 169/99, de 18 de setembro, que está presente nesta sessão. -----

TOMADA DE POSSE DA SENHORA JOANA MARIA GERALDES MALHEIRO MACHADO GUIMARÃES.-----

De harmonia com o previsto no n.º 4 do artigo 76.º da dita Lei 169/99, o senhor presidente da assembleia municipal, verificada a identidade e legitimidade da substituta Joana Maria Geraldês Malheiro Machado Guimarães, declarou-a investida nas suas funções para o resto do mandato 2021/2025, resultante das eleições ocorridas no dia vinte e seis de setembro de dois mil e vinte e um, podendo consequentemente entrar em funções, a partir deste momento. -----

B) O primeiro secretário da mesa da assembleia deu conhecimento dos seguintes requerimentos:-----

- João Pedro da Cunha Rompante, a justificar a falta à sessão ordinária e a solicitar a substituição pelo cidadão seguinte na lista do Bloco de Esquerda. -----

De acordo com o previsto no artigo 79.º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, foi convocado o cidadão imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista. -----



C) De seguida deu conhecimento do expediente recebido, no período compreendido entre a sessão ordinária desta assembleia municipal realizada no dia sete de dezembro último, e a de hoje, conforme ficará a constar da ata da presente sessão. -----

- Emails da ANAM-CVEL de cinco, nove e dezanove de dezembro último; quinze, vinte e oito e trinta e um de janeiro findo; e dois, cinco, e seis do corrente mês de fevereiro, relativos aos seguintes temas: -----

- A remeter convite para 46.º aniversário das primeiras eleições autárquicas;-----
- A informar sobre apoio institucional da ANAM na campanha de sensibilização da Liga Portuguesa Contra o Cancro; -----

- A convidar a participar no questionário “Descentralização da Saúde nos Municípios Portugueses e a Perceção das Assembleias Municipais; -----

- Apresentação do Webinar – O Papel do ROC no município; -----
- A remeter acesso à revista das Assembleias Municipais e do Eleitos Local; -----
- Apresentação do Webinar – Bem Estar Animal – uma Visão Integrada; -----
- Divulgação do Alto Comissariado para as Migrações, sobre Ações de formação / sensibilização; -----

- Emails da AEDREL de dezasseis e vinte e um do corrente mês de fevereiro, sobre Curso Breve de Tributação Local;-----

- Email da Área Metropolitana do Porto de doze de dezembro último, a remeter edital do apuramento geral da eleição de membro da Comissão Executiva Metropolitana; -----

- Email da Seiva Trupe de onze de janeiro findo, a remeter esclarecimento sobre concurso da DGartes; -----

- Email da empresa FXT meias, a solicitar o envio das GOPO de 2023; -----

- Ofícios da Câmara Municipal de Santo Tirso a dar conhecimento da aprovação dos seguintes votos de louvor e reconhecimento: -----



VB

[Handwritten signature]

· Às empresas do concelho de Santo Tirso distinguidas pela Agência para a Competitividade e Inovação com o prémio PME Excelência e pelo IPMAEI com o prémio PME Líder 202; -----

· A Maria Avelina Ferraz, que foi distinguida com prémio por vida dedicada à cultura e à promoção da língua portuguesa. -----

- Email do grupo “Defender Escola Publica” a solicitar o preenchimento de questionário, ao poder local, acerca do posicionamento face à luta dos professores em defesa da escola publica.----

- Convite da freguesia de Vila Nova do Campo, para a Homenagem a Benjamim Martins Rodrigues.-----

D) Neste período intervieram os seguintes membros desta assembleia municipal: -----

- Ana Maria Carvalho Lages Pinto, eleita enquanto inscrita na lista da coligação do PPD/PSD.CDS-PP, tendo dito o seguinte que a seguir se transcreve: -----

“O assunto que me traz aqui hoje no período de antes da ordem do dia, é o licenciamento das obras no prédio sito no Gaveto das Ruas Infante Dom Henrique, Dom Nuno Alves Pereira e a Praça Camilo Castelo Branco, por intermédio da sua pessoa e reportando-nos ao assunto de licenciamento das obras no edifício que referi anteriormente, urge colocar algumas questões ao senhor presidente da Câmara Municipal:-----

Em 1.º lugar, a razão da sua não intervenção neste processo? logo após ter tomado conhecimento deste imbróglia anunciado pelo proprietário do imóvel -----

Em 2º lugar, porque é que a Câmara Municipal de Santo Tirso se remeteu ao silêncio em relação a este assunto? após a competente fiscalização pelos seus próprios serviços -----

Em 3º lugar, não tem receio que aconteça algum infortúnio? devido a ter uma grande cota-parte de responsabilidade no mesmo-----

Senhor Presidente Alberto Costa, afinal, está de que lado, dos moradores, do empreiteiro ou está em cima do muro?-----



Handwritten initials in blue ink.

Handwritten signature in black ink.

- António Sousa Soares, eleito enquanto inscrito na lista do Bloco de Esquerda, conforme documento que se anexa à presente da ata, constituindo a subsequente folha; -----

**Intervenção sobre assunto de interesse geral****Período Antes da Ordem do Dia (PAOD)**

Num tempo propenso à multiplicação de discursos de ódio, é imperioso que nos juntemos em prol da implementação de políticas de combate à discriminação, mas também nos nossos gestos diários, no modo como nos relacionamos, com vista a uma cidadania aberta, inclusiva e sem preconceitos.

É importante que os munícipes cobrem a responsabilidade dos seus representantes e contribuam neste processo, exigindo mudanças concretas.

Consideramos digna de nota, nos tempos atuais, a discriminação ao acesso à habitação. Primeiramente, os grupos sociais com poucos recursos, muitas vezes representados por minorias culturais e étnicas, são hoje confrontados com novas formas de exclusão.

Importa sublinhar os grupos de população que, no quadro das insuficientes políticas de apoio à aquisição de casa própria, são os menos beneficiados: a população pobre, os jovens das classes baixa e média-baixa e os imigrantes, que se veem inibidos do acesso à habitação. Estes grupos carecem de um mínimo de capital que permita negociar empréstimos e, em alguns casos, têm de enfrentar dificuldades adicionais associadas à discriminação social.

Esta conjuntura resulta em dificuldades no acesso à habitação que forçam os munícipes a confiar na oferta informal de arrendamento, praticada, à boleia da crise inflacionista, a preços de mercado elevados e desajustados aos salários, podendo originar situações especulativas, irregulares ou ilícitas no arrendamento de habitações no concelho assentes em fatores discriminatórios.

Posto isto, o Bloco de Esquerda recorda o executivo da importância da célere implementação do Plano Municipal para Igualdade e Não Discriminação, com particular enfoque nas diligências necessárias à salvaguarda do direito a uma habitação digna e de qualidade para todos os munícipes, conforme o artigo 65.º da Constituição da República Portuguesa, que continua por cumprir cabalmente.

23 de fevereiro de 2023,

Os eleitos do BE



- João Carlos Fernandes Ferreira, eleito enquanto inscrito na lista da coligação do PCPPEV, conforme documento que se anexa à presente da ata, constituindo as subsequentes duas folhas;-----



Maternidade do Centro Hospitalar Médio Ave

O Governo anunciou que a Maternidade do Centro Hospitalar Médio Ave, irá continuar em funcionamento, ao contrário do que recomendava a Comissão para a Reforma das Maternidades, que propunha o fecho de seis unidades, entre as quais aquela, como forma de “concentrar recursos”.

A ampla mobilização que a possibilidade de encerramento suscitou, na qual destacamos a Tribuna Pública realizada pelo PCP em 3 de Outubro de 2022, com a presença de João Dias, deputado na AR, e de Bernardino Soares, do Comité Central, e a concentração promovida pela CGTP-IN/MDM/MUSP em 8 de Novembro de 2022, com a presença de Isabel Camarinha, Secretária-geral da CGTP-IN, foi determinante para condicionar as opções do Governo e para manter a Maternidade aberta.

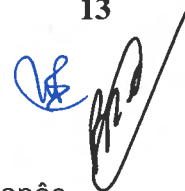
A discussão pública que a possibilidade de encerramento suscitou tornou ainda mais evidente a importância desta Maternidade e do Serviço Nacional de Saúde (SNS).

Porém, os termos utilizados no anúncio da decisão não afastam categoricamente o cenário de encerramento a médio-prazo, pois apenas ficou assumido o funcionamento da Maternidade por um prazo de 1 ano, sob condição de investimento em instalações e profissionais.

Os argumentos aduzidos pelo Governo de maioria absoluta do PS nos últimos meses são contraditórios e vão mudando conforme as circunstâncias: antes, era alegado o número insuficiente de nascimentos, agora, as condições das instalações e os meios técnicos e operacionais. Cabe perguntar, o que mais irá “descobrir”?

Compete em primeiro lugar ao Governo responder a essas exigências. Se o reforço de meios é necessário, então o Governo que proceda em conformidade, afastando definitivamente qualquer cenário de futuro encerramento.



**CDU** COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA

Depois do encerramento da maternidade em Santo Tirso, ao qual a CDU sempre se opôs, reafirmamos que a Maternidade do Centro Hospitalar Vale do Ave é um serviço público fundamental, pelo que a CDU continuará a intervir no sentido da sua defesa, apelando à mobilização dos utentes e da população.

CDU de Santo Tirso

23 de Fevereiro de 2023

João Ferreira

PCP-PEV



- Ricardo Jorge Ferreira dos Santos, eleito enquanto inscrito na lista do Partido Socialista, conforme documento que se anexa à presente da ata, constituindo as subsequentes duas folhas; -----

- Paulo da Silva Sousa, eleito enquanto inscrito na lista da coligação do PPD/PSD.CDSPP, que a seguir se transcreve: -----

“Queria aqui pôr uma questão, ao senhor presidente da câmara, à Câmara Municipal, se bem que não seja a única entidade que tenham algum interesse no assunto. -----

Gostaria de perguntar se já foi assumido, debatido ou pensado, qual o destino a dar ao que resta do cine-teatro? -----

Eu vou dizer porquê, aquilo já de si está numa zona, enfim, como sou daqui como o senhor Presidente, não gosto nada daquela zona. -----

Mas, agora passando por lá, vi que estão a decorrer obras no valor de cerca 35.000 euros, para evitar que a humidade entre nos prédios contíguos e fiquei a pensar, agora é esta empreitada, qualquer dia é preciso fazer mais obras. Aquilo quando foi deitado abaixo, quando foi destruído, foi feita ali uma festa. -----

Senhor presidente, evidentemente que esta câmara não tem nada a ver com o assunto, seria eventualmente para fazer ali um café-concerto. -----

Depois, passou a ser uma amostra de propaganda política, com os painéis que, eventualmente haveria alguém que estaria interessado em pôr ali painéis. Mas a verdade é que, com as infraestruturas existentes, nomeadamente a Fábrica de Santo Thyrsos, que é onde se fazem os acontecimentos e os eventos. -----

A minha pergunta vem, porque é um local central, que se deve pensar qualquer dia o que é que se vai fazer a aquilo ou vender a alguém para fazer ali prédios, apartamentos, é um local maravilhoso, era essa pergunta que gostava de fazer e não sei se eventualmente, tem resposta ou não”. -----



PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

DECLARAÇÃO POLÍTICA

LADO A LADO EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA

No momento particular pelo qual está a passar a escola pública em Portugal, a bancada do Partido Socialista gostaria de saudar todos aqueles que, ao longo de quase meio século, contribuíram para o desenvolvimento da Educação no nosso País: eleitos locais, diferentes decisores políticos a nível regional e nacional e, em especial, professores e pessoal não-docente.

A escola pública, à semelhança do Poder Local, tem sido um dos principais motores de desenvolvimento do País, fruto de um alargado leque de políticas postas em prática em quase cinco décadas, nomeadamente a modernização curricular, a autonomização das escolas, o melhoramento dos instrumentos de avaliação, o reforço da digitalização da Educação, o acesso a manuais escolares gratuitos, o reforço das práticas de inclusão ou a recuperação de parte do tempo de serviço congelado, bem como o aumento do número de vagas no quadro de pessoal.



PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Chegados aqui, e depois de um período de fortes constrangimentos vividos no sistema educativo, por força das graves crises financeiras por que passou o País, importa reconhecer que é fundamental a valorização das carreiras dos docentes e não-docentes, o fim das quotas na avaliação de acesso aos 5.º e 7.º escalões da carreira docente, o combate à precariedade docente por via de um modelo de vinculação dinâmica, a alteração do atual regime de mobilidade por doença, bem como uma especial atenção para os aspetos relacionados com as especificidades de outras carreiras ligadas à resposta educativa, designadamente pessoal técnico, assistentes operacionais e pessoal administrativo.

A bancada do Partido Socialista considera, por isso, absolutamente decisivo que, no âmbito do processo negocial em curso entre o Governo e os sindicatos representativos dos professores, seja possível fazer um caminho na direção certa e justa, com a consciência dos constrangimentos que o País enfrenta, mercê da incerteza instalada por causa da guerra, mas também das verdadeiras necessidades dos profissionais da Educação.

Para bem da escola pública. Para bem da Educação. Para bem do País.

Os eleitos pelo Partido Socialista

Santo Tirso, 23 de fevereiro de 2023





- José Maria Dias, eleito enquanto inscrito na lista do Partido Socialista, conforme documento que se anexa à presente da ata, constituindo as subsequentes três folhas;-----



PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

DECLARAÇÃO POLÍTICA

PARTIDO SOCIALISTA CONGRATULA-SE COM DECISÃO DO GOVERNO DE MANTER EM FUNCIONAMENTO MATERNIDADE DO CHMA

A bancada do Partido Socialista quer, nesta Assembleia Municipal, congratular-se com a decisão tomada pelo Governo de manter em funcionamento a maternidade do Centro Hospitalar do Médio Ave.

Ao contrário do que algumas forças políticas precipitadamente antecipavam, o Governo optou por não encerrar a maternidade que serve os Municípios de Santo Tirso, Famalicão e Trofa, depois de um trabalho de aprofundamento técnico e de um processo de diálogo com os profissionais de saúde, hospitais e autarcas cujas maternidades foram sinalizadas pela Comissão de Acompanhamento de Resposta em Urgência de Ginecologia, Obstetrícia e Bloco de Partos.

A bancada do Partido Socialista já havia ficado com fundadas esperanças quanto a um desfecho positivo acerca do processo de reorganização das maternidades, com a posição pública tomada pelos três presidentes de Câmara, quando estes foram recebidos pelo Ministro da Saúde, em outubro de 2022.



PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

19

[Handwritten signature]

Menos de três meses depois, confirmaram-se as expectativas criadas pelo resultado da reunião ocorrida entre os presidentes das Câmaras de Santo Tirso, Famalicão e Trofa e o Ministro da Saúde, na sequência da qual foi dada a garantia de que o relatório técnico carecia de ser aprofundado, sendo apenas uma base de trabalho no sentido de se melhorar os cuidados de saúde, nomeadamente a rede pública de maternidades.

A bancada do Partido Socialista não pode, por isso, deixar de lamentar a posição tomada por um certo PSD ao longo de todo o processo, nomeadamente em setembro passado, quando, apenas com base numa notícia divulgada pelos órgãos de comunicação social, lançou um clamor público de forma irresponsável e precipitada, numa clara tentativa de fazer prova de vida e de colher louros políticos.

Como diz a expressão, saiu-lhe o tiro pela culatra.

O mesmo PSD que só está interessado em alimentar problemas artificiais e em alimentar-se dos populismos parece também sofrer de amnésia política.



PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Foi um Governo do Partido Socialista quem evitou que o hospital de Santo Tirso deixasse a esfera do Serviço Nacional de Saúde. E foi um Governo do Partido Socialista quem investiu cerca de cinco milhões de euros na melhoria das infraestruturas do hospital, cujas obras estão em curso e que já foram, hábil e convenientemente, objeto de uma visita por parte de dirigentes do tal PSD.

Em face do desfecho verificado, a bancada do Partido Socialista só pode saudar a decisão do Governo e enaltecer o trabalho conjunto desenvolvido pelos três Municípios, com vista a defender os serviços públicos prestados às populações, com base em critérios de qualidade e de proximidade.

Os eleitos pelo Partido Socialista

Santo Tirso, 23 de fevereiro de 2023





O senhor presidente da câmara municipal interveio neste momento para esclarecer algumas questões colocadas nas intervenções acima referidas, tendo dito o seguinte: -----

Começando por responder às questões colocadas pela senhora deputada Ana Maria Lages sobre o licenciamento das obras do prédio sito no Gaveto das Ruas Infante Dom Henrique, Dom Nuno Alves Pereira e a Praça Camilo Castelo Branco: -----

Quanto à questão colocada “o Senhor Presidente não interveio neste processo?” o senhor presidente respondeu, “Quem é que disse que não intervim? -----

Quanto à questão colocada “se se vai remeter ao silêncio?” o senhor presidente respondeu, “mas porquê, o silêncio é crime? Sou obrigado a andar na comunicação social a fazer propaganda?” -----

Quanto à questão “se tenho medo do infortúnio?” o senhor presidente respondeu, “nós todos temos medo até de andar na rua, a qualquer momento pode-nos acontecer qualquer coisa, há sempre uma matriz de risco”. -----

Disse, que a senhora Ana Maria Lages terminou a sua intervenção perguntando se “estava do lado dos moradores, do lado do empreiteiro ou se está em cima do muro?” o senhor presidente respondeu que não estava do lado de ninguém, que estava do lado da legalidade e que cumpre com aquilo que são as suas competências e que são as competências da Câmara. -----

Disse ainda que, para que se possa perceber e esclarecer, foi feita uma denúncia, uma denúncia que foi tornada pública, a partir dessa denúncia pública foi feita uma participação, uma vistoria ao local, foi aberto um auto de contraordenação, que está a decorrer com os prazos e com as questões legais associadas, nomeadamente a defesa das partes, que o processo está a decorrer normalmente dentro de todos os prazos legais e que há de chegar ao seu término e que no final há de ditar a solução em relação a este assunto. -----

Disse ainda que não tinha de divulgar que tinha mandado abrir um auto de contraordenação, que fez o que tinha de fazer. -----



Que não estava do lado de ninguém, que estava do lado de toda a gente e do lado da legalidade e daquilo que as competências lhe mandam. -----

Relativamente à intervenção do senhor António Soares referente a “políticas de combate à discriminação, políticas de igualdade e não discriminação, mais habitação” o senhor presidente disse que estava de acordo quanto ao princípio, não estava de acordo quando refere que não se tem feito nada. Disse que se tem feito muito e que achava que estava à vista de olhos tudo o que se tem feito em relação a esta matéria, nas mais diversas matérias que não era só em relação à habitação.----

Referiu que, em relação à habitação, que era uma área que preocupava toda a gente, que não era só o Bloco de Esquerda, que já foi encetado esforços para ir resolvendo os problemas. -----

Disse que a primeira questão era fazer uma estratégia local de habitação, que já foi feita, que estava a ser implementada, tem as suas fases, de projeto, de implementação e, inclusive a procura de financiamento, financiamento esse que foi procurado e encontrado para algumas matérias, nomeadamente para habitação mais social. -----

Disse que estava a encetar diálogos, nomeadamente com o Ministério, com o IRHU, na procura de outro tipo de financiamento e outro tipo de soluções, porque as que lhe apresentaram, apesar de serem importantes e achavam que eram válidas, querem mais soluções e estão à procura de outras soluções, nomeadamente já foram feitas diversas reuniões com alguns investidores, ao nível da habitação a custos controlados e que gostaria que se tornasse uma realidade a questão do arrendamento acessível.-----

Disse ainda que, tudo isto estava envolto de muitas regras e regras essas que têm que ser cumpridas e, enquanto numa parte, a primeira que referiu, a parte mais social, há financiamento, nas outras há apenas, acesso a financiamento e a empréstimo, estão a encetar esforços para ver se consegue arranjar soluções que sejam ainda mais válidas do que esta. -----

Referiu que não concordava quando dizem que não estão a fazer nada, que têm feito muito e aguardar pelos resultados finais.-----



Relativamente à intervenção do senhor deputado João Ferreira que se referiu à maternidade, aos condicionantes ou em condicionar as opções do Governo, o senhor presidente da câmara disse que cada um condiciona da forma que acha que era o melhor caminho, que o PCP entendeu fazê-lo da forma que acabou de referir, que a Câmara Municipal de Santo Tirso, Vila Nova de Famalicão e Trofa entenderam que a melhor via era a via do diálogo, e não andar na comunicação social a pôr areia para a engrenagem como alguns partidos o fizeram e calmamente, serenamente chegou-se a esta vitória.-----

Referiu “dir-me-á como disse e bem a uma vitória parcial, porque não é definitiva, como não há nada de definitivo nesta vida, não há nada de definitivo”, disse que percebia a preocupação do senhor deputado e que era a preocupação não só sua, como dos autarcas dos municípios que referiu, que continuará a acreditar naquilo que o ministério disse, que acredita que é possível melhorar ainda os serviços daquela maternidade, por força e por forma a continuar com este serviço dentro do Serviço Nacional de Saúde, e a dar resposta, com bem sabemos de qualidade, a todos aqueles que desejam usufruir daquele serviço. -----

Quanto à intervenção do senhor deputado Ricardo Santos relativamente à educação, o senhor presidente disse que não podia estar mais de acordo, que até estranhou que tivesse de ser o Partido Socialista a fazer esta intervenção em defesa da educação, e dos professores, percebeu que que a bancada do Partido Socialista estava preocupada com a educação e que o executivo da câmara municipal também estava preocupado. -----

Houve uma manifestação, que foi público, de professores da Escola Secundária D. Dinis, que teve o prazer de os receber na Câmara Municipal de Santo Tirso e, naturalmente, também se doeu por aquilo que foram, os motivos dessa mesma reivindicação, teve o cuidado, tal como foi solicitado, nesse mesmo dia, dessa manifestação, de contactar o senhor Ministro, o senhor Secretário de Estado, o senhor Diretor Geral da Educação e manifestar-lhes, quer a posição dos senhores professores quer também a sua concordância com os mesmos.-----



Assembleia Municipal de Santo Tirso

O senhor presidente referiu-se de seguida à intervenção do senhor deputado Paulo Sousa, relativamente ao cine-teatro, tendo respondido por partes: -----

- Primeiro as obras, as obras estão a ser feitas com base numa reclamação do condomínio, foi pedido uma peritagem externa para encontrar a solução para resolver o problema daquelas pessoas, esta parte era fácil de explicar. -----

- Quanto à questão, que pensava que era a que mais interessava, o cine-teatro, disse que não tinha uma solução definitiva, já foram colocadas em cima da mesa diversas soluções, soluções essas que custam milhões de euros. -----

Referiu que, o que estão a tentar encontrar, primeiro encontrar uma solução que resolva o problema que aquele cine-teatro acabou por criar com o seu encerramento, que essa solução estava a ser pensada e criada, que tem procurado, dentro dessas soluções, financiamento para o efeito junto da tutela. Sendo que a solução poderá não passar por aquele cine-teatro, e se não passar pelo cine-teatro, também estão a pensar que alternativas têm para o efeito, entre as quais algumas das que o senhor deputado Paulo Sousa referiu.-----

Disse ainda que em devido tempo, quando tiver soluções e coisas concretas as transmitirá. -----

Quanto à intervenção do senhor deputado José Dias, relativamente à maternidade, o senhor presidente disse que já tinha respondido, em parte, mas que não podia estar mais de acordo com aquilo que manifestou, contrariamente a alguns, não interessava andar com as bandeiras, com propagandismo, o que interessava era o resultado final, que era aquele que todos queriam, todos os municípios de Santo Tirso, Trofa e Vila Nova de Famalicão.-----

Disse que não ganharam a guerra, mas ganharam uma batalha importante, que estava convicto que irão, paulatinamente, se estiverem todos juntos, a remar para o mesmo lado e aparentemente sim. -----

Relativamente à liderança desse processo disse que teve oportunidade de marcar uma



Assembleia Municipal de Santo Tirso

célebre reunião com senhor Ministro, com quem mantinha contacto, onde convidou o senhor presidente da Câmara de Vila Nova de Famalicão e da Trofa para o acompanhar, e que estava fácil perceber quem liderou o processo, mas que também não interessava muito para o caso.-----

Referiu-se ao processo que está em cima da mesa, da criação de uma Unidade Local de Saúde, tendo encetado um diálogo com o senhor Ministro da Saúde, tentando perceber se haveria vontade de avançar nesse sentido e que aparentemente sim. De seguida contactou os senhores presidente da câmara de Vila Nova de Famalicão e da Trofa para pedir opinião e tentar perceber se estavam imbuídos do mesmo espírito, tendo percebido que sim e seguidamente transmitiu ao Senhor Ministro que era essa vontade dos municípios. Mais uma vez está em cima da mesa a reorganização da Saúde, nomeadamente desta Unidade Local de Saúde.-----



**DE SEGUIDA ENTROU-SE NA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS ASSUNTOS
PREVIAMENTE INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA A QUAL SE ANEXA À PRESENTE
MINUTA DA ATA CONSTITUINDO A SUBSEQUENTE FOLHA. -----**



SANTO TIRSO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 859 267

27

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 23/02/2023

ORDEM DO DIA

- 1 - Aprovação da ata da sessão ordinária de 21/04/2022
- 2 - Aprovação da ata da sessão ordinária de 22/06/2022
- 3 - Aprovação da ata da sessão ordinária de 21/09/2022
- 4 - Apreciação da informação do senhor presidente da câmara acerca da atividade municipal, situação financeira do município e processos judiciais pendentes
- 5 - Declarações previstas no artigo 15.º da Lei n.8/2012 de 21 de fevereiro (LCPA) – Conhecimento
- 6 - Relatório Anual de Atividades da CPCJ de Santo Tirso – 2022: Conhecimento
- 7 - Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2023 da AMAVE: Conhecimento
- 8 - Conselho Municipal de Saúde - Eleição de um presidente de junta de freguesia em representação das freguesias do município
- 9 - Transferência de Competências para o município no domínio da Ação Social – proposta de prorrogação do prazo para assunção das novas competências
- 10 - 1.ª Alteração Orçamental Modificativa (revisão) ao Orçamento para 2023
- 11 - Desafetação do domínio público municipal de parcela de terreno com a área de 629m², sita no Lugar de Carreira - Vila das Aves – Aprovação
- 12 - Registo a favor do município de Santo Tirso de uma parcela de terreno cedida para o domínio privado, no âmbito de operação de Loteamento na Palmeira, titulada pelo alvará n.º 8/88, de acordo com as especificações constantes do averbamento n.º 2 - Proposta de alteração da deliberação da assembleia municipal de 26/04/2006 – Início do procedimento

Santo Tirso, 17 de fevereiro de 2023

O Presidente,

Fernando Benjamim Martins



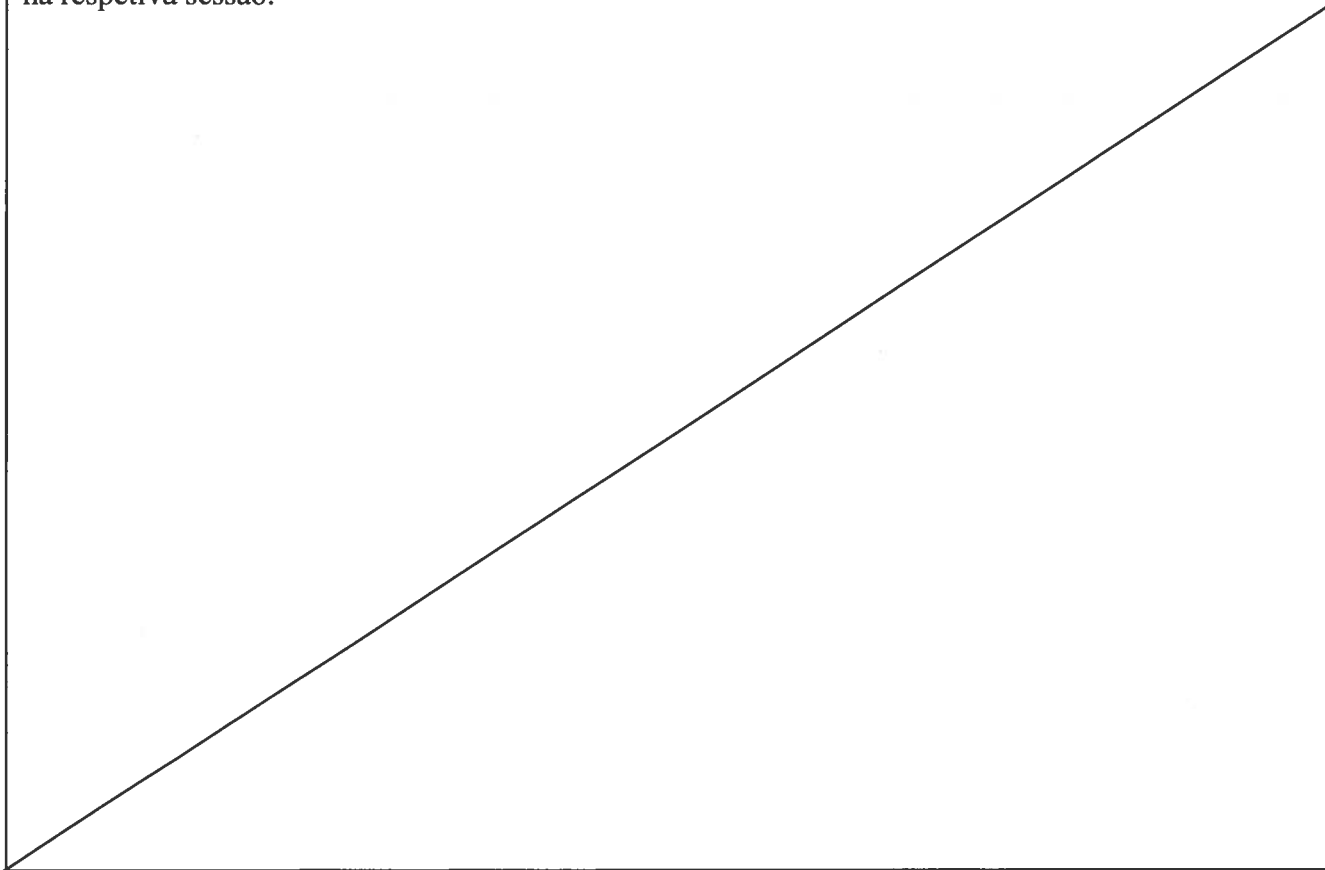
1. APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 21/04/2022. -----

Presente a ata da sessão ordinária realizada no dia vinte e um de abril de dois mil e vinte e dois, da qual se forneceu cópia a todos os membros desta assembleia municipal. -----

Após apreciação da referida ata, o senhor presidente propôs, nos termos do número dois do artigo 57.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, que a assembleia deliberasse aprovar a aludida ata. -----

A referida ata foi aprovada por unanimidade. -----

Não participaram na discussão e votação da referida ata as senhoras Ana Filipa Saldanha Pedrosa Batista, Ana Maria Carvalho Lages Pinto, o senhor Ricardo Jorge Ferreira dos Santos, e os presidentes da junta de freguesia de Rebordões e Vila Nova do Campo, por não terem estado presente na respetiva sessão. -----





VE

[Handwritten signature]

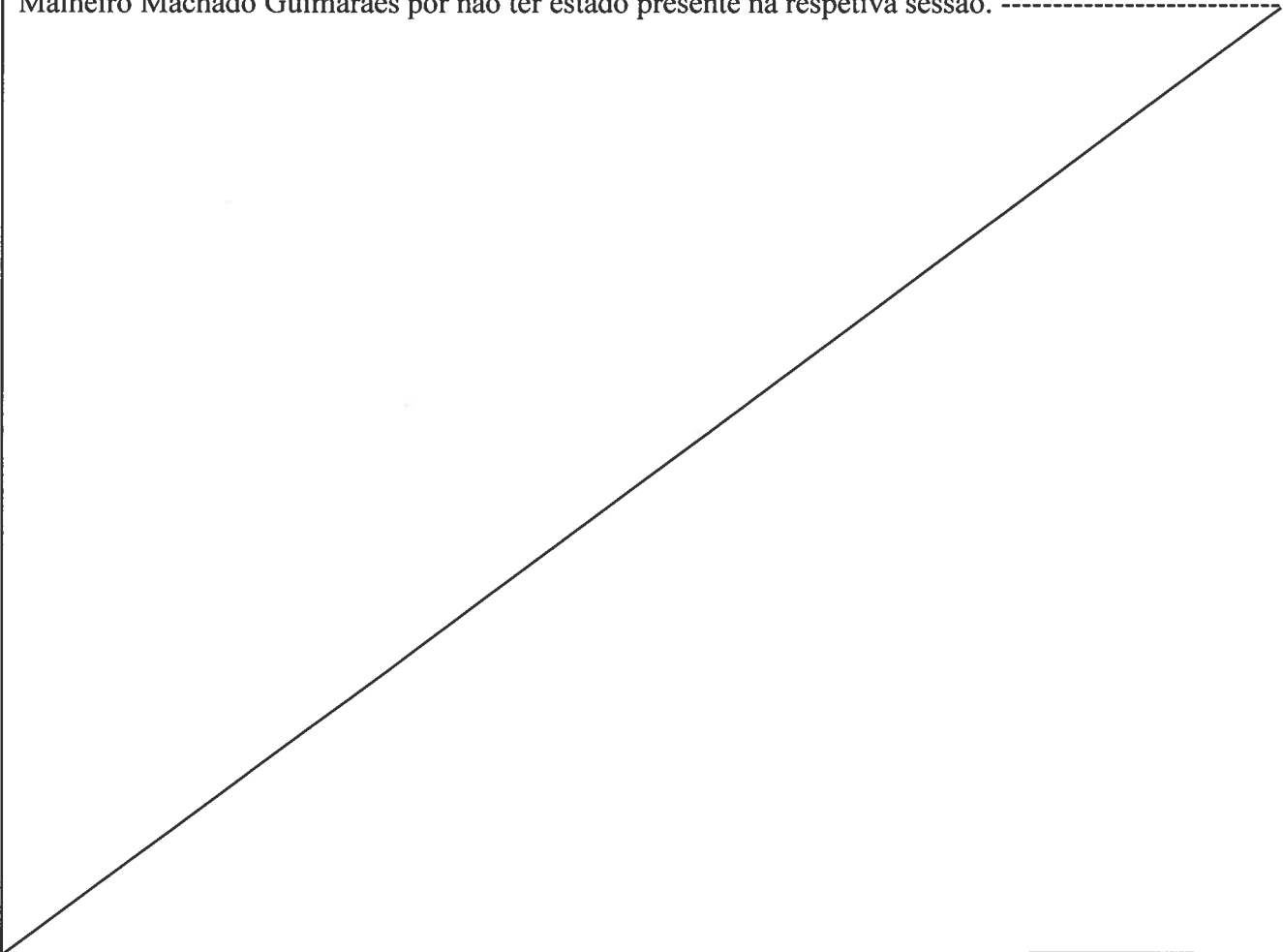
2. APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 22/06/2022. -----

Presente a ata da sessão ordinária realizada no dia vinte e seis de junho de dois mil e vinte e dois, da qual se forneceu cópia a todos os membros desta assembleia municipal. -----

Após apreciação da referida ata, o senhor presidente propôs, nos termos do número dois do artigo 57.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, que a assembleia deliberasse aprovar a aludida ata. -----

A referida ata foi aprovada por unanimidade. -----

Não participou na discussão e votação da referida ata a senhora Joana Maria Geraldês Malheiro Machado Guimarães por não ter estado presente na respetiva sessão. -----





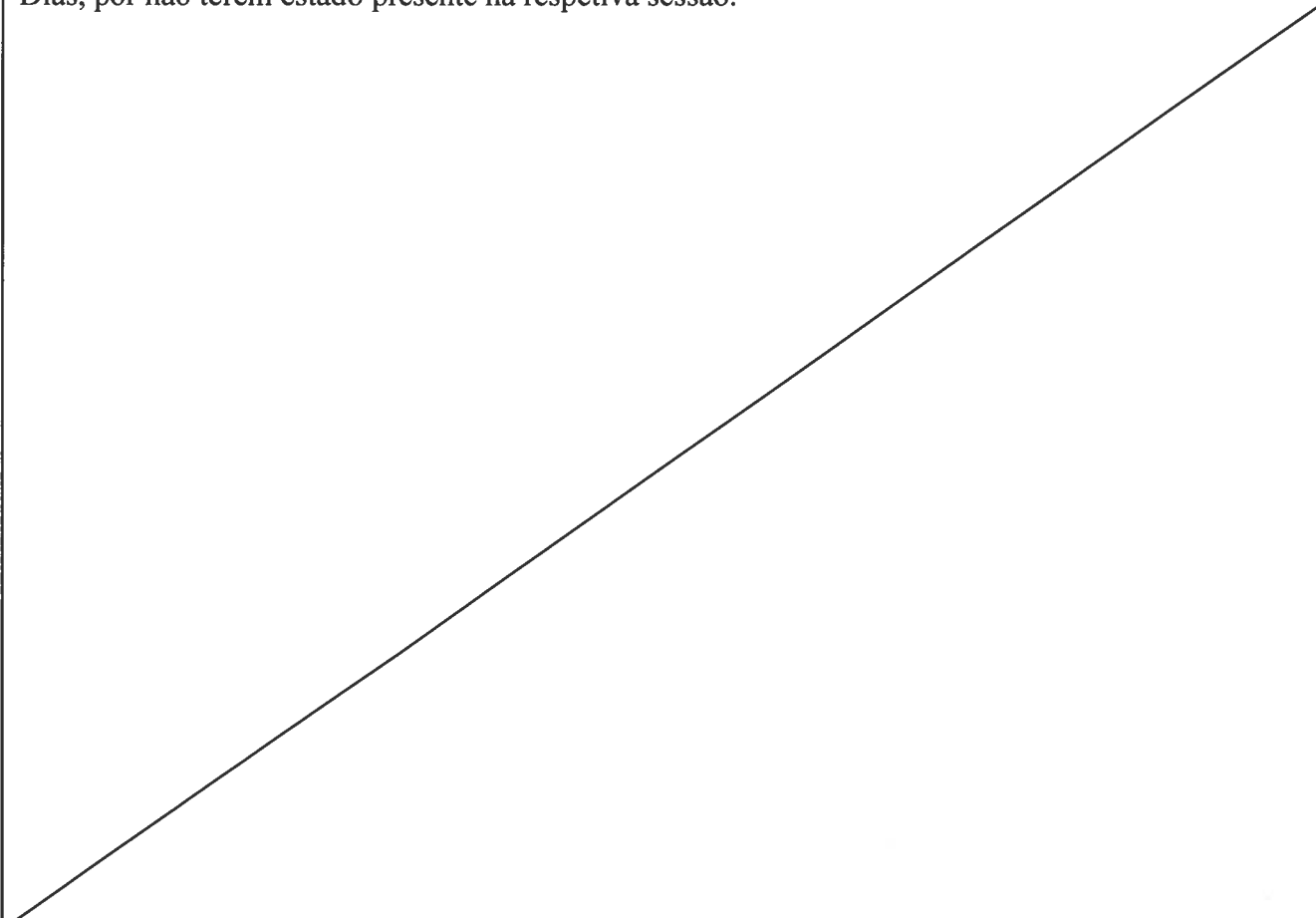
3. APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 21/09/2022. -----

Presente a ata da sessão ordinária realizada no dia vinte e um de setembro último, da qual se forneceu cópia a todos os membros desta assembleia municipal. -----

Após apreciação da referida ata, o senhor presidente propôs, nos termos do número dois do artigo 57.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, que a assembleia deliberasse aprovar a aludida ata. -----

A referida ata foi aprovada por unanimidade. -----

Não participaram na discussão e votação da referida ata as senhoras Carla Alexandra Abreu Maia do Vale, Joana Maria Geraldês Malheiro Machado Guimarães e o senhor José Maria Dias, por não terem estado presente na respetiva sessão. -----





4. APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL, SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO E PROCESSOS JUDICIAIS PENDENTES. -----

Presente informação do presidente da câmara municipal, prestada em cumprimento do disposto no n.º 2, alínea c), do artigo 25.º, em conjugação com o disposto no n.º 4 do artigo 35.º, ambos do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, sobre os seguintes aspetos: -----

1 - Atividade mais relevante do município no período relativo aos meses de dezembro de dois mil e vinte e dois a fevereiro do ano em curso; -----

2 - Situação financeira do município, reportada a trinta e um de janeiro findo; -----

3 - Processos judiciais pendentes em fevereiro de dois mil e vinte e três. -----

Junta-se cópia da referida informação à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo I da mesma. -----

Sobre a aludida informação usou da palavra o senhor presidente da câmara, que realçou alguns aspetos que constam da aludida informação, nomeadamente: -----

- A Câmara Municipal concretiza as transferências de competências para as juntas de freguesia, que era uma matéria que lhe aprazia muito registar e que era fator de grande desenvolvimento do município, porque acreditava que os presidentes de junta eram aqueles que estavam mais próximos e podiam melhor ajudar nesse desenvolvimento; -----

- O tarifário do lixo mantém a sua redução em 2023, que a câmara têm suportado o défice previsto no serviço de gestão de resíduos, devidos ao aumento das tarifas; -----

- O município de Santo Tirso já acolheu 91 cidadãos ucranianos desde o início da guerra;

- O município de Santo Tirso continuava a ser uma autarquia familiarmente responsável, pelo sexto ano consecutivo; -----

- A assinatura do auto de transferência das competências na área da saúde; -----

- O município de Santo Tirso é o município do país com mais clubes de proteção civil,



que mais têm tentado implementar uma política de proteção civil junto dos mais jovens, porque acreditam que era ali que estava o sucesso do futuro e de ter mais e melhores adultos, sensibilizados para esta matéria.-----

- O município de Santo Tirso assume, pela primeira vez, um papel de coordenação no Encontro Nacional da Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras, o que era demonstrativo do reconhecimento por parte dos outros municípios, pelo trabalho que a câmara municipal tem feito na área da Educação; -----

- O filme “Sonhos”, de Joaquim Pavão, foi distinguido como melhor longa-metragem experimental e, tem vindo a acumular prémios;-----

- Mais de 5.000 pessoas já visitaram o Centro de Arte Alberto Carneiro; -----

- A entrega dos prémios dos dias das Camélias que encheu o Salão Nobre da Escola Agrícola; -----

- A adesão do município de Santo Tirso ao Programa de Educação Olímpica; -----

- A entrega da Taça de Portugal que regressou ao Clube Desportivo das Aves; -----

- A realização da corrida distrital de corta-mato, do desporto escolar, que se realizou no Parque Urbano Sara Moreira; -----

- A realização do Santo Thyrsos Ultra Trilhos, com inscrições que ultrapassaram as 1500 inscrições;-----

- A Instalação do Julgado de Paz, que estará concluída até ao final do primeiro trimestre, aliviando assim os trabalhos dos tribunais cíveis e da comarca; -----

- A sensibilização da senhora Ministra da Coesão Territorial, Ana Abrunhosa, para a criação da variante à Estrada Nacional 105; -----

- O projeto “Caminho Português São Rosendo” que une 6 municípios e que a ideia não era pertença, do município de Santo Tirso, era uma ideia do Rotary Club de Santo Tirso e que, os mesmos, irão promover uma caminhada até Celanova, para fazer a última parte do percurso, sendo



[Handwritten signature]

que se já tinha feito a primeira parte, do lado português, desta etapa, para assim, promover turisticamente o património, quer do lado espanhol, quer do lado português, onde Santo Tirso se inclui como KM 0, situado em Cela, São Miguel do Couto; -----

- O município de Santo Tirso continua a somar empresas distinguidas com o galardão PME de Excelência; -----

- O Invest Santo Tirso promoveu workshop sobre Boas Práticas de E-Commerce; -----

- A conclusão da requalificação da Avenida 25 de Abril, Rebordões. -----

Interveio na discussão o senhor António Sousa Soares, eleito enquanto inscrito na lista do Bloco de Esquerda tendo feito a seguinte intervenção: -----



Intervenção - Ponto 4 - Atividade Municipal

O tópico da Cultura, anexo à documentação da Assembleia, não deveria ser um elenco de iniciativas avulsas. Falta explicitar, a linha estratégica do executivo no setor da cultura, isto se existir, efetivamente, uma estratégia, com os respetivos objetivos e planeamento global.

Confunde-se uma política cultural com um inventário de iniciativas e projetos. Ora, Santo Tirso não tem uma política cultural de futuro. Uma dificuldade crónica tem a ver com a falta de sedes para as estruturas culturais, situação que ocorre numa cidade onde os centros comerciais de primeira geração estão ao abandono e há espaços culturais encerrados há décadas. Esta realidade decorre da perceção falsa de que a cultura não gera rendimento, ou que se resume ao que é visível, seja em cima de um palco ou numa exposição artística.

Como exemplos recentes de iniciativas que se articularam com os contributos da comunidade, destacamos os desfiles de Carnaval promovidos nas freguesias de São Tomé de Negrelos e Monte Córdova.

No entanto, a ausência do desfile de Carnaval na cidade, sem qualquer razão justificativa e sem a transparência que a ocasião exige, quebrou as expetativas dos munícipes. Demonstrou-se um descuido de planeamento estratégico, assim como uma falta de articulação com as instituições escolares, o que merece o esclarecimento do executivo.



Seguidamente interveio o senhor Sebastião António Torres Lopes, eleito enquanto inscrito na lista da coligação PPD/PSD.CDS-PP, tendo feito a seguinte intervenção: -----



Assembleia Municipal de 23/02/2023

Senhor presidente da Assembleia, senhora e senhor secretários, senhor presidente da Câmara, senhoras e senhores vereadores, caras e caros colegas deputados, senhoras e senhores colaboradores da Câmara Municipal, senhoras e senhores jornalistas presentes, minhas senhoras e meus senhores a todos muito boa noite.

Senhor presidente da Câmara na última assembleia, o senhor depositou em mim, uma responsabilidade e uma confiança muito grande, ao dizer que não falava em alguns assuntos da informação, porque já sabia que eu falaria neles.

Não sei se foi o caso hoje, mas eu dei-me ao cuidado de ler atentamente todas as informações prestadas, por V. Exa.

Há 2 pontos na comunicação, que não me parecem nada claros, porque a redação do texto, por falta de conhecimento técnico ou mesmo deliberadamente, para confundir, tudo mistura, quando as coisas diferentes não podem ser tratadas em conjunto e passo a explicar a minha interpretação:

1 - Tarifário do lixo mantém redução

A verdade é que o tarifário do lixo não teve redução, o que não teve foi aumento, e isto é que é a notícia, pois a reduzir o tarifário desde 2019, a recolha já deveria ser gratuita.

A informação deveria ser, tarifário da recolha do lixo mantém-se porque câmara paga aumento ao operador “Águas do Norte”, para não sobrecarregar municípios.

As pessoas, perguntam-se e com razão: onde está a redução se eu continuo a pagar o mesmo?

2 – Preços da água e saneamento sem alterações em 2023

Senhor presidente, aqui vai-me desculpar, mas quem escreveu este texto, ou não sabe do que fala ou quer passar-nos um atestado de atrasados mentais a todos.

Todos sabemos que 90% do território do concelho, com água, essa distribuição domiciliária é feita pela “Indaqua” ora essa operadora, também sabemos, que atualizou o tarifário, aprovado em reunião de câmara de 07 de dezembro de 2022, conforme ata n.º 25, fls 18, por acaso com o voto contra do vereador Carlos Alves, eleito pela lista da coligação PPD/PSD.CDS-PP, o aumento cifra-se na ordem dos 7% a 7,5%, dependendo de alguns fatores como bem sabe.

O saneamento sim é verdade. O aumento foi recusado em sede de “Águas do Norte” pelos municípios que integram esta parceria.

Senhor presidente o meu raciocínio está correto ou há alguma explicação que possa acrescentar??

Qual é a intensão de misturar alhos com bugalhos e comunicar meias-verdades?

O redator parece-me o mesmo, que já fez chegar o comboio, meia dúzia de vezes, a S. Tomé de Negrelos, que disse que o Padre Eugénio, abandonou o sacerdócio, ou que sobe os orçamentos para metade, e outras inverdades, que não interessa mencionar agora.

Isto não me parece ser o estilo de V. Exa, de estar na política, desculpem a minha ingenuidade, mas acredito que assim é.



O que me aborrece grandemente é que alguém, pago com os meus impostos, apresente um trabalho desta qualidade, que o faça ao serviço do partido, tudo bem, com esforço, mas consigo entender. Ao serviço da câmara e do seu executivo, acho inadmissível.

Grato pela atenção.

Sebastião Lopes



Seguidamente interveio o senhor José Pedro de Castro e Costa Morêda de Miranda, eleito enquanto inscrito na lista da coligação PPD/PSD.CDS-PP, tendo feito a seguinte intervenção: -----

“Alguns pontos dentro daquilo que apresentaram que gostaria de destacar, desde logo a delegação de competências às juntas de freguesia, particularmente é uma coisa que me apraz muito mesmo, estes 3 milhões de euros às juntas de freguesia, seja para a área a constituírem receitas correntes e de capital, se perguntar a qualquer presidente de junta, se gostaria ter 6 milhões ao invés de ter 3 milhões, naturalmente, que gostariam de ter 6 milhões, mas é um princípio e, como tal, neste aspeto, quando as coisas são decididas de boa forma, estarei na linha da frente a defendê-las.-----

Fiquei satisfeito com a intervenção que foi feita em relação à escola e para mim, independentemente, de escola pública ou privada, satisfeito até porque sabemos que existe uma excelente relação entre o Presidente da Câmara e o Ministro da Saúde, espero que haja uma excelente relação do senhor Presidente da Câmara e o Ministro das Finanças, para resolver definitivamente o problema dos professores e tudo aquilo que trouxeram aqui e, no que respeita também ao mundo da Educação. -----

Faz também referência à maternidade do Centro Hospitalar do Médio Ave, o PSD, efetivamente, aqui não há mais papistas nem papas, ainda bem, primeiro, porque a maternidade não fecha e que fique bem claro isto, o PSD alarmou esta questão, de certa forma, nesse aspeto também ajudou a que isto acontecesse, ainda bem que os senhores presidentes de Câmara de Vila Nova de Famalicão, que tem a maternidade em Famalicão, o senhor presidente da Câmara da Trofa que tenha maternidade na Trofa embora privada com apoio do sub-sistemas de saúde e, infelizmente, Santo Tirso fica servido com a maternidades do Sistema Nacional de Saúde, mas não tem maturidade, em abono da verdade se diga, fisicamente ela não está em Santo Tirso.-----

Transferência de cerca de 922.000 euros, no que respeita às transferências de competências na área da saúde, gostaria que, se fosse possível, nos explicasse neste valor, que vão transferir para cá, as competências adquiridas a este nível.-----



Realçar também atribuição das bolsas de estudo aos estudantes do concelho de Santo Tirso e as bolsas de formação artística, mais uma vez, realço a importância que deveríamos ter nesta área da educação, o plano estratégico de conseguimos incrementar a este nível as bolsas estudo para os estudantes e para os estudantes de formação artística, para que todos consigam, sejam aqueles até com mais dificuldades, por um lado, e os outros por mérito por outro lado, terem acesso às mesmas oportunidades e para conseguirem crescer na vida, isto é extremamente importante. -----

Referiu que houve uma ação de sensibilização na ligação do nó da A3 à A41, com a senhora Ministra a Ana Abrunhosa, gostaria de saber se já houve consequência? se poderá estar inscrito e para quando, objetivamente, e resolução desta mesma questão? -----

Saudar o Caminho de São Rosendo, porque coloca Santo Tirso, juntamente com outros 5 municípios entre a freguesia de Santo Tirso, no caso a São Miguel do Couto, até Celanova e, por outro lado, aproveitando os Caminhos são Rosendo para perguntar, como é que está o processo da candidatura a Património da Humanidade, por parte do Mosteiro Beneditino de Santo Tirso? -----

Por fim era um esclarecimento, em que consiste o processo judicial, em que opõe o município de Santo Tirso ao Centro Hospitalar do Médio Ave? -----

Seguidamente interveio António Jorge Pereira Ribeiro, eleito enquanto inscrito na lista da coligação PPD/PSD.CDS-PP, tendo feito a seguinte intervenção: -----

“Senhor Presidente da Câmara mediante a aquisição, pelo sexto ano consecutivo, do enriquecedor galardão de autarquia familiarmente responsável, queria pedir ao meu caro amigo e presidente da Câmara Municipal deste concelho, se possui algum indicador ou dado estatístico em que se verifique a concretização deste desígnio”. -----

De seguida interveio, novamente, o senhor presidente da câmara municipal para responder a algumas questões colocadas nas intervenções anteriores, tendo dito o seguinte: -----

“Começando pelo senhor deputado António Soares, que falou sobre cultura e que se confunde, mas o senhor deputado é que confunde, permita-me que lhe leia, isto é um relatório de



Assembleia Municipal de Santo Tirso

atividade municipal, não é relatório de estratégias, nem de objetivos, há outros documentos estratégicos para o efeito, portanto, aqui é plasmada atividade, desde a última reunião a até esta reunião, não é aqui que vem a estratégia, portanto, se calhar, quem está confuso é o senhor deputado, porventura. -----

Está tão confuso que, Santo Tirso é tão reconhecido, ao nível cultural, pelas mais diversas formas, desde do seu Museu Internacional de Escultura Contemporânea, o Centro de Arte Alberto Carneiro, que ainda há pouco falei, para falar apenas de alguns e não falar em tudo o que se faz na área da cultura, até porque a cultura, de facto, insere muitas áreas, portanto, não é aqui que tinha que dar estratégia, aqui são mesmo as atividades e claro que não concordo nada que não existe nenhuma política, ela existe, está a ser implementada garantidamente, aliás, como dizia há pouco o senhor deputado, Paulo Sousa, ainda a caminho a fazer-se, nomeadamente naquilo que ele aqui referiu e vamos naturalmente fazê-lo, a seu tempo, está a ser pensado e está a ser tratado. -----

Quanto à questão do Senhor deputado Sebastião Lopes, a questão da confusão, da mistura do texto, já percebemos, claramente, que é uma questão semântica, percebo bem e acho justas e legítimas as afirmações feitas por parte do senhor deputado e, portanto, é uma questão de perceção, porque vi também aí gente, por acaso, é um partido que, provavelmente um partido do seu partido, uma parte do seu partido, que até acha que somos os donos da Águas do Norte, até somos os maiores acionistas, isso sim, é uma inverdade, para não dizer uma mentira, é mesmo uma é inverdade, porque se virmos Santo Tirso apenas tem 2,93%, de quota nas Águas do Norte, mas aparentemente há quem ache que somos maioritários e que somos nós que mandamos e, de facto, foi verdade que foi uma grande vitória, não só no saneamento como também na água, nomeadamente na água de Vale do Leça, que está a ser implementada, que se conseguiu nos últimos anos travar essa subida. -----

Conseguimos encontrar uma forma legal de não aumentar estas tarifas e a forma legal é não permitir que na reunião onde estão 5 pessoas, 2 representantes do Estado, um Presidente que é nomeado pelo Estado, 2 representantes de municípios, o presidente da Câmara de Santo Tirso e da



Câmara da Trofa, onde nos retiramos da reunião, constantemente, ano após ano e não permitindo que assim, que esse ponto seja votado, impedindo esse aumento, onde está incluído água e o saneamento.

Depois a questão de semântica, a questão da Indáqua, pois, tudo aquilo que está no contrato, a forma de cálculo e tudo aquilo que consta do contrato, tem de ser implementado, quanto a isso não temos como fugir, conseguimos evitar os aumentos com base em inflações e outros e esses conseguimos travar, agora aquilo que está no contrato, esse é completamente impossível, que é uma forma cálculo que está agarrado ao próprio contrato. -----

Quanto à intervenção do senhor deputado José Pedro, apesar de perceber que mais uma vez usa a técnica de vir falar da atividade e fala da atividade e também não fala da atividade, acaba por dar resposta aquilo que há pouco respondi, é uma técnica, e que não são bem corretas, mas pronto, é o que é. -----

Dizer-vos, tenho melhor relação com o Ministro da Saúde e com o Ministro da Educação, do que propriamente com o Ministro das Finanças, não tenho propriamente um relacionamento tão pessoal, se queria saber, não tenho, claro que vou enveredar esforços e todo o trabalho a ser feito sempre que precisar de estar junto dele, não me interessa se tem relacionamento pessoal ou não, aí facilita quando há relacionamento pessoal, mas, de facto, não costumo lidar muito com o senhor Ministro das Finanças. -----

Depois, a questão da maternidade, que Santo Tirso não tem maternidade, pois não tem e quase não tinha hospital, com PSD quase não tinha hospital, mas ainda temos, portanto, acho às vezes um bocado hipocrisia política, vir falar que agora não temos maternidade, quando nunca fizeram nada, quanto também estiveram no Governo e ajudaram a que isto acontecesse, aliás, já aqui falei, portanto, não vou repetir no encerramento e depois quando dá jeito, que o Governo de outra cor, estão agora a culpa é dos que lá estão. O que se conseguiu foi ganhar a batalha de continuar com a maternidade. -----

Agora, até percebi, está claro na cabeça de todos os presentes que, para o PSD o que



interessa é ter, ainda que seja nas mãos dos privados, porque Trofa tem, é privado, isso é que é bom e, portanto, ainda bem que a Trofa tem e nós não temos, não temos esse serviço privado, temos em Vila Nova de Famalicão e temos no Serviço Nacional de Saúde e temos acesso a todos os nossos utentes de Santo Tirso, isso é mesmo, de facto, é uma grande vantagem.-----

Em relação à questão da transferência de competências, pensei que soubesse, foi muito difundido, divulgado em documento inclusive. -----

Na questão das competências da área da saúde, o que passou para a nossa competência foram: 9 trabalhadores; todos os custos e a gestão inerente ao funcionamento das Unidades de Saúde Familiar, todas elas do ACES, nomeadamente a parte de Santo Tirso, a energia, limpeza, vigilância, etc... O que aconteceu também, para que não haja dúvidas, foi que não concordamos, como todos já percebemos, aliás, por diversas vezes aqui falamos sobre o assunto, com as verbas que eram transferidas, quando chegámos ao entendimento das verbas que entendíamos por necessárias, para fazer face e ficar com esta competência, aceitamos e assinamos a transferência das competências. ----

Além disso, não está nesta transferência de competências, mas está inclusive, agora, a ser debatido em sede da criação da Unidade Local de Saúde, mas, independentemente disso, criando não criando e, provavelmente, há de ser uma realidade a breve prazo, também foram negociados dinheiros e verbas do PRR para fazer obras em algumas destas Unidades de Saúde Familiar, ou seja, tentando negociar junto, embora não esteja diretamente ligado, também tentamos arranjar alguma verba para esse efeito. -----

Quanto à questão da variante da Estrada Nacional 105, pois, para quando? também gostava, este caminho faz-se caminhando, está sensível a ministra, está sensível o primeiro-ministro e estamos à procura de financiamento, aliás, temos inclusive uma reunião marcada com o novo ministro, já tínhamos tido esta conversa com o ministro anterior, agora temos que retomar com o novo ministro das infraestruturas e, portanto, temos que convencer este novo ministro e ter a certeza se há financiamento e para quando. Quando tivermos, naturalmente, ficaremos tão contentes quanto



senhor deputado, por ver isto concretizado.-----

Quanto à questão do Mosteiro de Santo Tirso, de facto é algo que, para ser muito claro, não tem dado grandes passos, não é só por questão da Câmara Municipal, mas também por parte dos detentores do mosteiro, aliás, o que estamos a tentar fazer, também, junto com o Padre Mateus, é tentar financiamentos, pelo menos, fazer algumas obras no Mosteiro. -----

Quando falou nos Caminhos São Rosendo, pensei que ia revelar a verdade da questão dos Caminhos de São Rosendo, mas não, essa parte ninguém quer tocar, pareceu-me que era o partido de Vossa Excelência que na altura se intitulou, embora não ficasse claro na altura, no comunicado do Rotary, quem é que foi o partido político que se tentou, digamos, aproveitar da ideia do Rotary e dizer que era sua e, portanto, que levou inclusive a determinada pessoa ter que se afastar do Rotary, mas disso não quis falar. -----

Quanto ao processo judicial, processo número 303/21, pede 1.316,00€, mais juros e diz respeito a um acidente de viação ocorrido e na assistência hospital de um tal senhor Ricardo Machado.-----

Quanto à questão do senhor deputado, Jorge Ribeiro, a questão dos dados estatísticos pois, são com base em todos os dados estatísticos, emanados por parte da Câmara Municipal, nas mais diversas áreas sociais, que esta entidade nos reconhece como município familiarmente de responsável, pedem-nos mesmo dados estatísticos e com base nisso, aliás, recordei que já aqui foi muito dito, se calhar, noutros mandatos, não tanto neste, não tenho reafirmado muito isso, mas, de facto dentro da Área Metropolitana do Porto e até quiçá do próprio país somos, de facto dos municípios com maior número de amortecedores sociais implementados e até como cópia por parte de alguns municípios dos mesmos.” -----

A assembleia municipal tomou conhecimento de todo o teor da informação a que se reporta o presente ponto da ordem do dia. -----

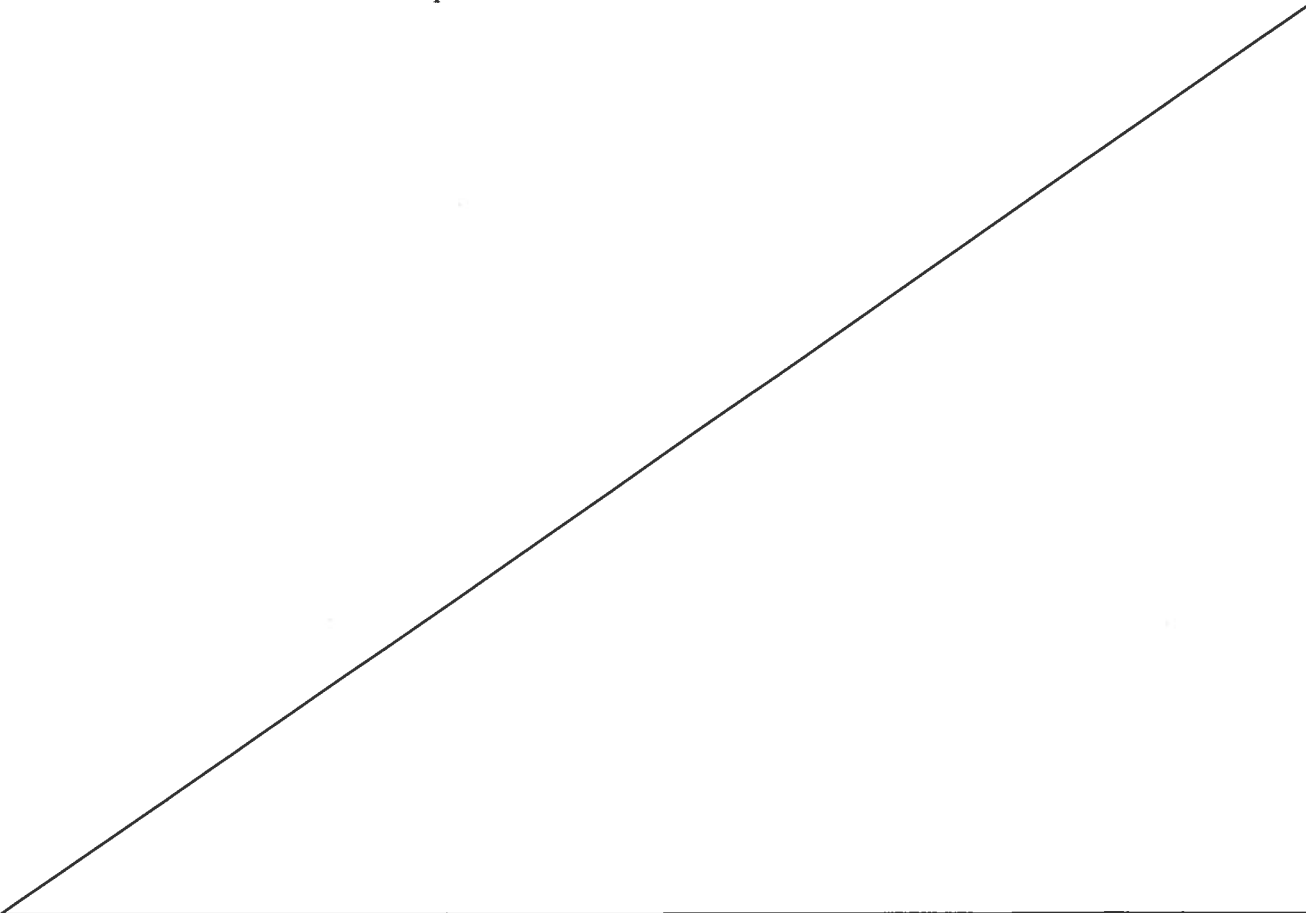


5. DECLARAÇÕES PREVISTAS NO ARTIGO 15.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO (LCPA) – CONHECIMENTO. -----

Presente a deliberação da câmara municipal de nove do corrente mês de fevereiro, da qual constam cópias das declarações previstas nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 15.º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, para conhecimento deste órgão deliberativo, de harmonia com o previsto na alínea c) do n.º 2 do mesmo artigo, da qual se junta cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subseqüentes quatro folhas. -----

Anexa-se à presente ata da sessão a listagem com a identificação dos devedores do município, e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o Anexo II da ata. -----

A assembleia municipal tomou conhecimento. -----





Reunião: ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

4. DECLARAÇÕES PREVISTAS NO ARTIGO 15.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO (LCPA) – CONHECIMENTO. -----

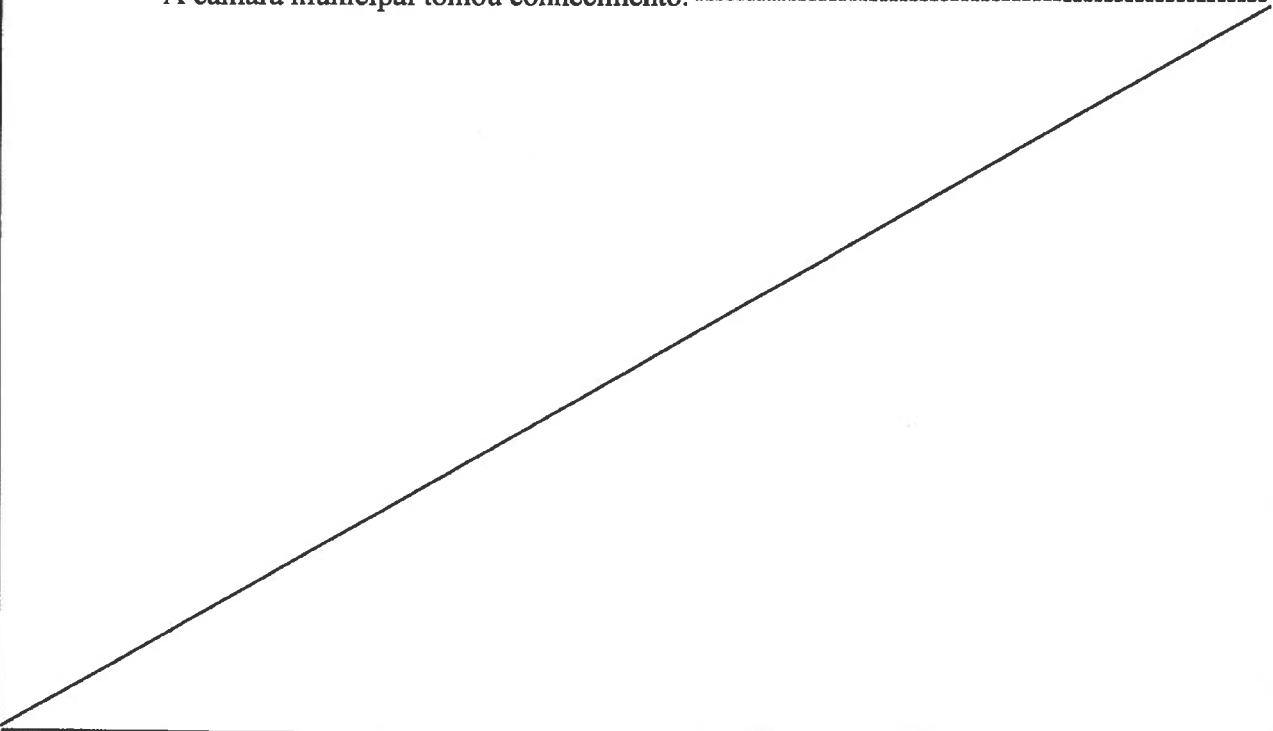
Presente informação da Divisão Financeira, de dezanove de janeiro findo, registada com o número seiscentos e catorze, a informar sobre o disposto no artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro. -----

O senhor presidente da câmara municipal apresentou as declarações previstas nas alíneas a) e b) do n.º 1 do referido artigo 15.º, das quais, para efeitos do disposto na alínea c) do n.º 2 do mesmo artigo, se juntam cópias à presente ata, e dela ficam a fazer parte integrante, constituindo as folhas catorze a dezasseis da mesma. -----

Anexa-se à presente ata a listagem com identificação dos respetivos devedores do município em atraso, e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o Anexo I da ata. -----

A Divisão Financeira deverá promover as diligências necessárias para dar cumprimento ao disposto no n.º 3 do mesmo artigo. -----

A câmara municipal tomou conhecimento. -----



DECLARAÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS

O Presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso, Alberto Manuel Martins da Costa, declara nos termos da alínea a), do nº 1, do artigo 15º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada pela Lei nº 22/2015 de 17 de março, que todos os compromissos plurianuais existentes a 31 de dezembro de 2022, se encontram devidamente registados no Sistema de Normalização Contabilística (SNC-AP).-----

Santo Tirso, 17 de janeiro de 2023.

Alberto Costa,



Presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso

DECLARAÇÃO DE PAGAMENTOS EM ATRASO

O Presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso, Alberto Manuel Martins da Costa, declara para os efeitos previstos na alínea b), do nº 1, do artigo 15º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada pela Lei nº 22/2015 de 17 de março, que o Município de Santo Tirso não tem pagamentos em atraso à data de 31/12/2022. -----

Santo Tirso, 17 de janeiro de 2023.

Alberto Costa,



Presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso

DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTOS EM ATRASO

O presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso, Alberto Manuel Martins da Costa, declara para os efeitos previstos na alínea b), do nº 1, do artigo 15º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada pela Lei 22/2015 de 17 de março, que o montante de recebimentos em atraso existentes a 31 de dezembro de 2022 é de 12.598.997,25€, e encontram-se devidamente registados no Sistema de Normalização Contabilística (SNC-AP).-----

Santo Tirso, 17 de janeiro de 2023.

Alberto Costa,



Presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso

16 48

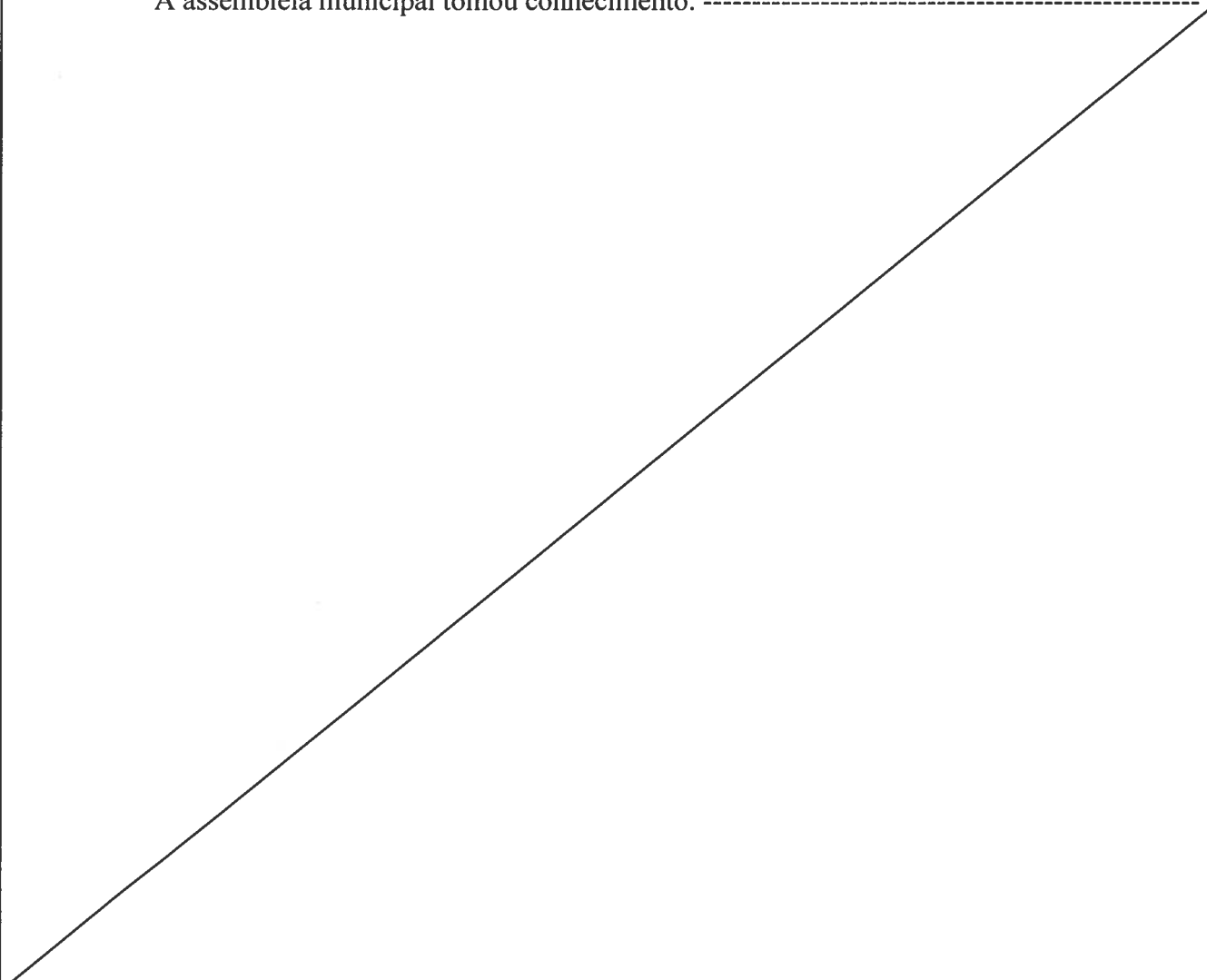




6. RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DA CPCJ DE SANTO TIRSO – 2022:
CONHECIMENTO. -----

Presente ofício da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santo Tirso, de trinta e um de janeiro findo, a remeter, para conhecimento da assembleia municipal, o Relatório Anual de Atividades da CPCJ de Santo Tirso relativo ao ano de dois mil e vinte e dois, conforme previsto na alínea j) do n.º 2 do artigo 18.º da Lei 147/99, de 1 de setembro. -----

A assembleia municipal tomou conhecimento. -----





7. GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2023 DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICIPIOS DO VALE DO AVE (AMAVE): CONHECIMENTO. -----

Presente ofício da Associação de Municípios do Vale do Ave, de quinze de dezembro último, a remeter, para conhecimento da assembleia municipal, o documento “Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2023”, aprovado pela assembleia intermunicipal em reunião de vinte e nove de novembro de dois mil e vinte e dois.-----

A assembleia municipal tomou conhecimento. -----



8. CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE – ELEIÇÃO DE UM PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA EM REPRESENTAÇÃO DA FREGUESIAS DO MUNICIPIO.-----

Presente informação de trinta de janeiro findo, do Departamento de Coesão Social e Promoção da Qualidade de Vida, a informar da necessidade de eleger um presidente de junta de freguesia para representação das freguesias do município no conselho municipal de saúde, de harmonia com o previsto na alínea c) do n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro.-----

Pelo senhor presidente foi feita uma pequena intervenção para explicação do presente assunto.-----

Pela Bancada do Partido Socialista foi apresentada uma proposta de eleição do presidente da junta de freguesia de União das Freguesias de Santo Tirso, Couto (Santa Cristina e S. Miguel) e Burgães, Fernando Jorge Gomes da Silva, para integrar o Conselho Municipal de Saúde, em representação das freguesias do concelho, de harmonia com o previsto na disposição legal atrás referida, conforme documento que se anexa à presente ata, constituindo a subsequente folha. -----

De seguida o senhor presidente da assembleia municipal propôs, que a assembleia municipal procedesse à eleição do presidente de junta. -----

Procedeu-se à votação da proposta que antecede, por escrutínio secreto, tendo-se apurado o seguinte resultado: trinta e dois votos “sim”, sete votos em branco e um voto “contra”. Pelo que, foi eleito para integrar o Conselho Municipal de Saúde o presidente de junta atrás identificado. -----



ORDEM DO DIA | PONTO 8

PROPOSTA

ELEIÇÃO DE UM PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA EM REPRESENTAÇÃO DAS FREGUESIAS DO MUNICÍPIO NO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

A bancada do Partido Socialista propõe, nos termos regimentais, a eleição de **FERNANDO JORGE GOMES SILVA**, presidente da Junta da União de Freguesias de Santo Tirso, Couto (Santa Cristina e São Miguel) e Burgães, para representante das freguesias do Município no Conselho Municipal de Saúde.

Os eleitos do Partido Socialista

Santo Tirso, 23 de fevereiro de 2023



9. TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA O MUNICÍPIO NO DOMÍNIO DA AÇÃO SOCIAL – PROPOSTA DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA ASSUNÇÃO DAS NOVAS COMPETÊNCIAS.-----

Presente para discussão e votação a deliberação da câmara municipal de doze de janeiro findo, da qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes duas folhas da presente ata. -----

Pelo senhor presidente da câmara foi feita uma pequena intervenção para explicação do presente ponto da ordem do dia desta sessão. -----

Interveio na discussão o senhor João Carlos Fernandes Ferreira, eleito enquanto inscrito na lista da coligação PCP-PEV, tendo dito o seguinte:-----

“Em relação a este ponto a CDU irá votar favoravelmente, em coerência, aliás, com aquilo que nós sempre temos defendido em relação a este processo de descentralização de competências.-----

A nossa preocupação centra-se essencialmente naquilo que irá acontecer, depois desta prorrogação do prazo, designadamente em 3 de abril. -----

Conforme decorre ou, pelo menos a nossa interpretação, decorre da fundamentação para a não aceitação, desde já, é que esta transferência de competências, não é acompanhada daquilo que são os recursos financeiros necessários e, portanto, a preocupação que aqui levanto prende-se exatamente com o impacto, quer no orçamento municipal dessa transferência, caso não seja acompanhada desses recursos financeiros e, qual é que é exatamente a divergência, que poderá existir quanto ao montante financeiro necessário para acompanhar estas competências, que vão ser transferidas? -----

Portanto, era só referir aqui esta minha preocupação”. -----

De seguida interveio, novamente, o senhor presidente da câmara para responder a algumas questões colocadas na intervenção anterior, tendo dito o seguinte: -----



Assembleia Municipal de Santo Tirso

“As verbas já foram negociadas, apesar de tudo, já chegamos a um entendimento, não foi em tempo. Também dizer, não foi aqui dito nem questionado, já agora aproveito para avançar que essa mesma negociação, que estamos a falar aqui, é da gestão de processos, nomeadamente, processos de RSI, processos da área social que estão, neste momento, protocolados entre a Segurança Social e algumas instituições do concelho, Cruz Vermelha, Asas, Santa Casa da Misericórdia, a Associação de Ringe.-----

Contrariamente a alguns municípios, o município já encetou diálogo com estas instituições e, portanto, há de manter-se tudo igual, ou seja, toda a verba que há de ser recebida pelo município vai ser transferida, na mesma medida, para a estas instituições, em conformidade com aquilo que é a negociação igual aos valores que já recebiam, portanto, é o próximo passo. -----

O que vai acontecer, já estamos todos de acordo quanto às verbas, já estamos todos de acordo quanto aos processos, portanto, quando em abril passarmos já está tudo encerrado é só passar e continuar dentro desta linha, que é a linha anterior, com os devidos ajustamentos”.-----

Proposta apresentada pela câmara municipal: -----

Que a assembleia municipal delibere prorrogar a sua decisão de não aceitação da transferência de competências do Estado para o município, no domínio da ação social, tomada por deliberação de 12 de janeiro último, até 03 de abril de 2023, de harmonia com o previsto no n.º 5 do artigo 24.º do Decreto-Lei 55/2020, de 12 de agosto, na redação introduzida pelo Decreto-Lei n.º 23/2022 de 14 de fevereiro. -----

A proposta que antecede foi aprovada com trinta e nove votos a favor e uma abstenção do membro eleito enquanto inscrito na lista do Bloco de Esquerda. -----



2. TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA O MUNICÍPIO NO DOMÍNIO DA AÇÃO SOCIAL - PROPOSTA DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA ASSUNÇÃO DAS NOVAS COMPETÊNCIAS. -----

Presente informação da Divisão de Ação Social, de quatro do corrente mês de janeiro, registada com o número oitenta e seis, a informar sobre o a publicação do Decreto-Lei 87-B/2022, de 29 de dezembro, que procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da ação social. O n.º 5 do artigo 24.º do DL 55/2020, na redação agora introduzida, permite que prazo previsto no número anterior desse artigo possa ser prorrogado até 3 de abril de 2023. -----

Pelo senhor presidente da câmara foi apresentada a seguinte proposta: -----

Pelo Decreto-Lei 55/2020, de 12 de agosto, é concretizada a transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da ação social, ao abrigo dos artigos 12.º e 32.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto; -----

Considerando que se mantêm os pressupostos da deliberação da assembleia municipal de seis de dezembro de dois mil e vinte e um (item sete da respetiva ata) e vinte e quatro de fevereiro último, que, sob proposta da câmara municipal, decidiu a não aceitação da transferência de competências do Estado para o município, relativamente aos anos de 2021 e 2022, previstas no artigo 12.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, e no aludido Decreto-Lei 55/2020 (Ação Social); -----

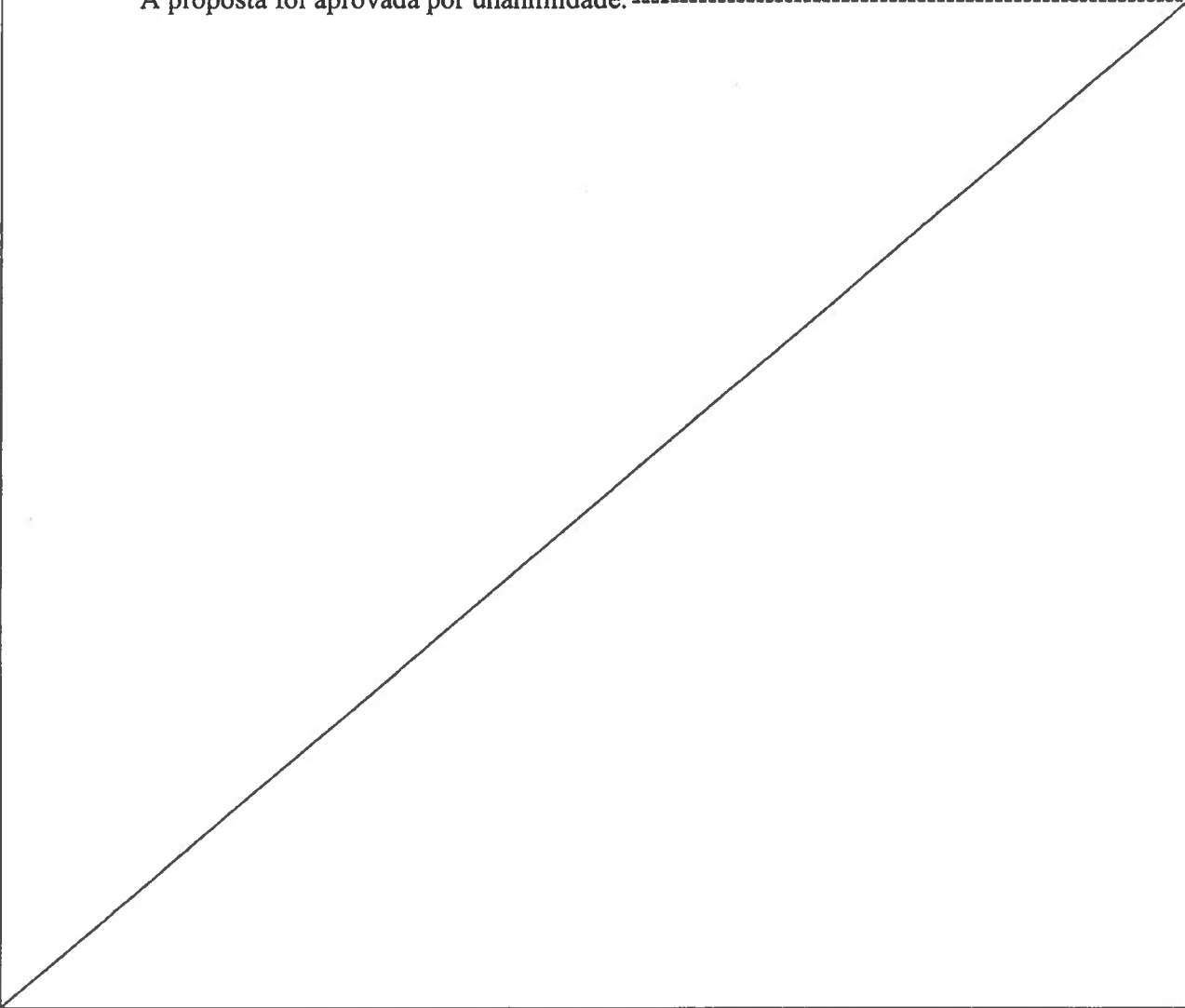
Considerando o teor da aludida informação técnica, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação da câmara municipal; -----

Considerando que a transferência de competências para o município só deve ocorrer quando estiverem devidamente acautelados os recursos financeiros a transferir para o município para o exercício das novas competências. -----



Face ao exposto propomos que a câmara municipal delibere, de harmonia com o previsto no artigo 24.º, n.º 5, do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, na redação que lhe foi dada pelo DL 87-B/2022, de 29/12, e na alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propor à assembleia municipal que delibere prorrogar a sua decisão de não aceitação da transferência de competências do Estado para o município, no domínio da ação social, até 03 de abril de 2023.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----





10. 1.ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA (REVISÃO) AO ORÇAMENTO PARA 2023.-----

Presente para discussão e votação a 1.ª Alteração Orçamental Modificativa (Revisão) às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2023, por integração do saldo de gerência do ano anterior, que consiste na 1.ª Alteração Orçamental Modificativa aos Orçamento da Receita e da Despesa, ao Plano de Atividades Municipal e ao Plano Plurianual de Investimentos, que é efetuada para reforço das verbas de algumas ações previstas no Plano de Atividades Municipal (PAM) e no Plano Plurianual de Investimentos (PPI), bem como inclusão no PPI de novos projetos, cuja identificação consta dos documentos juntos à deliberação da câmara municipal desta data, da qual se junta cópia à presente ata, constituindo as subseqüentes vinte e nove folhas. -----

O saldo de gerência do ano anterior é no montante de 13.707.779,45€ (treze milhões, setecentos e sete mil, setecentos e setenta e nove euros e quarenta e cinco centimos) e a transferência de verbas na área da Saúde é no montante de 768.659,17€(setecentos e sessenta e oito mil, seiscentos e cinquenta e nove euros e dezassete centimos), o que perfaz o total de 14.476.438,62€(catorze milhões, quatrocentos e setenta e seis mil, quatrocentos e trinta e oito euros e sessenta e dois centimos), a incorporar no Orçamento de 2023. -----

O senhor presidente da câmara fez uma pequena intervenção para explicação do assunto.

Interveio o senhor Paulo da Silva Sousa, eleito enquanto inscrito na lista da coligação PPD/PSD.CDS-PP, tendo dito o seguinte, relativamente ao não encerramento da maternidade do Centro Hospital do Médio Ave: -----

“Muito rapidamente, não quis deixar passar este momento sem fazer aqui duas correções, que me parece muito importantes:-----

Queria dizer o seguinte, que fique muito claro que, a maternidade do Hospital de Santo Tirso foi encerrada quando o senhor primeiro-ministro era o Senhor Engenheiro José Sócrates, em 15/06/2006, pelo então ministro, Correia de Campos, e até nem vou discutir, porque ele é um indivíduo muito conhecedor na área da saúde, este era o primeiro ponto, que fique claro, o PSD não



teve nada a ver com o encerramento, quem encerrou foi um governo do Partido Socialista, o ministro Correia de Campos.-----

O outro ponto que também ouvi aqui a ser afirmado, pelo senhor Dr. José Dias e, isso para mim escandalizou-me, foi quando ele disse que foi o Partido Socialista que evitou, que até há pouco tempo, o hospital passasse para os privados, quer dizer ia passar para a Santa Casa da Misericórdia e, nós percebemos isso tudo, eu estive sempre do lado contrário.-----

Quem veio fazer a intervenção foi o Dr. José Dias, não lhe fica muito bem, porque quem ia ser diretor clínico desse hospital era o senhor, o senhor era quem ia ser o diretor clínico. -----

Eu não estava interessado, eu não queria, estive sempre contra, do lado contrário da barreira. Isso são águas passadas, mas por acaso o senhor deveria ter pedido a outro deputado para vir dizer isso, esse pormenor, que foi o PS que contrariou essa decisão”.-----

A assembleia municipal, no exercício da sua competência prevista no artigo 25.º, n.º 1, alínea a), do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, deliberou aprovar os Documentos de Demonstração da Execução Orçamental da Despesa, Demonstração Orçamental da Receita e Demonstração do Desempenho Orçamental relativos à gerência de 2022, bem como a 1.ª Alteração Orçamental Modificativa (Revisão) às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2023, nos precisos termos da proposta enviada pela câmara municipal. -----

A presente deliberação foi tomada com trinta e um favor, e nove abstenções, sendo seis abstenções dos membros eleitos enquanto inscritos na lista da coligação do PPD/PSD.CDS-PP, uma abstenção do membro eleito enquanto inscrito na lista do Bloco de Esquerda, uma abstenção do membro eleito enquanto inscrito na lista do PCP-PEV e uma abstenção do membro eleito enquanto inscrito na lista do Chega. -----



2. 1.ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA (REVISÃO) AO ORÇAMENTO PARA 2023.-----

Presente informação da Divisão Financeira, de dezassete do corrente mês de fevereiro, registada com o número mil setecentos e dois, a remeter os documentos de Demonstração da Execução Orçamental da Despesa, Demonstração da Execução Orçamental da Receita e Demonstração do Desempenho Orçamental relativos à gerência de 2022, bem como proposta de 1.ª Alteração Orçamental Modificativa (revisão) às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2023, por integração do saldo de gerência do ano anterior e da transferência de verbas para o município no âmbito da transferência de competências no domínio da saúde, que consiste na 1.ª Alteração Orçamental Modificativa aos Orçamento da Receita e da Despesa, ao Plano de Atividades Municipal e ao Plano Plurianual de Investimentos, que é efetuada para reforço das verbas de algumas ações previstas no Plano de Atividades Municipal (PAM) e no Plano Plurianual de Investimentos (PPI), bem como inclusão no PPI de novos projetos, identificados nos respetivos documentos. -----

O saldo de gerência do ano anterior é no montante de 13.707.779,45€ (treze milhões, setecentos e sete mil, setecentos e setenta e nove euros e quarenta e cinco centimos) e a transferência de verbas na área da Saúde é no montante de 768.659,17€ (setecentos e sessenta e oito mil, seiscentos e cinquenta e nove euros e dezassete centimos), o que perfaz o total de 14.476.438,62€ (catorze milhões, quatrocentos e setenta e seis mil, quatrocentos e trinta e oito euros e sessenta e dois centimos), a incorporar no Orçamento de 2023. -----

O senhor presidente da câmara propôs que a câmara municipal, ao abrigo da sua competência prevista na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, deliberasse propor à assembleia municipal: -----

A) A aprovação dos documentos de Demonstração da Execução Orçamental da Despesa, Demonstração Orçamental da Receita e Demonstração do Desempenho Orçamental relativos à gerência de 2022, dos quais se anexam cópias à presente ata e dela ficam a fazer parte integrante,



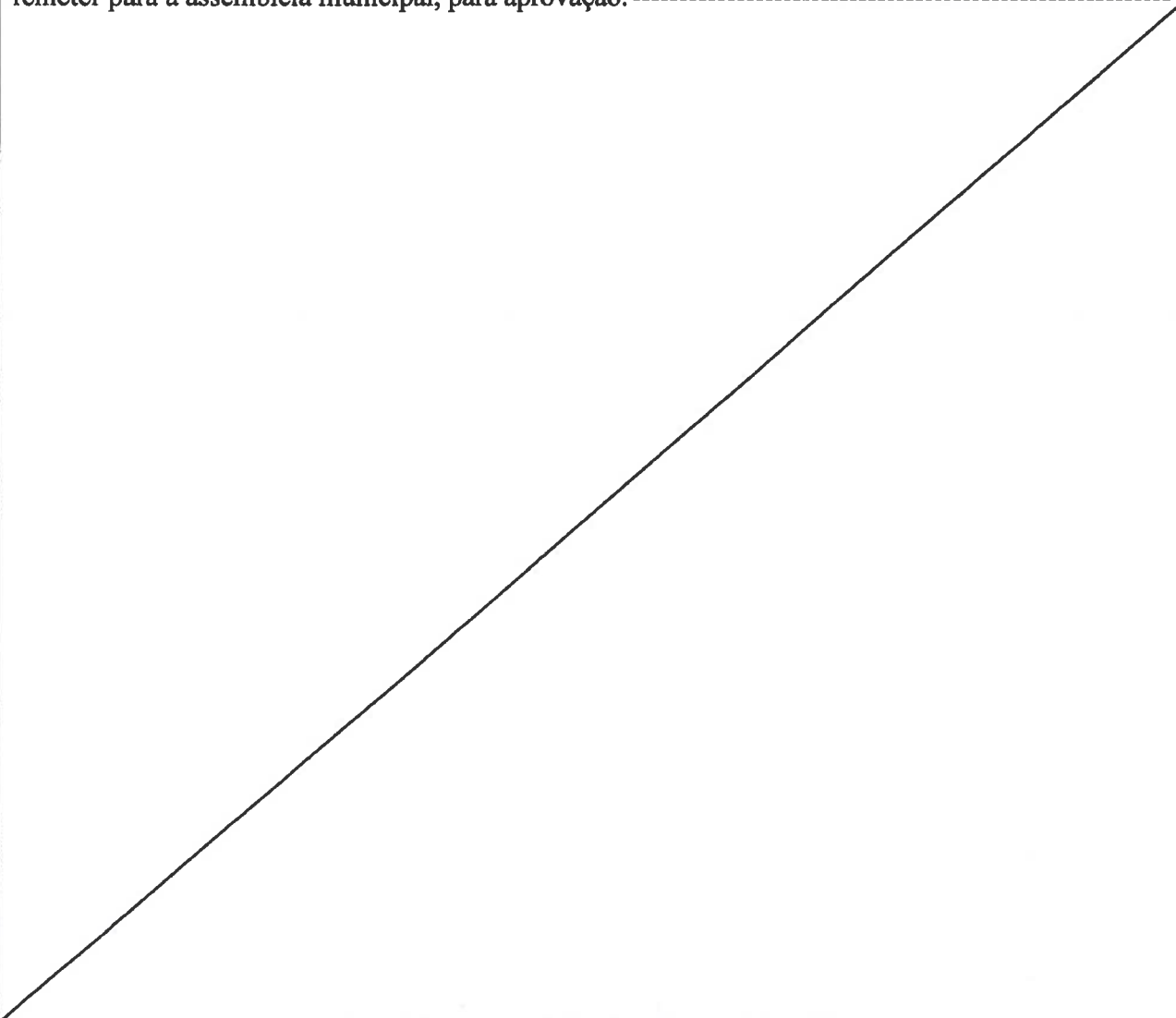
Reunião: ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

constituindo as subsequentes dezassete folhas;-----

B) A aprovação da primeira alteração orçamental modificativa (1.ª revisão) às Grandes Opções do Plano e Orçamento do ano de 2023, nos termos atrás referidos, conforme documentos que se anexam à presente ata e dela ficam a fazer parte integrante, constituindo as folhas vinte e sete a trinta e seis da mesma. -----

A câmara municipal deliberou, por unanimidade, aprovar as propostas atrás referidas e remeter para a assembleia municipal, para aprovação. -----



ADMINISTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA
MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE

Pág. : 1
10 Ano : 2022

Período : 2022/01/01 2022/12/31 Desagregar : S

Classificação		Despesas por pagar de períodos anteriores (1)	Detalhes corrigidas (2)	Cativos / desativados (3)	Compromissos (4)	Obrigações (5)	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transitar (9)=(4)-(5)	Obrigações por pagar (10)=(5)-(6)	Exec. Orçamental	
Rubrica Orgânica Econômica	Designação						Períodos anteriores (6)	Período corrente (7)	Total (8)=(6)+(7)			Per. Aut. (11)=(6)/(2)x100	Per. Corr. (12)=(7)/(2)x100
01	Despesa corrente	284.910,85	36.700.723,12		36.665.936,54	33.059.562,61	284.130,14	35.405.502,80	32.753.632,94	3.595.073,93	316.329,67	0,66	83,35
011	Despesas com o pessoal	155.165,81	14.750.201,18		14.704.216,11	14.668.582,83	155.165,81	14.321.058,77	14.476.224,58	37.633,28	190.358,25	1,85	91,04
02	Remunerações Certas e permanentes	151.059,13	11.357.090,69		11.355.164,74	11.351.267,74	151.059,13	11.014.197,81	11.165.255,94	13.857,80	186.011,90	1,33	95,64
	CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS	151.059,13	11.357.090,69		11.355.164,74	11.351.267,74	151.059,13	11.014.197,81	11.165.255,94	13.857,80	186.011,90	1,33	95,64
	MUNICÍPIOS												
01	Despesas com o pessoal	151.059,13	11.357.090,69		11.355.164,74	11.351.267,74	151.059,13	11.014.197,81	11.165.255,94	13.857,80	186.011,90	1,33	95,64
0101	Remunerações certas e permanentes	151.059,13	11.357.090,69		11.355.164,74	11.351.267,74	151.059,13	11.014.197,81	11.165.255,94	13.857,80	186.011,90	1,33	95,64
010101	TITULARES ORÇÃO SEVERANIA E	7.732,36	244.559,56		244.559,01	244.559,01	7.732,36	215.844,63	236.777,25		7.732,36	3,16	93,64
	MEMBROS ORÇÃO AUTÁRQUICOS												
010102	Orgãos sociais												
010104	Pessoal quadro-regime contrate individual trabalho	125.843,52	7.247.875,20		7.243.109,12	7.243.406,12	125.843,52	6.956.315,41	7.084.218,93		145.185,15	1,74	95,14
01010401	Pessoal em funções	115.169,20	7.061.524,15		7.061.524,15	7.061.524,15	115.169,20	6.796.017,20	6.915.485,40		146.416,75	1,65	95,23
01010402	Alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório	5.212,56	56.452,15		56.402,15	56.402,15	5.212,56	51.195,63	56.402,15		5.212,56	5,43	94,56
01010403	Alterações facultativas de posicionamento remuneratório												
01010404	Recrutamento de pessoal para novos postos de trabalho	1.162,76	89.499,82		89.081,74	89.081,74	1.162,76	81.168,58	92.331,34		2.750,40	1,30	99,69
010106	Pessoal contratado a termo	1.258,52	677.635,15		677.635,15	677.635,15	1.258,52	666.646,90	667.944,62		5.639,23	0,19	98,36
01010601	Pessoal em funções		626.510,16		626.510,16	626.510,16		616.507,95	618.507,95		1.002,15		98,72
01010604	Recrutamento de pessoal para novos postos de trabalho	1.258,52	50.725,05		50.725,05	50.725,05	1.258,52	47.738,95	49.986,57		1.686,09	2,56	94,11
010107	Pessoal em regime tarefa ou avença	9.222,00	595.100,00		595.385,57	544.432,57	9.222,00	528.620,34	536.842,34	13.857,80	7.650,23	1,41	90,35
010109	Pessoal aguardando aposentação		23.725,59		23.725,59	23.725,59		22.957,04	22.957,04		326,45		95,29
010109	Pessoal em qualquer outra situação	4.529,47	138.868,16		138.868,16	138.868,16	4.529,47	130.351,70	134.891,17		3.587,01	3,26	93,87
010111	Representação	3.003,73	116.557,68		116.856,62	116.856,62	3.003,73	110.083,17	113.086,90		3.003,72	2,57	94,14
01011101	ELEIÇÕES LIGAS	1.659,42	51.090,00		51.090,02	51.090,02	1.659,42	47.656,23	49.354,65		1.659,42	3,25	93,43
01011106	DIRETORES	1.345,31	65.467,68		65.467,60	65.467,60	1.345,31	62.396,94	63.732,25		2.155,35	2,04	94,69
010113	Subsídio refeição		915.393,65		914.702,63	914.702,63		914.702,63	914.702,63				95,53
010114	Subsídios férias e natal		1.522.716,05		1.522.716,05	1.522.716,05		1.515.507,79	1.515.507,79		2.810,25		95,82
010115	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	428,13	24.272,51		24.272,51	24.272,51	428,13	23.566,90	23.566,90		275,56	1,76	95,10
012	Abonos Variáveis ou Eventuais	4.107,68	315.245,46		311.119,35	311.119,35	4.107,68	322.664,26	326.771,94		1.346,45	1,19	93,46
01	ASSERLEIA MUNICIPAL		33.000,00		15.869,36	15.869,36		15.869,36	15.869,36				60,27
0102	Despesas com o pessoal		33.000,00		15.869,36	15.869,36		15.869,36	15.869,36				60,27
010201	Abonos variáveis ou eventuais		33.000,00		15.869,36	15.869,36		15.869,36	15.869,36				60,27
010201	Ajuda custo		3.000,00										
010213	Outros suplementos e prêmios		10.000,00		15.869,36	15.869,36		15.869,36	15.869,36				62,29
01021301	Outros		2.000,00										
01021301	Senhas de presença		28.000,00		15.869,36	15.869,36		15.869,36	15.869,36				71,93
02	CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS	4.107,68	312.245,46		311.230,03	311.230,03	4.107,68	306.775,90	306.893,58		1.346,45	1,32	95,57
	MUNICÍPIOS												
01	Despesas com o pessoal	4.107,68	312.245,46		311.230,03	311.230,03	4.107,68	306.775,90	306.893,58		1.346,45	1,32	95,57
0102	Abonos variáveis ou eventuais	4.107,68	312.245,46		311.230,03	311.230,03	4.107,68	306.775,90	306.893,58		1.346,45	1,32	95,57
010202	Horas extraordinárias	2.699,19	187.312,43		187.312,43	187.312,43	2.699,19	181.646,21	184.345,35		2.966,01	1,44	95,55
010203	Alimentação e alojamento												
010204	Ajuda custo		11.773,24		11.773,24	11.773,24		11.773,24	11.773,24				100,00
010205	Abono para falhas	125,70	28.117,05		28.043,62	28.043,62	125,70	27.756,58	27.882,28		153,21	0,45	98,72
010210	Subsídio trabalho noturno	40,21	3.575,73		3.575,73	3.575,73	40,21	3.919,43	3.959,64		116,05	1,01	95,07
010211	Subsídio turno	1.018,35	56.401,27		56.401,27	56.401,27	1.018,35	56.431,15	57.509,50		931,77	1,74	95,73
010212	Indemnizações por cessação de funções		4.507,00		4.057,00	4.057,00		4.057,00	4.057,00				99,16
010213	Outros suplementos e prêmios	225,24	18.166,74		17.666,74	17.666,74	225,24	17.230,25	17.455,53		211,21	1,24	94,85
01021301	Prêmios de desempenho		500,00										
01021302	Outros	225,24	13.562,99		13.562,99	13.562,99	225,24	13.526,45	13.516,67		211,21	1,61	95,87
01021303	Senhas de presença		3.703,84		3.703,84	3.703,84		3.703,84	3.703,84				100,00
013	Segurança social	3.015.544,03	3.015.544,03		3.007.932,98	2.994.156,70		2.994.156,70	2.994.156,70	23.736,28			98,55
02	CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS	3.015.544,03	3.015.544,03		3.007.932,98	2.994.156,70		2.994.156,70	2.994.156,70	23.736,28			98,55
	MUNICÍPIOS												
Total :		155.165,81	11.740.737,15		11.696.283,11	11.692.386,13	155.165,81	11.336.962,67	11.452.027,69	13.857,80	190.358,25	1,32	95,55

DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA
MUNICÍPIO DE SANTO TIAGO

Pág. : 2
11 Ano : 2022
62

Período : 2022/01/01 2022/12/31 Desagregar : S

Classificação		Despesas por pagar de períodos anteriores (1)	Dotações corrigidas (2)	Cativos / desactivos (3)	Compromissos (4)	Obrigações (5)	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transitar (9)=(4)-(5)	Obrigações por pagar (10)=(5)-(8)	Gra. Exec. Orçamental	
Subrubrica Orçânica Económica	Designação						Períodos anteriores (6)	Período corrente (7)	Total (8)=(6)+(7)			Pers. Ant. (11)=(6)/ (2)x100	Pers. Corr. (12)=(7)/ (2)x100
01	Despesas com o pessoal		3.015.544,03		3.007.932,56	2.981.156,70	2.984.156,70	2.984.156,70	23.36,28			96,55	
0101	Segurança social		3.015.544,03		3.007.932,56	2.981.156,70	2.984.156,70	2.984.156,70	23.36,28			96,55	
010102	Outros encargos com a saúde		82.536,55		82.040,11	82.040,11	82.040,11	82.040,11				95,43	
010103	Subsídio familiar crianças e jovens		11.525,36		11.428,88	11.428,88	11.428,88	11.428,88				95,84	
010104	Outras prestações familiares		20.423,72		20.423,72	20.423,72	20.423,72	20.423,72				100,00	
010105	Contribuições para segurança social		2.716.570,33		2.715.351,53	2.715.351,53	2.715.351,53	2.715.351,53				95,56	
01010501	Assistência na doença funcionários públicos		266.574,52		266.405,56	266.405,56	266.405,56	266.405,56				95,54	
01010502	Seg. social regime contrato trabalho funções públicas(RCTFP)		2.449.595,41		2.446.946,37	2.448.946,37	2.446.946,37	2.446.946,37				95,56	
0101050201	Caixa Geral de Aposentações		1.224.661,43		1.224.661,43	1.224.661,43	1.224.661,43	1.224.661,43				100,00	
0101050202	Segurança social - regime geral		1.225.333,58		1.224.284,54	1.224.284,54	1.224.284,54	1.224.284,54				95,51	
010106	Acidentes em serviços e doenças profissionais		117,41		117,41	117,41	117,41	117,41				100,00	
010109	Seguros		183.896,66		178.570,53	154.834,65	154.834,65	154.834,65	23.36,28			84,20	
01010901	Seguros acidentes trabalho e doenças profissionais		183.896,66		178.570,53	154.834,65	154.834,65	154.834,65	23.36,28			84,20	
010110	Outras despesas segurança social		500,00										
01011001	Eventualidade Maternidade, paternidade e adopção		500,00										
02	Aquisição de bens e serviços	125.230,91	18.867.346,31		17.035.630,57	13.876.706,71	106.932,56	13.661.289,29	13.758.221,85	3.150.931,86	118.404,86	0,57	72,35
0201	ASSEMBLEIA MUNICIPAL		12.950,00		7.253,35	731,43		731,43	731,43	6.561,52		5,66	
020101	Aquisições bens serviços		12.950,00		7.253,35	731,43		731,43	731,43	6.561,52		5,66	
02010101	Aquisições bens		3.850,00										
02010102	Outros bens		3.850,00										
02010103	OUTROS BENS		3.850,00										
020102	Aquisição serviços		9.690,00		7.253,35	731,43		731,43	731,43	6.561,52		6,13	
02010201	Outros serviços		9.690,00		7.253,35	731,43		731,43	731,43	6.561,52		6,13	
02010203	OUTROS		9.690,00		7.253,35	731,43		731,43	731,43	6.561,52		6,13	
0202	CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPAIS	125.230,91	18.854.536,31		17.028.345,22	13.875.975,28	106.932,56	13.650.557,86	13.757.450,42	3.152.349,94	118.404,86	0,57	72,40
020201	Aquisições bens serviços	125.230,91	18.854.536,31		17.028.345,22	13.875.975,28	106.932,56	13.650.557,86	13.757.450,42	3.152.349,94	118.404,86	0,57	72,40
02020101	Aquisições bens		4.980.357,45		4.782.182,45	2.577.334,01	11.551,76	2.595.775,58	2.587.334,74	1.804.348,45	30.506,27	0,24	55,50
0202010101	Materiais-primas e subsidiarias		3.121,52		552.268,60	422.024,39	3.056,76	416.344,43	415.401,22	130.244,21	2.623,17	0,52	71,03
0202010102	Combustíveis e lubrificantes		569,06		206.377,19	140.458,58	145,54	136.529,52	140.075,46	25.678,61	423,12	0,07	66,58
0202010103	Gasolina		26.550,00		26.065,36	15.445,36		15.445,36	15.445,36	6.624,00			68,11
0202010104	Gasóleo		136.550,00		134.625,75	92.915,18		92.915,18	92.915,18	41.714,57			68,04
0202010105	Outros		43.800,00		43.678,08	28.138,04	145,54	27.586,98	27.714,52	15.540,04	423,12	0,33	62,54
02020104	Limpeza higiene		100,00										
02020105	Alimentação - refeições confeccionadas		3.285.505,35		3.251.388,32	1.866.671,73	1.866.671,73	1.866.671,73	1.384.716,59			56,82	
02020107	Vestuário e artigos pessoais		7.850,00		7.450,81	6.320,86		6.320,86	6.320,86	1.129,95	11,80		80,37
02020109	Material escritório	2.376,13	114.350,00		94.076,98	61.123,51	1.665,33	57.083,46	58.748,79	32.953,07	2.375,12	1,46	45,52
0202010901	Produtos químicos e farmacêuticos		50.000,00		50.000,00	41.514,76		41.514,76	41.514,76	8.485,24			83,03
02020114	Outro material peças		50,00										
02020115	Prêmios comemorações e ofertas		6.068,50		374.347,35	305.819,81	4.051,00	282.212,81	277.063,67	69.337,51	17.855,67	1,25	74,25
02020117	Ferramentas e utensílios		255,20		2.262,03	2.262,03		1.566,83	1.566,83	295,20			76,57
02020120	Material educação cultura e recreio		4.725,35		132.171,42	91.487,16	1.832,70	75.846,57	77.678,27	47.674,26	6.817,89	1,21	49,89
02020121	Outros bens		113.410,00		111.835,76	47.500,75		47.500,75	47.500,75	63.935,01			42,24
0202012103	OUTROS BENS		113.410,00		111.835,76	47.500,75		47.500,75	47.500,75	63.935,01			42,24
020202	Aquisição serviços	109.050,75	13.553.558,82		12.246.162,76	10.898.141,27	95.380,80	10.714.777,86	10.810.158,68	1.348.021,49	87.686,59	0,68	76,79
02020201	Encargos instalações		2.200.000,00		2.125.325,44	2.118.375,31	55.420,46	2.055.446,60	2.114.857,86	10.920,13	3.508,25	2,70	93,00
0202020101	ELECTRICIDADE		916.900,00		782.939,04	92.934,04	53.442,51	727.635,16	781.077,69	1.960,35	6,54	85,06	
0202020102	Água		152.000,00		185.316,57	187.386,89		187.133,66	187.133,66	980,46	232,23		57,47
0202020103	ILUMINAÇÃO PÚBLICA		598.200,00		584.509,35	974.937,81		974.910,66	974.910,66	5.520,54	27,15	97,66	
0202020104	Gás	5.577,55	192.000,00		172.077,66	171.678,55	5.577,55	164.312,08	170.250,03	399,11	1.306,52	3,11	85,58
0202020105	OUTROS		1.700,00		1.454,82	1.454,82		1.454,82	1.454,82				85,58
02020202	Limpeza higiene		531,50		696.431,65	558.415,66	531,50	557.390,16	558.231,66	140.015,95	184,00	0,12	72,51
02020203	Conservação bens		1.266,16		189.553,95	136.590,57	1.666,16	137.116,54	138.384,70	60.853,02	516,27	0,55	59,77
02020204	Locação edifícios		3.337,36		215.576,71	216.211,81	3.337,36	211.525,89	214.663,25	1.384,87	3.346,56	1,52	95,30
Total :		237.687,76	23.099.519,16		22.740.578,71	20.679.052,05	231.673,05	20.216.561,37	20.450.834,42	2.061.557,65	228.417,63	1,00	97,56

DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA
MUNICÍPIO DE SANTO TIAGO

Pág. : 1

12 de 2022

Período : 2022/01/01 2022/12/31 Desagregar : S

Classificação		Despesas por pagar de períodos anteriores (1)	Detalhes corrigidas (2)	Cativos / descativos (3)	Compromissos (4)	Obrigações (5)	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transferir (9) = (4) - (5)	Obrigações por pagar (10) = (5) - (8)	Grau Exec. Orçamental	
Rubrica Orçamentária Econômica	Designação						Períodos anteriores (6)	Período corrente (7)	Total (8) = (6) + (7)			Pers. Ant. (11) = (6) / (2) x 100	Per. Corr. (12) = (7) / (2) x 100
020209	Locação outros bens	7.250,75	319.300,00		316.713,13	286.546,37	7.250,75	287.358,02	294.608,77	31.743,76	12.340,60	2.77	83.73
020209	Comunicações	259,05	216.550,00		185.354,95	136.304,59	259,05	134.543,11	134.801,16	45.345,15	1.503,71	0.12	62.13
020210	Transportes	29,10	1.327.600,00		1.123.629,48	1.067.418,18		1.047.055,29	1.047.355,29	56.241,70	20.365,39		45.00
020210	Representação dos serviços	1.450,70	163.550,00		103.143,45	51.305,19		53.734,06	53.734,06	45.064,79	615,61		51.69
020212	Seguros		266.800,00		234.521,70	227.155,40		227.155,40	227.155,40	7.366,30			85.14
020213	Deslocações e estadias	66,00	58.468,93		56.761,75	55.428,38		55.284,38	55.284,38	1.384,41	136,00		94.55
020214	Estudos pareceres projectos e consultoria	1.616,51	731.500,38		612.801,28	223.553,55	1.616,51	217.032,27	220.406,35	395.147,73	3.247,20	0.46	29.65
020215	Formação		16.100,00		16.101,57	16.251,57		16.251,57	16.251,57	150,00			93.06
020216	Seminários exposições e similares												
020217	Publicidade	1.856,20	396.520,00		395.764,36	219.035,15	1.856,20	215.182,59	215.035,15	86.725,17		1.25	65.57
020217-01	Informação obrigatória		13.570,00		13.040,25	13.040,25		13.040,25	13.040,25				96.10
020217-0101	EDITAIS/AVISO		10.000,00		9.780,75	9.780,75		9.780,75	9.780,75				97.81
020217-0102	CURSOS		3.570,00		3.259,50	3.259,50		3.259,50	3.259,50				91.20
020217-02	Divulgação Institucional	1.856,20	253.550,00		252.724,11	205.550,54	1.856,20	202.142,71	205.550,54	86.725,17		1.31	66.77
020217-0201	CARGOS DE COMUNICACAO SOCIAL		50,00										
020217-0202	CAMPANHAS PUBLICITARIAS	1.856,20	77.000,00		76.957,05	51.501,20	1.856,20	46.836,35	51.501,20	24.955,85		1.66	63.43
020217-0203	ATIVIDADES MUNICIPAIS	753,35	106.400,00		105.711,12	95.540,20	753,35	95.154,85	95.540,20	5.385,35		0.75	93.15
020217-0204	CURSOS		110.500,00		110.155,90	51.145,54		51.145,54	51.145,54	56.005,36			45.00
020218	Assistencia tecnica	165,71	363.400,00		332.530,40	285.255,25		285.255,25	285.255,25	43.271,15			75.60
020219	Outros trabalhos especializados	23.427,68	4.910.420,40		4.715.966,50	4.365.165,03	13.350,55	4.305.594,04	4.322.545,03	354.801,87	42.220,30	0.56	86.59
020219-01	RECUPERA RESIDUOS SOLIDOS	11.524,20	1.184.500,00		1.182.231,70	1.182.074,41	10.644,37	1.170.085,52	1.190.733,65	17,76	1.340,55	0.50	98.79
020219-02	TRATAMENTO DE RESIDUOS SOLIDOS		2.057.950,50		2.057.239,35	2.057.239,35		2.057.239,35	2.057.239,35				99.57
020219-03	TRATAMENTO AGUAS RESIDUAIS	1.950,65	67.600,00		66.548,36	46.055,16	1.950,65	42.270,00	44.173,68	14.153,20	1.921,49	2.82	66.53
020219-04	SERVICIOS ESPECIALIZADOS DIVERSOS		9.130,00		9.017,35	5.770,15		5.770,15	5.770,15	3.247,20			63.20
020219-05	SERVICIOS ESPECIALIZADOS DIVERSOS	9.942,63	1.451.235,50		1.370.931,10	1.033.596,85	902,54	594.225,59	955.006,92	336.914,21	38.557,57	0.06	66.51
020223	Outros serviços especializados												
020224	Encargos cobrança receitas		333.400,00		333.120,32	333.120,32		333.120,32	333.120,32				99.52
020225	Outros serviços	2.358,25	650.250,00		627.135,39	568.110,85	2.358,25	565.755,55	568.110,84	59.004,45	0,01	0.56	87.01
020225-01	CONFERENCIAS/PROPOZICOES	0,01	1.500,00		1.132,46	651,15		651,15	651,15	781,30	0,01		42.41
020225-02	CURSOS	2.358,25	648.750,00		625.702,84	567.459,69	2.358,25	565.124,44	567.459,69	56.243,15		0.56	87.11
03	Juros e outros encargos		151.000,00		146.074,73	145.800,63		145.800,63	145.800,63	194,10			96.10
03-01	CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPAIS		15.000,00		14.574,93	14.780,83		14.780,83	14.780,83	154,10			95.07
03-02	Juros e outros encargos		15.000,00		14.574,93	14.780,83		14.780,83	14.780,83	154,10			95.07
03-03	Outros encargos financeiros		15.000,00		14.574,93	14.780,83		14.780,83	14.780,83	154,10			95.07
03-04	Outros encargos financeiros		15.000,00		14.574,93	14.780,83		14.780,83	14.780,83	154,10			95.07
03-05	OPERAÇÕES FINANCEIRAS		106.000,00		103.055,80	103.055,80		103.055,80	103.055,80				97.54
03-06	Juros e outros encargos		106.000,00		103.055,80	103.055,80		103.055,80	103.055,80				97.54
03-07	Juros da dívida pública		106.000,00		103.055,80	103.055,80		103.055,80	103.055,80				97.54
03-08	Sociedades financeiras-bancos e outras inst. financeiras		106.000,00		103.055,80	103.055,80		103.055,80	103.055,80				97.45
03-09	Empréstimos médio longo prazo		106.000,00		103.055,80	103.055,80		103.055,80	103.055,80				97.45
03-10	Administração pública central - Estado		1.000,00										
03-11	Empréstimos de crédito e longos prazos		1.000,00										
04	Transferências e subsídios correntes	2.436,10	4.274.227,34		4.217.307,42	3.967.624,29	1.476,10	3.960.135,23	3.961.611,33	249.963,13	5.812,96	0.03	92.65
04-01	Transferências correntes	2.436,10	4.274.227,34		4.217.307,42	3.967.624,29	1.476,10	3.960.135,23	3.961.611,33	249.963,13	5.812,96	0.03	92.65
04-01-01	Administrações Públicas		1.096.173,90		1.057.044,30	894.629,65		894.629,65	894.629,65	162.414,65			81.61
04-01-01-01	Administração Central - Estado												
04-01-01-02	Português												
04-01-01-03	Administração Central - Outras entidades												
04-01-01-04	Segurança Social												
04-01-01-05	Administração Regional												
04-01-01-06	Administração Local		1.096.173,90		1.057.044,30	894.629,65		894.629,65	894.629,65	162.414,65			81.61
04-01-01-07	CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPAIS		1.096.173,90		1.057.044,30	894.629,65		894.629,65	894.629,65	162.414,65			81.61
04-01-01-08	Transferências correntes		1.096.173,90		1.057.044,30	894.629,65		894.629,65	894.629,65	162.414,65			81.61
04-01-01-09	Administração local		1.096.173,90		1.057.044,30	894.629,65		894.629,65	894.629,65	162.414,65			81.61
04-01-01-10	Contínente		1.096.173,90		1.057.044,30	894.629,65		894.629,65	894.629,65	162.414,65			81.61
	Total :	250.356,72	33.777.467,49		31.685.925,41	26.699.170,17	262.050,37	26.116.226,84	23.399.327,06	3.196.735,24	300.943,11	0.76	83.25

DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA
MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE

Pág.: 4
13 Ano: 2022

Período: 2022/01/01 2022/12/31 Desagregar: S

Classificação	Despesas por pagar de períodos anteriores	Despesas corrigidas	Cafos / descativos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transitar	Obrigações por pagar	Gru Exec. Orçamental	
Designação	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	Períodos anteriores	Período corrente	Total	(6)=(4)-(5)	(10)=(5)-(8)	Pers. Ant. (11)=(6)/(2)x100	Pers. Corr. (12)=(7)/(2)x100
04050102 Freguesias		853.000,00		852.065,45	825.012,45		825.012,45	825.012,45	27.932,00			95,72
04050104 Associação Municípios		145.323,58		107.173,45	69.617,20		69.617,20	69.617,20	37.556,25			47,90
04050106 Outros		57.850,00		57.805,40					57.805,40			
0412 Entidades do Setor Não Lucrativo	2.436,10	2.584.358,36		2.572.507,21	2.407.035,52	1.476,10	2.479.746,46	2.481.222,56	85.471,85	5.812,55	0,05	95,55
02 Câmara Municipal e Serviços	2.436,10	2.584.358,36		2.572.507,21	2.407.035,52	1.476,10	2.479.746,46	2.481.222,56	85.471,85	5.812,55	0,05	95,55
MUNICIPAIS												
04 Transferências correntes	2.436,10	2.584.358,36		2.572.507,21	2.407.035,52	1.476,10	2.479.746,46	2.481.222,56	85.471,85	5.812,55	0,05	95,55
0407 Instituições sem fins lucrativas	2.436,10	2.584.358,36		2.572.507,21	2.407.035,52	1.476,10	2.479.746,46	2.481.222,56	85.471,85	5.812,55	0,05	95,55
040701 Instituições sem fins lucrativos	2.436,10	2.584.358,36		2.572.507,21	2.407.035,52	1.476,10	2.479.746,46	2.481.222,56	85.471,85	5.812,55	0,05	95,55
0413 Famílias		593.695,00		597.835,91	595.759,12		595.759,12	595.759,12	2.076,79			96,66
02 Câmara Municipal e Serviços		593.695,00		597.835,91	595.759,12		595.759,12	595.759,12	2.076,79			96,66
MUNICIPAIS												
04 Transferências correntes		593.695,00		597.835,91	595.759,12		595.759,12	595.759,12	2.076,79			96,66
0406 Famílias		593.695,00		597.835,91	595.759,12		595.759,12	595.759,12	2.076,79			96,66
040602 Outras		593.695,00		597.835,91	595.759,12		595.759,12	595.759,12	2.076,79			96,66
04060201 Programas Cupacionais		221.000,00		218.923,21	218.923,21		218.923,21	218.923,21	2.076,79			96,06
04060202 Outras		372.695,00		378.912,70	376.835,91		376.835,91	376.835,91				96,43
0414 Outras												
042 Subsidios Correntes												
05 Outras despesas correntes	2.070,03	649.028,29		562.719,71	413.360,15	555,67	411.130,00	411.694,55	149.351,56	1.673,60	0,09	63,35
06 ASSEMBLEIA MUNICIPAL		6.000,00		1.318,32	1.318,32		1.318,32	1.318,32				21,57
06 Outras despesas correntes		6.000,00		1.318,32	1.318,32		1.318,32	1.318,32				21,57
0602 Diversas		6.000,00		1.318,32	1.318,32		1.318,32	1.318,32				21,57
060203 Outras		6.000,00		1.318,32	1.318,32		1.318,32	1.318,32				21,57
06020305 Outras		6.000,00		1.318,32	1.318,32		1.318,32	1.318,32				21,57
02 Câmara Municipal e Serviços	2.070,03	649.028,29		561.401,39	412.045,83	555,67	409.820,56	410.376,23	149.351,56	1.673,60	0,09	63,35
MUNICIPAIS												
06 Outras despesas correntes	2.070,03	649.028,29		561.401,39	412.045,83	555,67	409.820,56	410.376,23	149.351,56	1.673,60	0,09	63,35
0602 Diversas	2.070,03	649.028,29		561.401,39	412.045,83	555,67	409.820,56	410.376,23	149.351,56	1.673,60	0,09	63,35
060203 Outras	2.070,03	649.028,29		561.401,39	412.045,83	555,67	409.820,56	410.376,23	149.351,56	1.673,60	0,09	63,35
06020305 Outras	2.070,03	649.028,29		561.401,39	412.045,83	555,67	409.820,56	410.376,23	149.351,56	1.673,60	0,09	63,35
06 Despesa de capital	61.607,51	21.252.626,75		16.607.810,17	12.809.123,83	61.604,91	12.679.001,59	12.736.569,50	3.180.686,34	72.357,33	0,29	56,64
02 Aquisição de bens de capital	56.607,51	16.192.682,18		10.953.393,00	8.033.957,25	56.604,91	7.904.915,01	7.961.589,92	2.919.435,75	72.357,33	0,35	40,82
02 Câmara Municipal e Serviços	56.607,51	16.192.682,18		10.953.393,00	8.033.957,25	56.604,91	7.904.915,01	7.961.589,92	2.919.435,75	72.357,33	0,35	40,82
MUNICIPAIS												
07 Aquisição bens capital	56.607,51	16.192.682,18		10.953.393,00	8.033.957,25	56.604,91	7.904.915,01	7.961.589,92	2.919.435,75	72.357,33	0,35	40,82
0701 Investimentos	56.607,51	15.794.784,18		10.795.115,62	7.689.600,05	56.604,91	7.740.637,81	7.797.322,72	2.919.435,75	72.357,33	0,36	40,01
070101 Terrenos		575.004,15		259.165,16	126.343,01		126.343,01	126.343,01	133.146,15			21,54
070102 Habitações		153.459,50		42.285,35	16.102,02		17.598,07	17.598,07	24.167,33	513,55		9,09
07010201 Reparação e Beneficição		153.459,50		42.285,35	16.102,02		17.598,07	17.598,07	24.167,33	513,55		9,09
070103 Edifícios		2.223.084,75		1.261.351,60	735.519,39		735.116,15	735.116,15	521.832,21	403,21		33,25
07010301 Instalações serviços		1.001.506,33		641.102,32	466.308,57		465.905,73	465.905,73	375.093,35	403,21		16,53
07010302 Instalações desportivas e recreativas		675.528,32		46.347,55	42.439,03		42.439,03	42.439,03	3.809,96			6,24
07010303 Mercados e instalações fiscalização sanitária		546.049,10		55.163,00					59.163,00			
07010305 Escolas		321.535,85		211.372,99	131.227,39		131.227,39	131.227,39	60.145,60			10,81
07010307 Outros		149.198,63		103.665,30	55.544,00		55.544,00	55.544,00	3.521,30			62,14
070104 Contratos diversos	255,62	10.127.392,46		7.627.766,21	5.876.818,73	255,62	5.967.207,21	5.867.503,03	1.750.627,48	9.335,70	0,09	57,53
07010401 Viadutos, Arcosviadutos e Obras Complementares		7.567.645,05		5.691.095,75	4.240.321,23		4.230.595,53	4.230.595,53	1.610.770,53	9.335,70		53,10
07010402 Sistemas de drenagem de águas residuais		40.260,70		30.586,77	30.589,77		30.589,77	30.589,77				75,94
07010404 Iluminação pública	255,62	95.000,00		75.215,02	37.635,39	255,62	37.339,57	37.635,39	40.575,63		0,31	36,30
07010405 Parques e jardins		1.854.532,04		1.591.010,70	1.513.055,63		1.513.055,63	1.513.055,63	77.955,07			81,57
07010406 Instalações desportivas e recreativas												
07010409 Sinalização e trânsito		87.000,00		32.568,64	26.768,50		26.768,50	26.768,50	5.600,14			39,77
07010412 Cemitérios		33.352,50		44.282,32	26.468,21		26.468,21	26.468,21	15.814,11			57,53
07010413 Outros		45.142,13		44.282,32	26.468,21		26.468,21	26.468,21	15.814,11			57,53
070105 Material transportes		7.500,00		3.627,80	3.627,80		3.627,80	3.627,80				16,37
07010502 Outro		7.500,00		3.627,80	3.627,80		3.627,80	3.627,80				16,37
Total:	255.206,67	51.826.004,41		45.860.540,66	35.631.333,56	254.425,96	35.213.385,04	35.507.911,00	6.006.147,10	326.596,55	0,51	75,72

DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA
MUNICÍPIO DE SANTO TIPO

Eq. : 5
14 Ano : 2022

Período : 2022/01/01 2022/12/31 Desagregar : S

Classificação		Despesas por pagar de períodos anteriores (1)	Detalhes corrigidas (2)	Cativos / descativos (3)	Compromissos (4)	Obrigações (5)	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transitar (9) = (4) - (5)	Obrigações por pagar (10) = (5) - (6)	Grau Exec. Orçamental	
Rubrica Orçamentária Econômica	Designação						Períodos anteriores (6)	Período corrente (7)	Total (8) = (6) + (7)			Pers. Ant. (11) = (6) / (2) x 100	Per. Corr. (12) = (7) / (2) x 100
	0010 Equipamento informático	16.157,65	338.532,53		132.789,79	122.027,29	16.157,65	46.256,05	62.413,74	10.722,50	58.613,55	4,77	13,66
	00108 Software informático	30.750,00	416.232,53		104.147,94	97.135,55	30.750,00	66.385,55	97.135,55	7.312,35		7,35	15,35
	00110 Equipamento básico	3.823,44	961.387,35		333.910,37	228.656,57	3.780,44	224.802,66	228.503,10	105.253,60	153,47	0,56	33,59
	0011090 Centro	3.823,44	961.387,35		333.910,37	228.656,57	3.780,44	224.802,66	228.503,10	105.253,60	153,47	0,56	33,59
	00115 Outros investimentos	5.781,00	1.251.347,67		1.063.183,58	657.428,65	5.781,00	619.311,23	655.092,23	366.033,53	2.337,42	0,46	51,89
	001 Bens domínio público		357.500,00		164.277,20	164.277,20		164.277,20	164.277,20				41,29
	00303 Outras construções e infra-estruturas		357.500,00		164.277,20	164.277,20		164.277,20	164.277,20				41,29
	0030306 Instalações desportivas e recreativas		270.700,00		16.565,10	16.565,10		16.565,10	16.565,10				18,06
	0030313 Centros		127.200,00		115.312,10	115.312,10		115.312,10	115.312,10				90,85
D7	Transferências e subsídios de capital	5.000,00	2.641.810,73		2.639.156,06	2.359.905,47	5.000,00	2.354.905,47	2.359.905,47	279.250,59		0,19	89,14
D71	Transferências de capital	5.000,00	2.641.810,73		2.639.156,06	2.359.905,47	5.000,00	2.354.905,47	2.359.905,47	279.250,59		0,19	89,14
D711	Administrações Públicas		2.150.241,00		2.149.924,70	1.983.569,71		1.983.569,71	1.983.569,71	166.354,95			92,25
D7111	Administração Central - Estado												
	Interiores												
D7112	Administração Central - Outras entidades												
D7113	Segurança Social												
D7114	Administração Regional												
D7115	Administração Local		2.150.241,00		2.149.924,70	1.983.569,71		1.983.569,71	1.983.569,71	166.354,95			92,25
62	CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPAIS		2.150.241,00		2.149.924,70	1.983.569,71		1.983.569,71	1.983.569,71	166.354,95			92,25
02	Transferências capital		2.150.241,00		2.149.924,70	1.983.569,71		1.983.569,71	1.983.569,71	166.354,95			92,25
0205	Administração local		2.150.241,00		2.149.924,70	1.983.569,71		1.983.569,71	1.983.569,71	166.354,95			92,25
020501	Contribuinte		2.150.241,00		2.149.924,70	1.983.569,71		1.983.569,71	1.983.569,71	166.354,95			92,25
02050102	Freguesias		2.054.241,00		2.054.146,88	1.927.791,89		1.927.791,89	1.927.791,89	166.354,95			92,05
02050104	Associações de municípios		56.000,00		55.777,82	55.777,82		55.777,82	55.777,82				99,60
02050106	Outros												
0212	Entidades do Setor não lucrativo	5.000,00	491.300,00		469.231,36	376.335,76	5.000,00	371.335,76	376.335,76	112.865,60		1,02	75,58
62	CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPAIS	5.000,00	491.300,00		469.231,36	376.335,76	5.000,00	371.335,76	376.335,76	112.865,60		1,02	75,58
03	Transferências capital	5.000,00	491.300,00		469.231,36	376.335,76	5.000,00	371.335,76	376.335,76	112.865,60		1,02	75,58
0307	Instituições sem fins lucrativos	5.000,00	491.300,00		469.231,36	376.335,76	5.000,00	371.335,76	376.335,76	112.865,60		1,02	75,58
030701	Instituições sem fins lucrativos	5.000,00	491.300,00		469.231,36	376.335,76	5.000,00	371.335,76	376.335,76	112.865,60		1,02	75,58
0713	Famílias												
0714	Outras		265,73										
62	CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPAIS		265,73										
02	Transferências capital		265,73										
0201	Sociedades e quase-sociedades não financeiras		265,73										
020101	Públicas		265,73										
02010102	Outras		265,73										
072	Subsídios de capital												
08	Outras despesas de capital	255.300,00			255.271,57	255.271,57		255.271,57	255.271,57				99,99
62	CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPAIS	255.300,00			255.271,57	255.271,57		255.271,57	255.271,57				99,99
11	Outra despesa capital	255.300,00			255.271,57	255.271,57		255.271,57	255.271,57				99,99
1102	Diversas	255.300,00			255.271,57	255.271,57		255.271,57	255.271,57				99,99
110255	Outras	255.300,00			255.271,57	255.271,57		255.271,57	255.271,57				99,99
09	Despesa com ativos financeiros	35,84											
62	CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPAIS	35,84											
05	Ativos financeiros	35,84											
0507	Ações e outras participações	35,84											
050702	Sociedades e quase-sociedades não financeiras-públicas	35,84											
D10	Despesa com passivos financeiros	2.162.000,00			2.159.989,14	2.159.989,14		2.159.989,14	2.159.989,14				99,87
62	OPERAÇÕES FINANCEIRAS	2.162.000,00			2.159.989,14	2.159.989,14		2.159.989,14	2.159.989,14				99,87
10	Passivos financeiros	2.162.000,00			2.159.989,14	2.159.989,14		2.159.989,14	2.159.989,14				99,87
1006	Empréstimos a médio e longo prazo	2.162.000,00			2.159.989,14	2.159.989,14		2.159.989,14	2.159.989,14				99,87
Total :		346.719,76	57.790.551,87		50.513.867,57	43.719.097,30	325.815,05	43.604.595,25	43.330.410,39	6.794.760,27	358.687,00	0,56	74,41

DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA
MUNICÍPIO DE SANTA YRASA

Pág. : 6
15 de 2022

Período : 2022/01/01 2022/12/31 Desagregar : S

Classificação	Despesas por pagar de períodos anteriores (1)	Detalhes corrigidas (2)	Cativos / descativos (3)	Compromissos (4)	Obrigações (5)	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transitar (9) = (4) - (5)	Obrigações por pagar (10) = (5) - (8)	Grau Rec. Orçamental	
Rubrica Orçânica Económica Designação						Períodos anteriores (6)	Período corrente (7)	Total (8) = (6) + (7)			Pers. Ant. (11) = (6) / (2) x 100	Per. Corr. (12) = (7) / (2) x 100
100603 Sociedades financeiras-bancos e outras inst. financeiras		2.162.300,00		2.159.989,14	2.159.989,14		2.159.989,14	2.159.989,14				99,89
100605 Administração Pública central - Estado		500,00										
Total :	346.718,76	59.953.358,87		52.673.846,71	45.879.086,41	325.815,05	45.164.584,39	45.490.399,44	6.794.60,22	388.687,00	0,54	5,33

DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA
MUNICÍPIO DE SANTO TIAGO

16

Pág.: 1
Ano: 2022

Período : 2022/01/01 2022/12/31 Desagregar : S Considerar o saldo da presença anterior nas receitas liquidadas e cobradas : S

Classificação		Previsões corrigidas	Receitas por cobrar de períodos anteriores	Receitas liquidadas	Liquidações acumuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e Restituições		Receitas Cobradas Líquidas			Receita por cobrar no final do período	Gran. Exec. Orçamental	
Rubrica	Designação	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	Emendados	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente	Total (10) = (5) - (7)	(11)	Pers. Aut. (12) = (3) / (11) x 100	Per. Curr. (13) = (4) / (11) x 100
01	Receita corrente	42.595.138,20	10.724.427,94	40.700.695,06	652.850,56	40.627.295,59	541.342,06	541.342,06	106.623,04	47.979.329,69	40.085.953,53	10.694.311,71	0,25	112,64
011	Receita fiscal	13.927.527,57		16.606.559,82	288.887,55	16.606.559,82	288.887,55	288.887,55		16.317.672,27	16.317.672,27			117,16
01101	Impostos diretos	13.917.527,57		16.606.559,82	288.887,55	16.606.559,82	288.887,55	288.887,55		16.317.672,27	16.317.672,27			117,25
0110101	Impostos diretos	13.917.527,57		16.606.559,82	288.887,55	16.606.559,82	288.887,55	288.887,55		16.317.672,27	16.317.672,27			117,25
0110102	Imposto municipal sobre imóveis	7.640.145,08		7.595.651,87	123.234,67	7.595.651,87	123.234,67	123.234,67		7.662.417,20	7.862.417,20			102,80
0110103	Imposto municipal único circulação	1.718.600,50		1.950.371,65	21.672,01	1.950.371,65	21.672,01	21.672,01		1.939.699,64	1.939.699,64			112,75
0110104	Imposto municipal sobre as transmissões onerosas imóveis	2.740.294,35		3.520.630,87	143.980,87	3.520.630,87	143.980,87	143.980,87		3.163.050,00	3.463.050,00			126,41
0110105	Derrama	1.758.414,25		3.052.535,45		3.052.535,45				3.052.535,45	3.052.535,45			165,74
0110106	Impostos abolidos	10.555,21		165,98		165,98				165,98	165,98			1,51
0110107	Contribuição autarquica	7.521,67		165,98		165,98				165,98	165,98			2,10
0110108	Imposto municipal de siza	2.037,34												
0110109	Impostos municipal sobre veículos	1.000,00												
0110110	Impostos diretos diversos	1.000,00												
012	Impostos indiretos	10.000,00												
01201	Impostos indirectos	10.000,00												
0120101	Impostos indirectos	10.000,00												
0120102	Impostos indirectos	10.000,00												
0120103	Impostos indirectos	10.000,00												
02	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde													
03	Taxas, multas e outras penalidades	1.317.950,11	2.037.492,99	1.915.553,74	52.107,15	1.853.367,71	3.000,70	3.000,70	844,11	1.848.634,02	1.849.470,93	2.051.460,65	0,06	140,27
0301	Taxas, multas e outras penalidades	1.317.950,11	2.037.492,99	1.915.553,74	52.107,15	1.853.367,71	3.000,70	3.000,70	844,11	1.848.634,02	1.849.470,93	2.051.460,65	0,06	140,27
030101	Taxas	1.157.225,67	60.754,02	1.707.553,21	51.013,10	1.650.990,46	3.307,47	3.307,47	844,11	1.646.728,88	1.647.572,39	55.861,14	0,07	138,70
030102	Taxas especificas das autarquias locais	1.157.225,67	60.754,02	1.707.553,21	51.013,10	1.650.990,46	3.307,47	3.307,47	844,11	1.646.728,88	1.647.572,39	55.861,14	0,07	138,70
030103	Impostos e taxas	41.311,45	6.877,35	53.184,67	2.772,85	76.470,98	637,60	637,60	-542,76	76.376,04	75.933,28	11.756,16	-1,31	151,89
030104	Loteamento e áreas	602.577,71	23.925,45	598.680,34	21.580,42	557.107,78	457,65	457,65	-14,02	556.704,15	556.690,13	13.656,24	-0,00	115,00
030105	Companhia de Via Pública	232.747,51	11.893,42	457.688,08	15.616,60	473.363,86	2.158,66	2.158,66	970,05	471.535,11	471.205,20	23.142,70	0,29	202,20
030106	ANIMAIS	5.000,00												
030107	CAÇA E PESCA	100,00												
030108	Saqueamento	1.000,00												
030109	ARRENDAMENTO DE PASSAGENS	1.000,00												
030110	TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGENS (MDP)	27.595,30		25.603,90		25.603,90				25.603,90	25.603,90			52,82
030111	TAXA SOBRE O RUÍDO	1.000,00												
030112	LICENÇA SOBRE O RUÍDO	1.000,00												
030113	OUTRAS TAXAS ESPECIFICAS DAS AUTARQUIAS LOCAIS	7.547,76	18.057,83	132.734,02	11.245,23	116.254,11	13,56	13,56	730,50	117.505,75	116.210,58	21.306,04	1,01	161,59
030114	TAXA DE REGISTRO DE FICHA TÉCNICA HABITAÇÃO (TOFTM)	2.082,63		1.765,50		1.765,50				1.765,50	1.765,50			81,55
030115	TAXA PELA EMISSÃO DE CERTIFICADO REGISTRO	1.000,00												
030116	TAXA DE GESTÃO DE RESÍDUOS (TGR)	100,00												
030117	TAXA DE REGISTRO CIVIL	100,00												
030118	TAXA TRIBUTARIA	1.000,00												
030119	PUBLICIDADE	23.436,50	17.505,55	54.520,11	9.634,83	42.704,35	13,56	13,56	211,70	42.473,63	42.681,33	20.503,54	0,30	181,25
030120	UTILIZAÇÃO DE REDE VIÁRIA MUNICIPAL	1.000,00												
030121	CONTROLE METEOROLÓGICO	1.000,00												
030122	CEMETERIOS	1.000,00	213,25	30.242,45	1.267,05	28.975,40			212,32	28.634,45	28.916,81	321,67	21,23	260,45
030123	CORREIO	41.823,63	336,58	46.131,52	1.123,34	44.532,54			346,78	44.828,16	44.532,54	474,63	0,73	106,55
030124	Multas e outras penalidades	130.720,24	1.376.738,57	207.560,53	1.094,05	202.187,25	591,31	591,31		201.905,94	201.905,94	1.561.555,51		154,46
030125	Juros mora	47.416,67	1.896.277,92	45.015,81	7,57	45.511,01				45.511,01	45.511,01	1.856.378,72		96,82
030126	Juros compensatórios	9.485,55	6,36									6,36		
030127	OCIOSAS E PENALIDADES POR CONTRA OBRIGAÇÕES	45.486,88	60.054,55	124.011,35	426,41	122.785,04	181,31	181,31		122.603,73	122.603,73	61.003,43		265,55
030128	Multas e penalidades diversas	25.487,14	400,00	37.825,87	655,67	35.767,17	400,00	400,00		33.567,17	33.567,17	4.175,01		113,52
04	Resendimentos de propriedade	1.785.000,00	230.191,60	1.990.960,76	30.211,77	1.925.821,36	1.410,03	1.410,03	25.243,31	1.899.168,02	1.924.411,33	274.529,26	1,41	106,40
0401	Resendimentos de propriedade	1.785.000,00	230.191,60	1.990.960,76	30.211,77	1.925.821,36	1.410,03	1.410,03	25.243,31	1.899.168,02	1.924.411,33	274.529,26	1,41	106,40
	Total :	15.245.477,63	2.057.492,99	19.522.113,56	360.950,70	18.458.527,53	592.776,33	592.776,33	844,11	18.166.307,05	18.167.151,20	2.051.460,65	0,01	115,16

DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA
MUNICÍPIO DE SANTO TIPO

17
Pág.: 1
Data: 2022/12/31
Euros

Período : 2022/01/01 2022/12/31 Desagregar : S Considerar o saldo da prestação anterior nas receitas liquidadas e cobradas : S

Classificação		Previsões corrigidas	Receitas por cobrar de períodos anteriores	Receitas liquidadas	Liquidadas anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e Restituições		Receitas Cobradas Líquidas			Receita por cobrar ao final do período	Grav. Simb. Orçamental	
Subitem	Descrição						Debitados	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente	Total		Fers. Ant. (12) = (8) / (11) = (10)	Fers. Curr. (13) = (9) / (12) = (11)
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)	(15)
0502	Juros sociedades financeiras	20.000,00		73,08		73,08				73,08	73,08			1,57
050201	Bancos e outras instituições financeiras	20.000,00		73,08		73,08				73,08	73,08			1,57
0505	Participações nos lucros administrações públicas	30.000,00		26.405,82		26.405,82				26.405,82	26.405,82			88,32
050505	Outras	30.000,00		26.405,82		26.405,82				26.405,82	26.405,82			88,32
0510	Rendas	1.735.000,00	230.191,50	1.571.521,96	30.211,77	1.836.985,46	1.410,03	1.410,03	25.243,31	1.872.305,12	1.837.272,43	274.525,46	1.45	107,50
051002	Activos no sisobol	10.000,00												
051001	Habitafes	400.000,00	224.376,06	322.742,05	21.502,27	284.324,09			23.426,21	261.357,75	284.324,00	340.881,47	5,86	65,35
051004	Edificios	150.000,00	5.315,51	147.805,37	9.305,50	112.584,72	1.410,03	1.410,03	1.317,10	105.354,55	111.771,65	33.837,35	1,21	72,50
051005	Bens dominio publico	25.000,00												
051006	Outros	1.150.000,00		1.501.276,74		1.501.276,74				1.501.276,74	1.501.276,74			130,55
05	Transferências e subsídios correntes	22.319.600,52	136.943,27	20.423.512,95	276.000,57	20.493.013,36	205.945,01	205.945,01	80.006,31	20.167.042,04	20.247.128,35	36.579,30	0,36	100,20
051	Transferências correntes	22.319.600,52	136.943,27	20.423.512,95	276.000,57	20.493.013,36	205.945,01	205.945,01	80.006,31	20.167.042,04	20.247.128,35	36.579,30	0,36	100,20
0511	Administrações Públicas	22.029.600,52	20.136.997,35	20.136.997,35	20.136.997,35	20.136.997,35	20.136.997,35	20.136.997,35	20.136.997,35	20.136.997,35	20.136.997,35	20.136.997,35		100,41
05111	Administração Central - Estado	22.010.600,52	20.136.997,35	20.136.997,35	20.136.997,35	20.136.997,35	20.136.997,35	20.136.997,35	20.136.997,35	20.136.997,35	20.136.997,35	20.136.997,35		100,55
	Português													
051110	Transferências correntes	22.010.600,52	20.136.997,35	20.136.997,35	20.136.997,35	20.136.997,35	20.136.997,35	20.136.997,35	20.136.997,35	20.136.997,35	20.136.997,35	20.136.997,35		100,55
0511101	Administração central	22.010.600,52	20.136.997,35	20.136.997,35	20.136.997,35	20.136.997,35	20.136.997,35	20.136.997,35	20.136.997,35	20.136.997,35	20.136.997,35	20.136.997,35		100,55
05111011	Estado	20.010.600,52	20.136.997,35	20.136.997,35	20.136.997,35	20.136.997,35	20.136.997,35	20.136.997,35	20.136.997,35	20.136.997,35	20.136.997,35	20.136.997,35		111,25
051110111	Fundo Equilíbrio Financeiro	12.354.457,00	13.152.411,00	13.152.411,00	13.152.411,00	13.152.411,00	13.152.411,00	13.152.411,00	13.152.411,00	13.152.411,00	13.152.411,00	13.152.411,00		104,76
051110112	Fundo Social Municipal	1.288.481,00	1.350.884,00	1.350.884,00	1.350.884,00	1.350.884,00	1.350.884,00	1.350.884,00	1.350.884,00	1.350.884,00	1.350.884,00	1.350.884,00		104,84
051110113	Participação variável no IRS	2.325.427,00	2.476.413,00	2.476.413,00	2.476.413,00	2.476.413,00	2.476.413,00	2.476.413,00	2.476.413,00	2.476.413,00	2.476.413,00	2.476.413,00		166,45
051110115	Transferências de competências - Lei 50/2016	4.801.053,52	4.864.515,14	4.864.515,14	4.864.515,14	4.864.515,14	4.864.515,14	4.864.515,14	4.864.515,14	4.864.515,14	4.864.515,14	4.864.515,14		120,35
051110117	PARTICIPACAO DO IVA	207.161,53	155.257,41	155.257,41	155.257,41	155.257,41	155.257,41	155.257,41	155.257,41	155.257,41	155.257,41	155.257,41		52,37
051110119	Outras	351.000,00	1.111.474,15	1.111.474,15	1.111.474,15	1.111.474,15	1.111.474,15	1.111.474,15	1.111.474,15	1.111.474,15	1.111.474,15	1.111.474,15		278,56
0511101196	Estado-participação comunitaria em projectos co-financiados	1.375.000,00	941.636,61	941.636,61	941.636,61	941.636,61	941.636,61	941.636,61	941.636,61	941.636,61	941.636,61	941.636,61		68,29
0511101197	PROJETOS CO-FINANCIADOS	150.000,00	623.540,25	623.540,25	623.540,25	623.540,25	623.540,25	623.540,25	623.540,25	623.540,25	623.540,25	623.540,25		415,65
0511101198	FORMACAO PROFISSIONAL	15.000,00												
0511101199	OUTROS	1.210.000,00	319.899,36	319.899,36	319.899,36	319.899,36	319.899,36	319.899,36	319.899,36	319.899,36	319.899,36	319.899,36		26,25
05112	Administração Central - Outras entidades	15.000,00												
051120	Transferências correntes	15.000,00												
0511201	Administração central	15.000,00												
05112011	Serviços e fundos autônomos	15.000,00												
051120111	Transferências de competências - Lei 50/2016	15.000,00												
05113	Segurança Social													
051131	Administração Regional													
051135	Administração Local													
0512	Exterior - U.E.													
0513	Outras	250.000,00	136.943,27	286.575,60	31.369,57	356.076,01	3.525,01	3.525,01	80.006,31	272.464,65	352.551,00	36.575,30	27,62	93,95
05	Transferências correntes	250.000,00	136.943,27	286.575,60	31.369,57	356.076,01	3.525,01	3.525,01	80.006,31	272.464,65	352.551,00	36.575,30	27,62	93,95
0505	Familias	250.000,00	136.943,27	286.575,60	31.369,57	356.076,01	3.525,01	3.525,01	80.006,31	272.464,65	352.551,00	36.575,30	27,62	93,95
050501	Familias	250.000,00	136.943,27	286.575,60	31.369,57	356.076,01	3.525,01	3.525,01	80.006,31	272.464,65	352.551,00	36.575,30	27,62	93,95
052	Subsídios correntes													
05	Venda de bens e serviços	2.763.000,00	315.860,02	3.123.146,47	4.250,45	3.107.571,22	617,66	617,66	450,11	3.106.503,45	3.106.953,56	327.802,44	0,02	112,43
07	Venda bens e serviços correntes	2.763.000,00	315.860,02	3.123.146,47	4.250,45	3.107.571,22	617,66	617,66	450,11	3.106.503,45	3.106.953,56	327.802,44	0,02	112,43
0701	Venda bens	15.000,00		4.526,55	233,65	4.436,50	47,00	47,00		4.352,50	4.352,50			23,12
070101	Outros	15.000,00		4.526,55	233,65	4.436,50	47,00	47,00		4.352,50	4.352,50			23,12
0702	Serviços	2.655.000,00	294.145,46	3.091.507,30	2.553,55	3.075.407,33	570,66	570,66	450,11	3.074.366,55	3.074.836,67	297.754,11	0,02	114,50
070201	Aluguer espaços e equipamentos	21.000,00		372,00	6,00	353,00				353,00	353,00			1,73
070202	Serviços sociais recreativos, culturais desporto	250.000,00		154.311,88	1.613,00	152.724,88	23,00	23,00		152.701,88	152.701,88			66,45
07020201	Serviços desportivos	250.000,00		154.311,88	1.613,00	152.724,88	23,00	23,00		152.701,88	152.701,88			66,45
070205	Serviços específicos autarquias	2.345.000,00	294.142,68	2.820.032,52	645,75	2.816.052,21	274,06	274,06	450,11	2.815.016,04	2.815.816,15	297.710,25	0,02	120,06
07020502	Resíduos Sólidos	2.250.000,00	290.824,61	2.767.180,23	267,25	2.766.060,03			252,85	2.765.747,14	2.766.000,03	281.737,2	0,01	120,77
07020505	Cemitérios	5.000,00												
Total :		41.575.138,20	2.685.452,67	47.511.140,57	650.135,02	47.842.350,06	540.501,37	510.201,37	106.426,62	47.155.722,07	47.302.146,65	2.644.305,53	0,25	112,44

DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA
MUNICÍPIO DE SANTO TIAGO

69
Pág.: 3
18
Data: 2022

Período: 2022/01/01 2022/12/31 Desagregar: S Considerar o saldo da referência anterior nas receitas liquidadas e cobradas: S

Entrou

Classificação		Previsões corrigidas	Receitas por cobrar de períodos anteriores	Receitas liquidadas	Liquidações anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e Restituições		Receitas Cobradas Liquidas			Receita por cobrar no final do período	Grau Exec. Orçamental	
Rubrica Econômica	Designação						Débitos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente	Total		Pers. Aut. (12)=(3)/(11)=100	Per. Cor. (13)=(5)/(11)=100
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10) = (5)-(7)	(11)		
07000005	Mercados e Feiras	10.000,00												
07000005	Outros	40.000,00	13.317,87	52.552,23	37,4	50.052,18	274,06	274,06	157,22	45.620,50	45.910,12	15.572,57	0.45	124.05
0700000505	OUTROS	40.000,00	13.317,87	52.552,23	37,4	50.052,18	274,06	274,06	157,22	45.620,50	45.910,12	15.572,57	0.45	124.05
07000005	Outros	25.000,00	6,78	96.295,40	257,2	66.227,21	272,60	273,90		65.953,64	65.953,64	41,02		227.43
07000005	Rendas	35.000,00	21.710,56	37.515,08	1.453,52	27.723,35				27.723,35	27.723,35	30.049,13		46.55
07000005	Habitacões	10.000,00												
07000005	Edifícios	35.000,00	21.710,56	35.070,44	1.453,52	25.275,35				25.275,35	25.275,35	30.049,13		64.82
07000005	Outras	10.000,00		2.444,64		2.444,64				2.444,64	2.444,64	24,45		24.45
07	Outras receitas correntes	402.000,00	8.003.940,06	640.902,12	593,03	640.902,12	593,03	593,03		640.309,09	640.309,09	8.003.940,06		132.81
08	Outras receitas correntes	402.000,00	8.003.940,06	640.902,12	593,03	640.902,12	593,03	593,03		640.309,09	640.309,09	8.003.940,06		132.81
0801	Outras	402.000,00	8.003.940,06	640.902,12	593,03	640.902,12	593,03	593,03		640.309,09	640.309,09	8.003.940,06		132.81
080159	Outras	402.000,00	8.003.940,06	640.902,12	593,03	640.902,12	593,03	593,03		640.309,09	640.309,09	8.003.940,06		132.81
08015901	Indenizações por deterioração, roubo e extravio de bens patrimoniais	10.000,00												
08015902	Indenizações de estragos provocados por outrem em viaturas ou outros equipamentos	40.000,00		26.116,51	324,33	26.116,51	324,33	324,33		25.792,18	25.792,18	53,73		
08015905	Diversas	424.000,00	8.003.940,06	614.785,61	269,70	614.785,61	269,70	269,70		614.516,91	614.516,91	8.003.940,06		144.53
0801590502	REFEIÇÕES	415.000,00		613.618,36	269,70	613.618,36	269,70	269,70		613.379,66	613.379,66	147,80		
0801590505	OUTRAS	9.000,00	8.003.940,06	1.167,25		1.167,25				1.137,25	1.137,25	8.003.940,06		12.61
08	Receita de capital	9.950.193,79	1.895.150,24	4.904.573,40	1.200.360,00	4.904.573,40	1.200.360,00	1.200.360,00		3.704.205,40	3.704.205,40	1.895.150,24		37.23
08	Venda de bens de investimento	246.224,05		270.147,40		270.147,40				270.147,40	270.147,40	112,97		
08	Vendas bens investimento	246.224,05		270.147,40		270.147,40				270.147,40	270.147,40	112,97		
0801	Terrenos	39.552,27		56.217,75		56.217,75				56.217,75	56.217,75	145,45		
080101	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	100,00												
080105	Instituições sem fins lucrativos	100,00												
080119	Famílias	39.752,27		56.217,75		56.217,75				56.217,75	56.217,75	150,23		
0801	Edifícios	100,00												
080101	Sociedades e quase-sociedades não financeira	100,00												
0801	Outros bens investimento	207.171,78		213.929,73		213.929,73				213.929,73	213.929,73	106,15		
080101	Sociedades e quase-sociedades não financeira	200.200,00		213.929,73		213.929,73				213.929,73	213.929,73	106,35		
08010101	Equipamento transporte	100,00												
08010102	Maquinaria e Equipamento	100,00												
08010103	Outros	200.000,00		213.929,73		213.929,73				213.929,73	213.929,73	106,56		
080106	Famílias	6.571,78												
08010101	Equipamento Transporte	100,00												
08010102	Maquinaria e Equipamento	100,00												
08010103	Outros	6.771,78												
08	Transferências e subsídios de capital	8.300.551,20		4.706.426,00	1.200.360,00	4.706.426,00	1.200.360,00	1.200.360,00		3.426.050,00	3.426.050,00	40,84		
0801	Transferências de capital	8.300.551,20		4.706.426,00	1.200.360,00	4.706.426,00	1.200.360,00	1.200.360,00		3.426.050,00	3.426.050,00	40,84		
08011	Administrações Públicas	8.356.059,42		4.647.493,66	1.200.360,00	4.647.493,66	1.200.360,00	1.200.360,00		3.367.125,66	3.367.125,66	40,30		
080111	Administração Central - Estado	5.341.055,42		4.647.493,66	1.200.360,00	4.647.493,66	1.200.360,00	1.200.360,00		3.367.125,66	3.367.125,66	40,37		
	Português													
10	Transferências capital	8.341.055,42		4.647.493,66	1.200.360,00	4.647.493,66	1.200.360,00	1.200.360,00		3.367.125,66	3.367.125,66	40,37		
1001	Administração central	8.341.055,42		4.647.493,66	1.200.360,00	4.647.493,66	1.200.360,00	1.200.360,00		3.367.125,66	3.367.125,66	40,37		
100101	Estado	2.066.055,42		2.941.526,03	1.200.360,00	2.941.526,03	1.200.360,00	1.200.360,00		1.661.559,03	1.661.559,03	75,65		
10010101	Fundo Equilíbrio Financeiro	1.774.399,00		2.515.550,00	1.079.824,00	2.515.550,00	1.079.824,00	1.079.824,00		1.435.726,00	1.435.726,00	104,75		
10010104	Cooperação técnica e financeira	100,00												
10010105	Transferências de Capital - Administração Central - Estado	579.459,00		377.504,00	200.544,00	377.504,00	200.544,00	200.544,00		177.360,00	177.360,00	30,66		
10010105	Transferências de competências - Lei 50/2016	100,00												
10010105	Outras	133.012,79		44.432,03		44.432,03				44.432,03	44.432,03	33,40		
10010107	Estado-participação comunitária em projectos co-financiados	6.255.000,00		1.705.567,63		1.705.567,63				1.705.567,63	1.705.567,63	27,27		
10010107	COMPARTILHAÇÕES AO INVESTIMENTO	6.250.000,00		1.705.567,63		1.705.567,63				1.705.567,63	1.705.567,63	27,25		
	Total:	51.177.421,67	10.74.427,94	53.534.337,00	1.513.226,56	53.552.936,73	1.821.710,06	1.821.710,06	106.623,84	51.534.602,63	51.731.226,67	10.294.311,71	0.21	106,57

DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA
MUNICÍPIO DE SANTO TIASCO

Pág. 70
19 Ano : 2022

Período : 2022/01/01 2022/12/31 Desagregar : S Considerar o saldo da gestão anterior nas receitas líquidas e cobradas : S

Euros

Classificação		Previsões corrigidas (1)	Receitas por cobrar de períodos anteriores (2)	Receitas líquidas (3)	Liquidações anuladas (4)	Receitas cobradas brutas (5)	Reembolsos e Restituições		Receitas Cobradas Líquidas			Receita por cobrar no final do período (11)	Grav. Econ. Orçamental	
Rubrica Econômica	Designação						Emendados (6)	Pagos (7)	Períodos anteriores (8)	Período corrente (9)	Total (10) = (5) - (7)		Pers. Ast. (12) = (9) / (11) * 100	Pers. Corr. (13) = (8) / (11) * 100
0510	COTRIS	5.000,00												
05112	Administração Central - Outras entidades	10.000,00												
10	Transferências capital	10.000,00												
1003	Administração central	10.000,00												
100306	Serviços e fundos autônomos	10.000,00												
10030601	Transferências de competências - Lei 50/2016	5.000,00												
10030605	Outros	5.000,00												
05113	Segurança Social													
05114	Administração Regional													
05115	Administração Local	5.000,00												
10	Transferências capital	5.000,00												
1005	Administração local	5.000,00												
100501	Continente	5.000,00												
10050101	Municípios	5.000,00												
0512	Exterior - U.E.													
0512	Outras	32.491,86		58.932,34		58.932,34				58.932,34	58.932,34		101,38	
10	Transferências capital	32.491,86		58.932,34		58.932,34				58.932,34	58.932,34		101,38	
1008	Famílias	32.491,86		58.932,34		58.932,34				58.932,34	58.932,34		101,38	
100801	Famílias	32.491,86		58.932,34		58.932,34				58.932,34	58.932,34		101,38	
052	Subsídios de capital													
010	Outras receitas de capital	9.522,09	1.895.150,24									1.895.150,24		
13	Outras receitas capital	9.522,09	1.895.150,24									1.895.150,24		
1301	Outras	9.522,09	1.895.150,24									1.895.150,24		
130101	Indemnizações	1.000,00												
130102	Ativos incorpóreos	1.000,00												
130105	Outras	7.522,09	1.895.150,24									1.895.150,24		
011	Reposições não abatidas aos pagamentos													
012	Receita com ativos financeiros	1.000,00												
11	Ativos financeiros	1.000,00												
1110	Alienação de partes sociais de empresas	1.000,00												
013	Receita com passivos financeiros	1.304.856,37												
12	Passivos financeiros	1.304.856,37												
1206	Empréstimos a médio e longo prazos	1.304.856,37												
120602	Sociedades financeiras	1.303.856,37												
120603	Administração pública - administração central-Estado	1.000,00												
014	Saldo da Gestão Anterior - Operações Orçamentais	7.408.019,88		7.408.019,88		7.408.019,88				7.408.019,88	7.408.019,88		100,00	
16	Saldo da gestão anterior	7.408.019,88		7.408.019,88		7.408.019,88				7.408.019,88	7.408.019,88		100,00	
1601	Saldo orçamental	7.408.019,88		7.408.019,88		7.408.019,88				7.408.019,88	7.408.019,88		100,00	
160101	Na posse do serviço	7.408.019,88		7.408.019,88		7.408.019,88				7.408.019,88	7.408.019,88		100,00	
Total :		55.953.351,87	12.515.578,16	61.101.285,22	1.933.226,56	61.019.886,95	1.821.710,06	1.821.710,06	106.623,88	55.391.555,05	55.136.176,85	12.585.461,55	0,18	58,56

DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL
MUNICÍPIO DE SANTO TIRO

Pág. : 71
20 Ano : 2022

Período : 2022/01/01 2022/12/31 Desagregar : S

Euros

Classificação		RECEBIMENTOS / PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)						2021		
Rubrica Orgânica Económica			R P	R G	U E	EMPR	F. ALHEIOS	TOTAL			
R1 R11		Saldo de gerência anterior	5.515.836,32				1.892.183,56	2.425.393,16	9.833.413,04	3.768.146,01	
		Operações orçamentais [1]	5.515.836,32				1.892.183,56		7.408.019,88	1.259.871,26	
		Restituição do saldo oper. orçamentais									
		Operações de tesouraria [A]									
		Receita corrente	48.085.953,53					2.425.393,16	2.425.393,16	2.506.324,75	
		Receita fiscal	16.317.672,27						16.317.672,27	38.563.054,94	
		Impostos directos	16.317.672,27						16.317.672,27	15.332.681,81	
	01	Impostos directos	16.317.672,27						16.317.672,27		
	0102	Outros	16.317.672,27						16.317.672,27		
	010202	Imposto municipal sobre imoveis	7.862.417,20						7.862.417,20		
	010203	Imposto municipal único circulação	1.938.699,64						1.938.699,64		
	010204	Imposto municipal sobre as transmissões onerosas imoveis	3.463.850,00						3.463.850,00		
	010205	Derrama	3.052.539,45						3.052.539,45		
	010207	Impostos abolidos	165,98						165,98		
	01020701	Contribuição autarquica	165,98						165,98		
	R12		Impostos indirectos								
	R2		Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde								
	R3		Taxas, multas e outras penalidades	1.849.478,93						1.849.478,93	966.815,73
		04	Taxas, multas e outras penalidades	1.849.478,93						1.849.478,93	
		0401	Taxas	1.647.572,99						1.647.572,99	
	040123	Taxas específicas das autarquias locais	1.647.572,99						1.647.572,99		
	04012301	Mercados e Feiras	75.833,28						75.833,28		
	04012302	Loteamento e Obras	956.690,13						956.690,13		
	04012303	Ocupação de Via Pública	471.205,20						471.205,20		
	04012308	TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TMOP)	25.603,80						25.603,80		
	04012399	OUTRAS TAXAS ESPECIFICAS DAS AUTARQUIAS LOCAIS	118.240,58						118.240,58		
	0401239901	TAXA DEPOSITO FICHA TECNICA HABITAÇÃO (TDPTH)	1.769,50						1.769,50		
	0401239906	PUBLICIDADE	42.691,33						42.691,33		
	0401239909	CEMETERIOS	28.846,81						28.846,81		
	0401239999	OUTROS	44.932,94						44.932,94		
	0402	Multas e outras penalidades	201.905,94						201.905,94		
	040201	Juros mora	45.911,04						45.911,04		
	040204	COIMAS E PENALIDADES POR CONTRA ORDENAÇÕES	122.607,73						122.607,73		
	040299	Multas e penalidades diversas	33.387,17						33.387,17		
R4		Rendimentos da propriedade	1.924.411,33						1.924.411,33	1.444.400,56	
	05	Rendimentos propriedade	1.924.411,33						1.924.411,33		
	0502	Juros sociedades financeiras	733,08						733,08		
	050201	Bancos e outras instituições financeiras	733,08						733,08		
	0509	Participações nos lucros administrações publicas	26.405,82						26.405,82		
	050999	Outras	26.405,82						26.405,82		
	0510	Rendas	1.897.272,43						1.897.272,43		
	051003	Habitacões	284.824,00						284.824,00		
	051004	Edifícios	111.171,69						111.171,69		
	051099	Outros	1.501.276,74						1.501.276,74		
R5		Transferências e subsídios correntes	24.247.128,35						24.247.128,35	17.613.696,18	
R51		Transferências correntes	24.247.128,35						24.247.128,35	17.613.696,18	
R511		Administrações Públicas	23.894.577,35						23.894.577,35	17.352.024,04	
R5111		Administração Central - Estado	23.894.577,35						23.894.577,35	17.352.024,04	
		Português									
	06	Transferencias correntes	23.894.577,35						23.894.577,35		
	0603	Administração central	23.894.577,35						23.894.577,35		
	060301	Estado	22.952.938,74						22.952.938,74		
	06030101	Fundo Equilibrio Financeiro	12.957.899,00						12.957.899,00		
	06030102	Fundo Social Municipal	1.350.884,00						1.350.884,00		
	06030103	Participação variável no IRS	2.476.413,00						2.476.413,00		
	06030106	Transferências de competências - Lei 50/2018	4.864.919,14						4.864.919,14		
	06030107	PARTICIPAÇÃO DO IVA	191.349,41						191.349,41		
	06030199	Outras	1.111.474,19						1.111.474,19		
	060306	Estado-participação comunitaria em projectos co-financiados	941.638,61						941.638,61		
	06030601	PROJETOS CO-FINANCIADOS	623.540,25						623.540,25		

DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL
MUNICÍPIO DE SANTO TIRESO

Pág. 72
21 Ano 2022

Euros

Período : 2022/01/01 2022/12/31 Desagregar : S

Classificação		RECEBIMENTOS / PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)						2021
Rubrica Orgânica Económica			R P	R G	U E	EMPR	F. ALHEIOS	TOTAL	
	06030609	OUTROS	318.098,36					318.098,36	
R5112		Administração Central - Outras entidades							
R5113		Segurança Social							
R5114		Administração Regional							
R5115		Administração Local							
R512		Exterior - U E							
R513		Outras	352.551,00					352.551,00	261.672,14
	06	Transferencias correntes	352.551,00					352.551,00	
	0608	Familias	352.551,00					352.551,00	
	060801	Familias	352.551,00					352.551,00	
R52		Subsidios correntes							
R6		Venda de bens e serviços	3.106.953,56					3.106.953,56	2.709.662,95
	07	Venda bens e serviços correntes	3.106.953,56					3.106.953,56	
	0701	Venda bens	4.392,90					4.392,90	
	070199	Outros	4.392,90					4.392,90	
	0702	Serviços	3.074.836,67					3.074.836,67	
	070201	Aluguer espaços e equipamentos	363,00					363,00	
	070208	Serviços sociais recreativos, culturais desporto	192.701,88					192.701,88	
	07020804	Serviços desportivos	192.701,88					192.701,88	
	070209	Serviços específicos autarquias	2.815.818,15					2.815.818,15	
	07020902	Resíduos Sólidos	2.766.000,03					2.766.000,03	
	07020999	Outros	49.818,12					49.818,12	
	0702099999	OUTROS	49.818,12					49.818,12	
	070299	Outros	65.953,64					65.953,64	
	0703	Rendas	27.723,99					27.723,99	
	070302	Edifícios	25.279,35					25.279,35	
	070399	Outras	2.444,64					2.444,64	
R7		Outras receitas correntes	640.309,09					640.309,09	495.797,71
	08	Outras receitas correntes	640.309,09					640.309,09	
	0801	Outras	640.309,09					640.309,09	
	080199	Outras	640.309,09					640.309,09	
	08019902	Indemnizações de estragos provocados por outrem em viaturas ou outros equipamentos	25.792,18					25.792,18	
	08019999	Diversas	614.516,91					614.516,91	
	0801999902	REFEIÇÕES	613.379,66					613.379,66	
	0801999999	OUTRAS	1.137,25					1.137,25	
		Receita de capital	3.704.205,48					3.704.205,48	7.520.732,35
R8		Venda de bens de investimento	278.147,48					278.147,48	17.642,59
	09	Vendas bens investimento	278.147,48					278.147,48	
	0901	Terrenos	58.217,75					58.217,75	
	090110	Familias	58.217,75					58.217,75	
	0904	Outros bens investimento	219.929,73					219.929,73	
	090401	Sociedades e quase-sociedades não financeira	219.929,73					219.929,73	
	09040103	Outros	219.929,73					219.929,73	
R9		Transferências e subsidios de capital	3.426.058,00					3.426.058,00	7.488.090,51
R91		Transferências de capital	3.426.058,00					3.426.058,00	7.488.090,51
R911		Administrações Públicas	3.367.125,66					3.367.125,66	7.086.498,97
R9111		Administração Central - Estado	3.367.125,66					3.367.125,66	6.157.456,65
		Português							
	10	Transferencias capital	3.367.125,66					3.367.125,66	
	1003	Administração central	3.367.125,66					3.367.125,66	
	100301	Estado	1.661.558,03					1.661.558,03	
	10030101	Fundo Equilibrio Financeiro	1.439.766,00					1.439.766,00	
	10030105	Transferências de Capital - Administração Central - Estado	177.360,00					177.360,00	
	10030199	Outras	44.432,03					44.432,03	
	100307	Estado-participação comunitaria em projectos co-financiados	1.705.567,63					1.705.567,63	
	10030701	COMPARTICIPAÇÕES AO INVESTIMENTO	1.705.567,63					1.705.567,63	
R9112		Administração Central - Outras entidades							
R9113		Segurança Social							

DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL
MUNICÍPIO DE SANTO TIROSO

Pág. : 73
22 Ano : 2022

Período : 2022/01/01 2022/12/31 Desagregar : S

Euros

Classificação		FONTES DE FINANCIAMENTO (n)						2021
Rubrica Orgânica Económica		RECEBIMENTOS / PAGAMENTOS	R P	R G	U E	EMPR	F. ALHEIOS	
R9114		Administração Regional						
R9115		Administração Local						929.042,32
R912		Exterior - U E						
R913		Outras	58.932,34					401.591,54
	10	Transferências capital	58.932,34					
	1008	Famílias	58.932,34					
	100801	Famílias	58.932,34					
R92		Subsídios de capital						
R10		Outras receitas de capital						14.999,25
R11		Reposições não abatidas aos pagamentos						
		Receita efetiva [2]	51.790.159,01				51.790.159,01	46.083.787,29
		Receita não efetiva [3]						1.812.581,39
R12		Receita com ativos financeiros						1.812.581,39
R13		Receita com passivos financeiros						
		Soma [4] = [1] + [2] + [3]	57.305.995,33			1.892.183,56		49.156.239,94
		Operações de tesouraria [8]					415.206,91	736.349,21
		Despesa corrente	32.753.632,94					26.526.754,03
D1		Despesas com o pessoal	14.476.224,58					10.717.299,19
D11		Remunerações Certas e Permanentes	11.165.255,94					8.154.744,51
	02	CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPAIS	11.165.255,94					
	01	Despesas com o pessoal	11.165.255,94					
	0101	Remunerações certas e permanentes	11.165.255,94					
	010101	TITULARES ÓRGÃOS SOBERANIA E MEMBROS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS	236.777,29					
	010104	Pessoal quadros-regime contrato individual trabalho	7.094.218,93					
	01010401	Pessoal em funções	6.915.485,40					
	01010402	Alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório	96.402,19					
	01010404	Recrutamento de pessoal para novos postos de trabalho	82.331,34					
	010106	Pessoal contratado a termo	667.944,92					
	01010601	Pessoal em funções	618.907,95					
	01010604	Recrutamento de pessoal para novos postos de trabalho	49.036,97					
	010107	Pessoal em regime tarefa ou avença	536.842,34					
	010108	Pessoal aguardando aposentação	22.897,04					
	010109	Pessoal em qualquer outra situação	134.881,17					
	010111	Representação	113.086,90					
	01011101	ELEITOS LOCAIS	49.354,65					
	01011102	DIRIGENTES	63.732,25					
	010113	Subsidio refeição	814.702,63					
	010114	Subsídios férias e natal	1.519.907,79					
	010115	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	23.996,93					
D12		Abonos Variáveis ou Eventuais	326.771,94					288.819,77
	01	ASSEMBLEIA MUNICIPAL	19.888,36					
	01	Despesas com o pessoal	19.888,36					
	0102	Abonos variáveis ou eventuais	19.888,36					
	010213	Outros suplementos e prémios	19.888,36					
	01021303	Senhas de presença	19.888,36					
	02	CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPAIS	306.883,58					
	01	Despesas com o pessoal	306.883,58					
	0102	Abonos variáveis ou eventuais	306.883,58					
	010202	Horas extraordinárias	184.346,39					
	010204	Ajudas custo	11.773,24					
	010205	Abono para falhas	27.882,28					
	010210	Subsidio trabalho nocturno	3.859,64					
	010211	Subsidio turno	57.509,50					
	010212	Indemnizações por cessação de funções	4.057,00					
	010213	Outros suplementos e prémios	17.455,53					
	01021302	Outros	13.751,69					
	01021303	Senhas de presença	3.703,84					
D13		Segurança social	2.984.196,70					2.273.734,91

DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL
MUNICÍPIO DE SANTO TIRO

Pág. : 74
30 de 2022

Período : 2022/01/01 2022/12/31 Desagregar : S

Euros

Classificação	RECEBIMENTOS / PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)						2021
		R P	R G	U E	EMPR	F. ALHEIOS	TOTAL	
Rubrica Orgânica Económica								
02	CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPAIS	2.984.196,70					2.984.196,70	
01	Despesas com o pessoal	2.984.196,70					2.984.196,70	
0103	Segurança social	2.984.196,70					2.984.196,70	
010302	Outros encargos com a saúde	82.040,11					82.040,11	
010303	Subsidio familiar crianças e jovens	11.428,88					11.428,88	
010304	Outras prestações familiares	20.423,72					20.423,72	
010305	Contribuições para segurança social	2.715.351,93					2.715.351,93	
01030501	Assistência na doença funcionários públicos	266.405,56					266.405,56	
01030502	Seg. social regime contrato trabalho funções públicas(RCTFP)	2.448.946,37					2.448.946,37	
0103050201	Caixa Geral de Aposentações	1.224.661,43					1.224.661,43	
0103050202	Segurança social - regime geral	1.224.284,94					1.224.284,94	
010306	Acidentes em serviços e doenças profissionais	117,41					117,41	
010309	Seguros	154.834,65					154.834,65	
01030901	Seguros acidentes trabalho e doenças profissionais	154.834,65					154.834,65	
D2	Aquisição de bens e serviços	13.758.221,85					13.758.221,85	12.549.871,03
01	ASSEMBLEIA MUNICIPAL	731,43					731,43	
02	Aquisições bens serviços	731,43					731,43	
0202	Aquisição serviços	731,43					731,43	
020225	Outros serviços	731,43					731,43	
02022599	OUTROS	731,43					731,43	
02	CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPAIS	13.757.490,42					13.757.490,42	
02	Aquisições bens serviços	13.757.490,42					13.757.490,42	
0201	Aquisições bens	2.947.331,74					2.947.331,74	
020101	Matérias-primas e subsidiárias	419.401,22					419.401,22	
020102	Combustíveis e lubrificantes	140.075,46					140.075,46	
02010201	Gasolina	19.445,36					19.445,36	
02010202	Gasoleo	92.915,18					92.915,18	
02010299	Outros	27.714,92					27.714,92	
020105	Alimentação - refeições confeccionadas	1.866.671,73					1.866.671,73	
020107	Vestuário e artigos pessoais	6.309,06					6.309,06	
020108	Material escritorio	58.748,79					58.748,79	
020109	Produtos químicos e farmacêuticos	41.514,76					41.514,76	
020115	Prémios condecorações e ofertas	287.063,87					287.063,87	
020117	Ferramentas e utensílios	1.966,83					1.966,83	
020120	Material educação cultura e recreio	77.679,27					77.679,27	
020121	Outros bens	47.900,75					47.900,75	
02012199	OUTROS BENS	47.900,75					47.900,75	
0202	Aquisição serviços	10.810.158,68					10.810.158,68	
020201	Encargos instalações	2.114.867,06					2.114.867,06	
02020101	ELECTRICIDADE	781.077,69					781.077,69	
02020102	ÁGUA	187.133,86					187.133,86	
02020103	ILUMINAÇÃO PÚBLICA	974.910,66					974.910,66	
02020104	GÁS	170.290,03					170.290,03	
02020199	OUTRAS	1.454,82					1.454,82	
020202	Limpeza higiene	558.231,66					558.231,66	
020203	Conservação bens	138.384,70					138.384,70	
020204	Locação edificios	214.863,25					214.863,25	
020208	Locação outros bens	274.608,77					274.608,77	
020209	Comunicações	134.801,16					134.801,16	
020210	Transportes	1.047.055,29					1.047.055,29	
020211	Representação dos serviços	53.734,06					53.734,06	
020212	Seguros	227.155,40					227.155,40	
020213	Deslocações e estadias	55.284,38					55.284,38	
020214	Estudos parceres projectos e consultadoria	220.406,35					220.406,35	
020215	Formação	38.291,97					38.291,97	
020217	Publicidade	219.039,19					219.039,19	
02021701	Informação Obrigatória	13.040,25					13.040,25	
0202170101	EDITAIS/AVISOS	9.780,75					9.780,75	
0202170103	OUTRAS	3.259,50					3.259,50	
02021702	Divulgação Institucional	205.998,94					205.998,94	
0202170202	CAMPANHAS PROMOCIONAIS	51.901,20					51.901,20	
0202170203	ATIVIDADES MUNICIPAIS	99.948,20					99.948,20	

DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL
MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO

Pág. 75
24 Ano 2022

Euros

Período : 2022/01/01 2022/12/31 Desagregar : S

Classificação		RECEBIMENTOS / PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)						2021
Rubrica Orgânica Económica			R P	R G	U E	EMPR	F. ALHEIOS	TOTAL	
	0202170204	OUTRAS	54.149,54					54.149,54	126.875,77
	020219	Assistencia tecnica	289.259,25					289.259,25	
	020220	Outros trabalhos especializados	4.322.945,03					4.322.945,03	
	02022001	RECOLHA RESIDUOS SOLIDOS	1.180.733,89					1.180.733,89	
	02022002	TRATAMENTO DE RESIDUOS SOLIDOS	2.097.238,35					2.097.238,35	
	02022003	TRATAMENTO AGUAS RESSIDUAIS	44.173,68					44.173,68	
	02022007	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DIVERSOS	5.770,19					5.770,19	
	02022009	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DIVERSO	995.028,92					995.028,92	
	020224	Encargos cobrança receitas	333.120,32					333.120,32	
	020225	Outros serviços	568.110,84					568.110,84	
	02022501	CONTRATOS/PROTOSCOLOS	651,15					651,15	
	02022599	OUTROS	567.459,69					567.459,69	
D3		Juros e outros encargos	145.880,63					145.880,63	
	02	CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPAIS	42.780,83					42.780,83	
	03	Juros e outros encargos	42.780,83					42.780,83	
	0306	Outros encargos financeiros	42.780,83					42.780,83	
	030601	Outros encargos financeiros	42.780,83					42.780,83	
	03	OPERAÇÕES FINANCEIRAS	103.099,80					103.099,80	
	03	Juros e outros encargos	103.099,80					103.099,80	
	0301	Juros da divida publica	103.099,80					103.099,80	
	030103	Sociedades financeiras-bancos e outras inst. financeiras	103.099,80					103.099,80	
	03010302	Emprestimos médio longo prazo	103.099,80					103.099,80	
D4		Transferências e subsidios correntes	3.961.611,33					3.961.611,33	2.825.320,64
D41		Transferências correntes	3.961.611,33					3.961.611,33	2.825.320,64
D411		Administrações Públicas	894.629,65					894.629,65	781.794,31
D4111		Administração Central - Estado							67,78
D4112		Português							
D4112		Administração Central - Outras entidades							14.842,84
D4113		Segurança Social							
D4114		Administração Regional							
D4115		Administração Local	894.629,65					894.629,65	766.883,69
	02	CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPAIS	894.629,65					894.629,65	
	04	Transferencias correntes	894.629,65					894.629,65	
	0405	Administração local	894.629,65					894.629,65	
	040501	Continente	894.629,65					894.629,65	
	04050102	Freguesias	825.012,45					825.012,45	
	04050104	Associação Municipios	69.617,20					69.617,20	
D412		Entidades do Setor Não Lucrativo	2.481.222,56					2.481.222,56	1.430.087,51
	02	CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPAIS	2.481.222,56					2.481.222,56	
	04	Transferencias correntes	2.481.222,56					2.481.222,56	
	0407	Instituições sem fins lucrativos	2.481.222,56					2.481.222,56	
	040701	Instituições sem fins lucrativos	2.481.222,56					2.481.222,56	
D413		Familias	585.759,12					585.759,12	613.438,82
	02	CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPAIS	585.759,12					585.759,12	
	04	Transferencias correntes	585.759,12					585.759,12	
	0408	Familias	585.759,12					585.759,12	
	040802	Outras	585.759,12					585.759,12	
	04080201	Programas Ocupacionais	218.923,21					218.923,21	
	04080202	Outras	366.835,91					366.835,91	
D414		Outras							
D42		Subsidios Correntes							
D5		Outras despesas correntes	411.694,55					411.694,55	307.387,40
	01	ASSEMBLEIA MUNICIPAL	1.318,32					1.318,32	
	06	Outras despesas correntes	1.318,32					1.318,32	
	0602	Diversas	1.318,32					1.318,32	
	060203	Outras	1.318,32					1.318,32	
	06020305	Outras	1.318,32					1.318,32	
	02	CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPAIS	410.376,23					410.376,23	
	06	Outras despesas correntes	410.376,23					410.376,23	
	0602	Diversas	410.376,23					410.376,23	
	060203	Outras	410.376,23					410.376,23	
	06020305	Outras	410.376,23					410.376,23	

DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL
MUNICÍPIO DE SANTO TIRESO

Pág.: 76
25 Ano: 2012

Período : 2022/01/01 2022/12/31 Desagregar : S

Classificação	RECEBIMENTOS / PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)						2021
		R P	R G	U E	EMPR	F. ALHEIOS	TOTAL	
Rubrica Orgânica Econômica								
D6	Despesa de capital	10.576.777,36					10.576.777,36	13.056.588,76
02	Aquisição de bens de capital	7.961.599,92					7.961.599,92	10.275.271,92
	CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPAIS	7.961.599,92					7.961.599,92	
07	Aquisição bens capital	7.961.599,92					7.961.599,92	
0701	Investimentos	7.797.322,72					7.797.322,72	
070101	Terrenos	126.343,01					126.343,01	
070102	Habitacões	17.588,07					17.588,07	
07010203	Reparação e Beneficiação	17.588,07					17.588,07	
070103	Edifícios	739.116,15					739.116,15	
07010301	Instalações serviços	465.905,73					465.905,73	
07010302	Instalações desportivas e recreativas	42.439,03					42.439,03	
07010305	Escolas	131.227,39					131.227,39	
07010307	Outros	99.544,00					99.544,00	
070104	Construções diversas	5.067.503,03					5.067.503,03	
07010401	Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares	4.230.985,53					4.230.985,53	
07010402	Sistemas de drenagem de águas residuais	30.589,77					30.589,77	
07010404	Iluminação pública	37.635,39					37.635,39	
07010405	Parques e jardins	1.513.055,63					1.513.055,63	
07010409	Sinalização e trânsito	26.768,50					26.768,50	
07010413	Outros	28.468,21					28.468,21	
070106	Material transportes	3.627,80					3.627,80	
07010602	Outro	3.627,80					3.627,80	
070107	Equipamento informatica	62.413,74					62.413,74	
070108	Software informatico	97.135,59					97.135,59	
070110	Equipamento basico	228.503,10					228.503,10	
07011002	Outro	228.503,10					228.503,10	
070115	Outros investimentos	655.092,23					655.092,23	
0703	Bens dominio publico	164.277,20					164.277,20	
070303	Outras construções e infra-estruturas	164.277,20					164.277,20	
07030306	Instalações desportivas e recreativas	48.965,10					48.965,10	
07030313	Outros	115.312,10					115.312,10	
D7	Transferências e subsidios de capital	2.359.905,47					2.359.905,47	2.766.244,91
D71	Transferências de capital	2.359.905,47					2.359.905,47	2.766.244,91
D711	Administrações Públicas	1.983.569,71					1.983.569,71	2.227.095,98
D7111	Administração Central - Estado							
	Português							
D7112	Administração Central - Outras entidades							
D7113	Segurança Social							
D7114	Administração Regional							
D7115	Administração Local	1.983.569,71					1.983.569,71	2.227.095,98
02	CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPAIS	1.983.569,71					1.983.569,71	
08	Transferencias capital	1.983.569,71					1.983.569,71	
0805	Administração local	1.983.569,71					1.983.569,71	
080501	Continente	1.983.569,71					1.983.569,71	
08050102	Freguesias	1.927.791,89					1.927.791,89	
08050104	Associações de municipios	55.777,82					55.777,82	
D712	Entidades do Setor não lucrativo	376.335,76					376.335,76	539.148,93
02	CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPAIS	376.335,76					376.335,76	
08	Transferencias capital	376.335,76					376.335,76	
0807	Instituições sem fins lucrativos	376.335,76					376.335,76	
080701	Instituições sem fins lucrativos	376.335,76					376.335,76	
D713	Famílias							
D714	Outras							
D72	Subsidios de capital							
D8	Outras despesas de capital	255.271,97					255.271,97	15.105,93
02	CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPAIS	255.271,97					255.271,97	
11	Outra despesas capital	255.271,97					255.271,97	
1102	Diversas	255.271,97					255.271,97	
110299	Outras	255.271,97					255.271,97	
	Despesa efetiva [5]	43.330.410,30					43.330.410,30	39.583.342,79
	Despesa não efetiva [6]	2.159.989,14					2.159.989,14	2.164.877,27
D9	Despesa com ativos financeiros							59.099,50
D10	Despesa com passivos financeiros	2.159.989,14					2.159.989,14	2.105.777,77

DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL
MUNICÍPIO DE SANTO TIRESO

Pág. : 77
26 Ano : 2022

Euros

Período : 2022/01/01 2022/12/31 Desagregar : S

Classificação		FONTES DE FINANCIAMENTO (n)						2021
Rubrica Orgânica Económica	RECEBIMENTOS / PAGAMENTOS	R P	R G	U E	EMPR	F. ALHEIOS	TOTAL	
03	OPERAÇÕES FINANCEIRAS	2.159.989,14					2.159.989,14	
10	Passivos financeiros	2.159.989,14					2.159.989,14	
1006	Empréstimos a médio e longo prazo	2.159.989,14					2.159.989,14	
100603	Sociedades financeiras-bancos e outras inst. financeiras	2.159.989,14					2.159.989,14	
	Soma [7] = [5] + [6]	45.490.399,44					45.490.399,44	41.748.220,06
	Operações de tesouraria [C]					449.904,08	449.904,08	817.280,80
	Saldo para a garantia seguinte	11.815.595,89			1.892.183,56	2.390.695,99	16.098.475,44	9.833.413,04
	Operações orçamentais [8] = [4] - [7]	11.815.595,89			1.892.183,56		13.707.779,45	7.408.019,88
	Operações de tesouraria [D] = [A] + [B] - [C]					2.390.695,99	2.390.695,99	2.425.393,16
	Saldo global [2] - [5]	8.459.748,71					8.459.748,71	6.500.444,50
	Despesa primária	43.184.529,67					43.184.529,67	39.456.467,02
	Saldo corrente	15.332.320,59					15.332.320,59	12.036.300,91
	Saldo de capital	-6.872.571,88					-6.872.571,88	-5.535.856,41
	Saldo primário	8.605.629,34					8.605.629,34	6.627.320,27
	Receita total [1] + [2] + [3]	57.305.995,33			1.892.183,56		59.198.178,89	49.156.239,94
	Despesa total [5] + [6]	45.490.399,44					45.490.399,44	41.748.220,06

ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA RECEITA
MUNICÍPIO DE SANTO TIROSO

Pág. : 78
27

ALTERAÇÃO NÚMERO 9 ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO ORÇAMENTO DA RECEITA NÚMERO 1 DO ANO CONTABILÍSTICO DE 2023 DATA DE APROVAÇÃO (ORÇAMENTO DO ANO : 2023)

Tipo de Visualização : APENAS AS RUBRICAS ORÇAMENTAIS QUE CONSTAM NA ALTERAÇÃO

Desagregar : S

Considerar os anos seguintes : Euros

Rubricas [1]	Designação	Tipo [2]	Previsões iniciais [3]	Alterações Orçamentais			Previsões corrigidas [7]=[3]+[4]+ [5]+[6]	Observações [8]
				Inscri./reforç. [4]	Dimin./anul. [5]	Créditos espec. [6]		
R5	Transferências e subsídios correntes		7.378.020,83	85.514,17			7.463.535,00	
R51	Transferências correntes		7.378.020,83	85.514,17			7.463.535,00	
R511	Administrações Públicas		7.378.020,83	85.514,17			7.463.535,00	
R5111	Administração Central - Estado Português		7.378.020,83	85.514,17			7.463.535,00	
06	Transferências correntes		7.378.020,83	85.514,17			7.463.535,00	
0603	Administração central		7.378.020,83	85.514,17			7.463.535,00	
060301	Estado		7.378.020,83	85.514,17			7.463.535,00	
06030106	Transferências de competências - Lei 50/2018	M	7.378.020,83	85.514,17			7.463.535,00	
R9	Transferências e subsídios de capital		-682.145,00	683.145,00			1.000,00	
R91	Transferências de capital		-682.145,00	683.145,00			1.000,00	
R911	Administrações Públicas		-682.145,00	683.145,00			1.000,00	
R9111	Administração Central - Estado Português		-682.145,00	683.145,00			1.000,00	
10	Transferências de capital		-682.145,00	683.145,00			1.000,00	
1003	Administração central		-682.145,00	683.145,00			1.000,00	
100301	Estado		-682.145,00	683.145,00			1.000,00	
10030106	Transferências de competências - Lei 50/2018	M	-682.145,00	683.145,00			1.000,00	
R14	Saldo da Gerência Anterior - Operações Orçamentais		-13.707.779,45	13.707.779,45				
16	Saldo da gerência anterior		-13.707.779,45	13.707.779,45				
1601	Saldo orçamental		-13.707.779,45	13.707.779,45				
160101	Na posse do serviço	M	-13.707.779,45	13.707.779,45				
Total de Receitas Correntes			7.378.020,83	85.514,17			7.463.535,00	
Total de Receitas de Capital			-682.145,00	683.145,00			1.000,00	
Total de Receitas Efetivas			6.695.875,83	768.659,17			7.464.535,00	
Total de Receitas Não Efetivas			-13.707.779,45	13.707.779,45				
Total			-7.011.903,62	14.476.438,62			7.464.535,00	

(*) NOTAS:
(2) Tipo - campo de identif.
do tipo de alteração:
P se alteração permutativa
M se alteração modificativa

ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA DESPESA
MUNICÍPIO DE SANTO TIRO

Pág. 79
28

ALTERAÇÃO NÚMERO 9 ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO ORÇAMENTO DA DESPESA

NÚMERO 1 DO ANO CONTABILÍSTICO DE 2023 DATA DE APROVAÇÃO

(ORÇAMENTO DO ANO : 2023)

Tipo de Visualização : APENAS AS RUBRICAS ORÇAMENTAIS QUE CONSTAM NA ALTERAÇÃO

Desagregar : S

Considerar os anos seguintes :

Euros

Rubricas [1]	Designação	Tipo [2]	Dotações iniciais [3]	Alterações Orçamentais			Dotações corrigidas [7]=[3]+[4] +[5]+[6]	Observações [8]
				Inscr./reforços [4]	Dim./anulações [5]	Créditos espec. [6]		
D1	Despesas com o pessoal		12.976.144,23	289.237,77	21.441,00		13.243.941,00	
D11	Remunerações Certas e		10.227.962,76	267.419,24	21.441,00		10.473.941,00	
	Permanentes							
02	CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS		10.227.962,76	267.419,24	21.441,00		10.473.941,00	
	MUNICIPAIS							
01	Despesas com o pessoal		10.227.962,76	267.419,24	21.441,00		10.473.941,00	
0101	Remunerações certas e permanentes		10.227.962,76	267.419,24	21.441,00		10.473.941,00	
010104	Pessoal quadros - Regime contrato individual trabalho		7.265.412,50	195.087,50			7.460.500,00	
01010401	Pessoal em funções	M	7.181.461,30	194.038,70			7.375.500,00	
01010402	Alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório	M	83.951,20	1.048,80			85.000,00	
010107	Pessoal em regime tarefa ou avença	M	564.882,00		21.441,00		543.441,00	
010113	Subsidio refeição	M	911.576,00	8.424,00			920.000,00	
010114	Subsidios férias e natal	M	1.486.092,26	63.907,74			1.550.000,00	
D12	Abonos Variáveis ou Eventuais		148.000,00	2.000,00			150.000,00	
02	CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS		148.000,00	2.000,00			150.000,00	
	MUNICIPAIS							
01	Despesas com o pessoal		148.000,00	2.000,00			150.000,00	
0102	Abonos variáveis ou eventuais		148.000,00	2.000,00			150.000,00	
010202	Horas extraordinárias	M	148.000,00	2.000,00			150.000,00	
D13	Segurança social		2.600.181,47	19.818,53			2.620.000,00	
02	CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS		2.600.181,47	19.818,53			2.620.000,00	
	MUNICIPAIS							
01	Despesas com o pessoal		2.600.181,47	19.818,53			2.620.000,00	
0103	Segurança social		2.600.181,47	19.818,53			2.620.000,00	
010305	Contribuições para segurança social		2.600.181,47	19.818,53			2.620.000,00	
01030502	Seg. social regime contrato trabalho funções públicas(RCTEP)		2.600.181,47	19.818,53			2.620.000,00	
0103050201	Caixa Geral de Aposentações	M	1.289.147,48	10.852,52			1.300.000,00	
0103050202	Segurança Social - Regime geral	M	1.311.033,99	8.966,01			1.320.000,00	
D2	Aquisição de bens e serviços		13.757.172,09	3.338.606,00			17.095.778,09	
02	CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS		13.757.172,09	3.338.606,00			17.095.778,09	
	MUNICIPAIS							
02	Aquisições bens serviços		13.757.172,09	3.338.606,00			17.095.778,09	
0201	Aquisições bens		4.096.444,32	1.032.012,69			5.128.457,01	
020101	Matérias-primas e subsidiárias	M	208.414,30	109.585,70			318.000,00	
020102	Combustíveis e lubrificantes		231.030,02	36.969,98			268.000,00	
02010201	Gasolina	M	31.800,00	13.200,00			45.000,00	
02010202	Gasóleo	N	146.800,00	23.200,00			170.000,00	
02010299	Outros	M	52.430,02	569,98			53.000,00	
020105	Alimentação - Refeições confeccionadas	M	2.662.500,00	756.457,01			3.418.957,01	
020108	Material de escritório	M	140.000,00	30.000,00			170.000,00	
020115	Prémios condecorações e ofertas	M	557.500,00	70.000,00			627.500,00	
020121	Outros bens		297.000,00	29.000,00			326.000,00	
02012199	Outros bens	M	297.000,00	29.000,00			326.000,00	
0202	Aquisição serviços		9.660.727,77	2.306.593,31			11.967.321,08	
020201	Encargos com instalações		869.138,43	400.432,70			1.269.571,13	
02020101	Elettricidade	M	391.671,39	130.328,61			522.000,00	
Total de Despesas Correntes			17.464.259,94	1.451.579,07	21.441,00		18.894.398,01	
Total de Despesas de Capital								
Total de Despesas Efetivas			17.464.259,94	1.451.579,07	21.441,00		18.894.398,01	
Total de Despesas Não Efetivas								
Total			17.464.259,94	1.451.579,07	21.441,00		18.894.398,01	

(*) NOTAS:
(2) Tipo - campo de identif. do tipo de alteração:
P se alteração permutativa
M se alteração modificativa

ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA DESPESA
MUNICÍPIO DE SANTO TIROSO

Pág. 80

29

ALTERAÇÃO NÚMERO 9 ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO ORÇAMENTO DA DESPESA NÚMERO 1 DO ANO CONTABILÍSTICO DE 2023 DATA DE APROVAÇÃO (ORÇAMENTO DO ANO : 2023)

Tipo de Visualização : APENAS AS RUBRICAS ORÇAMENTAIS QUE CONSTAM NA ALTERAÇÃO

Desagregar : S

Considerar os anos seguintes :

Euros

Rubricas [1]	Designação	Tipo [2]	Dotações iniciais [3]	Alterações Orçamentais			Dotações corrigidas [7]=[3]+[4] +[5]+[6]	Observações [8]
				Inscr./reforços [4]	Dim./anulações [5]	Créditos espec. [6]		
	02020102	M	173.295,91	54.704,09			228.000,00	
	02020103	M	122.571,13	175.000,00			297.571,13	
	02020104	M	181.600,00	40.400,00			222.000,00	
	020202	M	533.978,06	192.021,94			726.000,00	
	020208	M	192.393,38	5.000,00			197.393,38	
	020209	M	189.000,00	50.000,00			239.000,00	
	020210	M	2.499.023,64	571.785,06			3.070.808,70	
	020211	M	55.700,00	5.000,00			60.700,00	
	020217	M	67.000,00	43.000,00			110.000,00	
	02021701	M	67.000,00	43.000,00			110.000,00	
	0202170103	M	67.000,00	43.000,00			110.000,00	
	020218	M	-4.800,00	5.000,00			200,00	
	020219	M	440.123,80	57.650,86			497.774,66	
	020220	M	4.117.779,11	608.934,10			4.726.713,21	
	02022001	M	1.235.000,00	100.000,00			1.335.000,00	
	02022002	M	1.838.000,00	100.000,00			1.938.000,00	
	02022003	M	122.400,00	5.600,00			128.000,00	
	02022007	M	-55.786,79	74.000,00			18.213,21	
	02022009	M	978.165,90	329.334,10			1.307.500,00	
	020224	M	100.000,00	100.000,00			200.000,00	
	020225	M	601.391,35	267.768,65			869.160,00	
	02022599	M	601.391,35	267.768,65			869.160,00	
D3	Juros e outros encargos		130.000,00	50.000,00			180.000,00	
03	OPERAÇÕES FINANCEIRAS		130.000,00	50.000,00			180.000,00	
03	Juros e outros encargos		130.000,00	50.000,00			180.000,00	
0301	Juros da dívida pública		130.000,00	50.000,00			180.000,00	
030103	Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições financeiras		130.000,00	50.000,00			180.000,00	
03010302	Empréstimos de médio e longo prazo	M	130.000,00	50.000,00			180.000,00	
D4	Transferências e subsídios correntes		3.023.307,32	62.880,68	24.094,00		3.062.094,00	
D41	Transferências correntes		3.023.307,32	62.880,68	24.094,00		3.062.094,00	
D412	Entidades do Setor Não Lucrativo		2.494.188,00		24.094,00		2.470.094,00	
02	CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPAIS		2.494.188,00		24.094,00		2.470.094,00	
04	Transferências correntes		2.494.188,00		24.094,00		2.470.094,00	
0407	Instituições sem fins lucrativos		2.494.188,00		24.094,00		2.470.094,00	
040701	Instituições sem fins lucrativos	M	2.494.188,00		24.094,00		2.470.094,00	
D413	Famílias		529.119,32	62.880,68			592.000,00	
02	CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPAIS		529.119,32	62.880,68			592.000,00	
04	Transferências correntes		529.119,32	62.880,68			592.000,00	
0408	Famílias		529.119,32	62.880,68			592.000,00	
040802	Outras		529.119,32	62.880,68			592.000,00	
04080202	Outras	M	529.119,32	62.880,68			592.000,00	
D5	Outras despesas correntes		415.000,00	140.000,00			555.000,00	
02	CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPAIS		415.000,00	140.000,00			555.000,00	
06	Outras despesas correntes		415.000,00	140.000,00			555.000,00	
Total de Despesas Correntes			29.886.623,64	3.740.724,45	45.535,00		33.581.813,09	
Total de Despesas de Capital								
Total de Despesas Efetivas			29.886.623,64	3.740.724,45	45.535,00		33.581.813,09	
Total de Despesas Não Efetivas								
Total			29.886.623,64	3.740.724,45	45.535,00		33.581.813,09	

(*) NOTAS:

(2) Tipo - campo de identif. do tipo de alteração:

P se alteração permutativa

M se alteração modificativa

ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA DESPESA
MUNICÍPIO DE SANTO TIRESO

Pág. : 3

30

ALTERAÇÃO NÚMERO 9 ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO ORÇAMENTO DA DESPESA

NÚMERO 1 DO ANO CONTABILÍSTICO DE 2023 DATA DE APROVAÇÃO

(ORÇAMENTO DO ANO : 2023)

Tipo de Visualização : APENAS AS RUBRICAS ORÇAMENTAIS QUE CONSTAM NA ALTERAÇÃO

Desagregar : S

Considerar os anos seguintes :

Exercício

Rubricas [1]	Designação	Tipo [2]	Dotações iniciais [3]	Alterações Orçamentais			Dotações corrigidas [7]=[3]+[4] +[5]+[6]	Observações [8]
				Inscr./reforços [4]	Dim./anulações [5]	Créditos espec. [6]		
D6	0602 Diversas		415.000,00	140.000,00			555.000,00	
	060203 Outras		415.000,00	140.000,00			555.000,00	
	06020305 Outras	M	415.000,00	140.000,00			555.000,00	
	Aquisição de bens de capital		4.298.325,96	10.100.714,17			14.399.040,13	
02	CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPAIS		4.298.325,96	10.100.714,17			14.399.040,13	
	07 Aquisição bens capital		4.298.325,96	10.100.714,17			14.399.040,13	
	0701 Investimentos		4.348.325,96	10.050.714,17			14.399.040,13	
	070101 Terrenos	M	315.573,27	1.125.000,00			1.440.573,27	
	070103 Edifícios		815.523,09	731.000,00			1.546.523,09	
	07010301 Instalações de serviços	M	667.060,76	141.000,00			808.060,76	
	07010302 Instalações desportivas e recreativas	M	139.578,95	160.000,00			299.578,95	
	07010305 Escolas	M	139.363,63	50.000,00			189.363,63	
	07010307 Outros	M	-130.480,25	380.000,00			249.519,75	
	070104 Construções diversas		1.405.986,31	6.894.714,17			8.300.700,48	
	07010401 Viadutos, arruamentos e obras complementares	M	1.393.330,93	5.382.200,00			6.775.530,93	
	07010405 Parques e jardins	M	235.589,55	904.000,00			1.139.589,55	
	07010412 Cemitérios	M	65.580,00	180.000,00			245.580,00	
	07010413 Outros	M	-288.514,17	428.514,17			140.000,00	
	070107 Equipamento de informática	M	314.762,88	100.000,00			414.762,88	
	070108 Software informático	M	366.966,46	625.000,00			991.966,46	
	070110 Equipamento básico		452.664,24	75.000,00			527.664,24	
	07011002 Outro	M	452.664,24	75.000,00			527.664,24	
	070115 Outros investimentos	M	676.849,71	500.000,00			1.176.849,71	
	0703 Bens domínio público		-50.000,00	50.000,00				
	070303 Outras construções e infra-estruturas		-50.000,00	50.000,00				
D7	07030313 Outros	M	-50.000,00	50.000,00				
	Transferências e subsídios de capital		2.585.000,00	145.000,00			2.730.000,00	
D71	Transferências de capital		2.585.000,00	145.000,00			2.730.000,00	
D711	Administrações Públicas		2.165.000,00	30.000,00			2.195.000,00	
D7115	Administração Local		2.165.000,00	30.000,00			2.195.000,00	
02	CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPAIS		2.165.000,00	30.000,00			2.195.000,00	
	08 Transferências de capital		2.165.000,00	30.000,00			2.195.000,00	
	0805 Administração local		2.165.000,00	30.000,00			2.195.000,00	
	080501 Continente		2.165.000,00	30.000,00			2.195.000,00	
	08050102 Freguesias	M	2.165.000,00	30.000,00			2.195.000,00	
D712	Entidades do Setor não Lucrativo		490.000,00	30.000,00			520.000,00	
02	CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPAIS		490.000,00	30.000,00			520.000,00	
	08 Transferências de capital		490.000,00	30.000,00			520.000,00	
	0807 Instituições sem fins lucrativos		490.000,00	30.000,00			520.000,00	
	080701 Instituições sem fins lucrativos	M	490.000,00	30.000,00			520.000,00	
D714	Outras		-70.000,00	85.000,00			15.000,00	
Total de Despesas Correntes			30.301.623,64	3.880.724,45	45.535,00		34.136.813,09	
Total de Despesas de Capital			6.953.325,96	10.160.714,17			17.114.040,13	
Total de Despesas Efetivas			37.254.949,60	14.041.438,62	45.535,00		51.250.853,22	
Total de Despesas Não Efetivas								
Total			37.254.949,60	14.041.438,62	45.535,00		51.250.853,22	

(*) NOTAS:

(2) Tipo - campo de identifi.
do tipo de alteração:

P se alteração permutativa
M se alteração modificativa

ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA DESPESA
MUNICÍPIO DE SANTO TIRESO

Pág. : 82

31

ALTERAÇÃO NÚMERO 9 ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO ORÇAMENTO DA DESPESA

NÚMERO 1 DO ANO CONTABILÍSTICO DE 2023 DATA DE APROVAÇÃO

(ORÇAMENTO DO ANO : 2023)

Tipo de Visualização : APENAS AS RUBRICAS ORÇAMENTAIS QUE CONSTAM NA ALTERAÇÃO

Desagregar : S

Considerar os anos seguintes :

Euros

Rubricas [1]	Designação	Tipo [2]	Dotações iniciais [3]	Alterações Orçamentais			Dotações corrigidas [7]=[3]+[4] +[5]+[6]	Observações [8]
				Inscr./reforços [4]	Dim./anulações [5]	Créditos espec. [6]		
02	CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPAIS		-70.000,00	85.000,00			15.000,00	
08	Transferências de capital		-70.000,00	85.000,00			15.000,00	
0801	Sociedades e quase-sociedades não financeiras		-70.000,00	85.000,00			15.000,00	
080101	Públicas		-70.000,00	85.000,00			15.000,00	
08010102	Outras	M	-70.000,00	85.000,00			15.000,00	
D9	Despesa com ativos financeiros		-283.000,00	300.000,00			17.000,00	
02	CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPAIS		-283.000,00	300.000,00			17.000,00	
09	Activos financeiros		-283.000,00	300.000,00			17.000,00	
0907	Ações e outras participações		-283.000,00	300.000,00			17.000,00	
090702	Sociedades e quase-sociedades não financeiras - Públicas	M	-283.000,00	300.000,00			17.000,00	
D10	Despesa com passivos financeiros		2.160.000,00	50.000,00			2.210.000,00	
03	OPERAÇÕES FINANCEIRAS		2.160.000,00	50.000,00			2.210.000,00	
10	Passivos financeiros		2.160.000,00	50.000,00			2.210.000,00	
1006	Empréstimos a médio e longo prazo		2.160.000,00	50.000,00			2.210.000,00	
100603	Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições financeiras	M	2.160.000,00	50.000,00			2.210.000,00	
Total de Despesas Correntes			30.301.623,64	3.880.724,45	45.535,00		34.136.813,09	
Total de Despesas de Capital			6.883.325,96	10.245.714,17			17.129.040,13	
Total de Despesas Efetivas			37.184.949,60	14.126.438,62	45.535,00		51.265.853,22	
Total de Despesas Não Efetivas			1.877.000,00	350.000,00			2.227.000,00	
Total			39.061.949,60	14.476.438,62	45.535,00		53.492.853,22	

(*) NOTAS:

(2) Tipo - campo de identif.

do tipo de alteração:

P se alteração permutativa

M se alteração modificativa

ALTERAÇÃO NÚMERO : 5 ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO PLANO DE ACTIVIDADES SÉRIE 1 DO LBO CONTABILÍSTICO DE 2023 DATA DE APROVAÇÃO

Identificação do Objetivo : CLASSIFICADOR FUNCIONAL

Tipo de Plano : PLANO ACTIVIDADES ORÇAMENTAL

Tipo de Rubrica : CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL/ECOMÓNICA

Dores

Objetivo	Número do projeto	Descrição	Classificação	Datas		Pagamentos						Modificação (+/-)	
				Início	Fim	2022		Períodos seguintes					
						Dot. atual	Dot. corrigida	2024	2025	2026	2027		Outros
(1)	Código An. Tipo Anexo	Designação do projeto		(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13) = (7) - (8)
1.		Funções gerais				10.615.954,49	20.478.407,15	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	0.000,00	1.062.452,66
1.1.		Serviços gerais de administração pública				10.615.954,49	20.478.407,15	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	0.000,00	1.062.452,66
1.1.1.		Administração geral				10.615.954,49	20.478.407,15	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	0.000,00	1.062.452,66
1.1.1.1.	01 2014 A 4	Transportes	02/020210	2014/01/01	2014/12/31	2.624.100,70	3.102.093,76						477.993,06
1.1.1.1.	01 2015 A 2	Assistência técnica	02/020215	2015/01/01	2015/12/31	447.774,66	505.425,52						57.650,86
1.1.1.1.	02 2015 A 3	Contrato de fornecimento para comunicações	02/020205	2015/01/01	2015/12/31	104.000,00	234.000,00						50.000,00
1.1.1.1.	04 2015 A 5	Comunicações	02/020100	2015/01/01	2015/12/31	130.000,00	160.000,00						30.000,00
1.1.1.1.	05 2015 A 5	Aquisição de serviços de limpeza	02/020202	2015/01/01	2015/12/31	605.000,00	797.021,94						192.021,94
1.1.1.1.	10 2015 A 25	Combustíveis e lubrificantes		2015/01/01	2015/12/31								
1.1.1.1.	10 2015 A 25	Gasolina	02/020100			35.000,00	10.000,00						13.000,00
1.1.1.1.	10 2015 A 25	Gasóleo	02/020100			150.000,00	173.000,00						23.000,00
1.1.1.1.	10 2015 A 25	Outros	02/020100			50.000,00	50.000,00						50.000,00
1.1.1.1.	11 2015 A 27	Encargos com instalações, pessoal e outros		2015/01/01	2015/12/31								
1.1.1.1.	11 2015 A 27	Electricidade	02/020100			520.000,00	630.000,00						110.000,00
1.1.1.1.	11 2015 A 27	Água	02/020100			200.000,00	232.000,00						32.000,00
1.1.1.1.	11 2015 A 27	Iluminação pública	02/020100			240.000,00	278.000,00						38.000,00
1.1.1.1.	11 2015 A 27	Gás	02/020100			152.000,00	172.000,00						20.000,00
1.1.1.1.	11 2015 A 27	Representação dos serviços	02/020100			5.000,00	5.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	5.000,00
1.1.1.1.	11 2015 A 27	Vigilância e segurança	02/020100			5.000,00	5.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	5.000,00
1.1.1.1.	11 2015 A 27	Encargos cobrança receitas	02/020100			200.000,00	200.000,00						200.000,00
1.1.1.1.	11 2015 A 27	Outros	02/020100			105.000,00	205.000,00						100.000,00
1.1.1.1.	01 2020 A 2	Matérias primas, ferramentas e conservação de bens		2020/01/01	2020/12/31								
1.1.1.1.	01 2020 A 2	Matérias-primas e subsidiárias	02/020100			200.000,00	357.505,70						157.505,70
1.1.1.1.	01 2020 A 2	Outros bens	02/020100			2.000,00	5.000,00						3.000,00
1.1.1.1.	01 2022 A 13	Recursos humanos		2022/01/01	2022/12/31								
1.1.1.1.	01 2022 A 13	Pessoal em funções	02/010100			7.375.500,00	7.548.530,70						173.030,70
1.1.1.1.	01 2022 A 13	Alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório	02/010100			85.000,00	85.000,00						0,00
1.1.1.1.	01 2022 A 13	Suécio refeição	02/010100			635.000,00	640.000,00						5.000,00
1.1.1.1.	01 2022 A 13	Fúscietos férias e natal	02/010100			1.550.000,00	1.613.507,74						63.507,74
1.1.1.1.	01 2022 A 13	Horas extraordinárias	02/010100			150.000,00	152.000,00						2.000,00
1.1.1.1.	01 2022 A 13	Calda Geral de aposentações	02/010100			1.300.000,00	1.310.652,52						10.652,52
1.1.1.1.	01 2022 A 13	Segurança Social - Regime geral	02/010100			1.320.000,00	1.325.556,01						5.556,01
2.		Funções sociais				0.271.128,30	9.575.531,07	66.399,90	66.399,90	04.135,23		4.200.000,00	1.304.402,69
2.1.		Educação				3.061.000,00	3.794.457,01						733.457,01
2.1.2.		Serviços auxiliares				3.061.000,00	3.794.457,01						733.457,01
2.1.2.1.	01 2014 A 3	Defunções	02/020105	2014/01/01	2014/12/31	3.045.000,00	3.740.457,01						95.457,01
2.1.2.2.	06 2023 A 3	Reforçar a abertura à comunidade	02/020205	2023/01/01	2023/12/31	16.000,00	16.000,00						0,00
2.3.		Segurança e acção sociais				357.535,00	393.000,00	66.399,90	66.399,90	04.135,23			36.345,60
2.3.2.		Acção social				357.535,00	393.000,00	66.399,90	66.399,90	04.135,23			36.345,60
2.3.2.1.	04 2014 A 45	Plano municipal de saúde		2014/01/01	2014/12/31								
2.3.2.2.	04 2014 A 45	Transportes	02/020100			51.000,00	55.000,00						4.000,00
2.3.2.2.	04 2014 A 45	Outros	02/020100			35.000,00	25.000,00						10.000,00
2.3.2.2.	02 2023 A 11	Competências descentralizadas no âmbito da acção social		2023/01/01	2023/12/31								
2.3.2.2.	02 2023 A 11	Pessoal em regime tarefa ou avença	02/010100			22.441,00	1.000,00	-21.441,00	-21.441,00	250,00			-21.441,00
2.3.2.2.	02 2023 A 11	Instalações: sed fins lucrativos	02/010100			245.000,00	200.000,00	4.000,00	4.000,00	62.957,00			-45.043,00
2.3.2.2.	02 2023 A 11	Outros	02/010100			20.000,00	20.000,00	83.840,50	83.840,50	20.999,23			2.000,00
2.4.		Habituação e serviços colectivos				3.191.593,38	3.702.193,38					4.200.000,00	210.600,00
2.4.1.		Habituação				150.593,38	163.593,38						5.000,00
2.4.1.1.	01 2014 A 10	Subsidio de arrendamento, rendas e alojamentos	02/020200	2014/01/01	2014/12/31	150.593,38	163.593,38						5.000,00
2.4.1.1.	01 2015 A 7	Financiamento				60.000,00	65.000,00						5.000,00
2.4.1.1.	01 2015 A 7	Tratamento águas residuais	02/020200	2015/01/01	2015/12/31	60.000,00	65.000,00						5.000,00
2.4.1.1.	01 2015 A 5	Resíduos sólidos				3.273.000,00	3.273.000,00					4.200.000,00	200.000,00
2.4.1.1.	01 2015 A 5	Resíduos Urbanos											
2.4.1.1.	01 2015 A 5	Reciclagem de resíduos sólidos	02/020200			1.135.000,00	1.435.000,00					1.200.000,00	300.000,00
Total :						33.589.692,97	26.330.930,22	66.399,90	66.399,90	94.135,23	2.000,00	1.200.000,00	2.740.065,35

ALTERAÇÕES AO PLANO PLURIANUAL
MUNICÍPIO DE SANTO TISSO

Pág.: 84
33
Ano: 2023

ALTERAÇÃO NÚMERO : 5 ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO PLANO DE ATIVIDADES ORÇÃO 1 DO ANO CONTÁBILÍSTICO DE 2023 DATA DE APROVAÇÃO

Identificação do Objeto : CLASSIFICADOR FUNCIONAL

Tipo de Plano : PLANO ATIVIDADES MUNICIPAIS

Tipo de Rubrica : CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA/ECOMUNICIPAIS

Euros

Objetivo	Número do projeto	Descrição	Classificação	Datas		Pagamentos						Modificação (f-)	
				Início	Fim	Períodos seguintes							
						2023	Períodos seguintes						
Código	An: Tipo Número	Designação do projeto		[4]	[5]	Orç. atual [6]	Orç. corrigida [7]	2024 [8]	2025 [9]	2026 [10]	2027 [11]	Outros [12]	[13] = [7] - [6]
2.4.5.	01	2015 A 3	Tratamento de resíduos sólidos	02/0202002		1.538.000,00	2.038.000,00						130.000,00
2.5.			Serviços culturais, recreativos e religiosos			1.361.000,00	1.685.000,00						324.000,00
2.5.1.			Cultura			151.000,00	375.000,00						224.000,00
2.5.1.1.	01	2021 A 11	Atividades da biblioteca e arquivos	02/020105	2021/01/01	2024/12/31							
2.5.1.1.	01	2021 A 11	Alimentação - Refeições confeccionadas	02/020105			7.000,00	25.000,00					18.000,00
2.5.1.1.	01	2021 A 11	Transportes	02/020105			1.000,00	10.000,00					9.000,00
2.5.1.1.	01	2021 A 11	Outras	02/020105			1.000,00	10.000,00					9.000,00
2.5.1.1.	01	2021 A 11	Outros	02/020255			1.000,00	10.000,00					9.000,00
2.5.1.1.	02	2021 A 12	Eventos Centro Cultural e Municipal de Vila das Artes	02/020105	2021/01/01	2024/12/31	1.000,00	5.000,00					4.000,00
2.5.1.1.	02	2021 A 13	Exposições do patrimônio e museus	02/020210	2021/01/01	2024/12/31	20.000,00	60.000,00					40.000,00
2.5.1.1.	04	2021 A 14	Atividades do patrimônio e museus	02/020210	2021/01/01	2024/12/31	25.000,00	55.000,00					30.000,00
2.5.1.1.	05	2021 A 15	Atividades da juventude e voluntariado	02/020105	2021/01/01	2025/12/31							
2.5.1.1.	05	2021 A 15	Alimentação - Refeições confeccionadas	02/020105			25.000,00	50.000,00					25.000,00
2.5.1.1.	05	2021 A 15	Prêmios, condecorações e ofertas	02/020115			25.000,00	50.000,00					25.000,00
2.5.1.1.	05	2021 A 15	Outros bens	02/020215			25.000,00	50.000,00					25.000,00
2.5.1.1.	05	2021 A 15	Outras	02/020215			20.000,00	50.000,00					30.000,00
2.5.2.			Desporto, recreio e lazer			1.210.000,00	1.310.000,00						100.000,00
2.5.2.12	12	2014 A 45	Concessão de subsídios/Compensações		2014/01/01	2024/12/31							
2.5.2.12	12	2014 A 45	Instituições sem fins lucrativos	02/020101			70.000,00	75.000,00					5.000,00
2.5.2.12	12	2014 A 45	Instituições sem fins lucrativos	02/020101			120.000,00	150.000,00					30.000,00
2.5.2.01	01	2021 A 5	Eventos desportivos	02/020115	2021/01/01	2024/12/31	50.000,00	95.000,00					45.000,00
3.			Funções económicas			200.000,00	260.000,00						60.000,00
3.1.			Comércio e turismo			20.000,00	30.000,00						10.000,00
3.1.2.			Turismo			20.000,00	30.000,00						10.000,00
3.1.2.04	04	2021 A 15	Atividades da programação cultural	02/020105	2021/01/01	2025/12/31	20.000,00	30.000,00					10.000,00
3.5.			Outras funções económicas			180.000,00	230.000,00						50.000,00
3.5.01	01	2018 A 5	Quotizações e outras contribuições relativas a entidades participadas pelo município	02/050205	2018/01/01	2025/12/31	180.000,00	230.000,00					50.000,00
4.			Outras funções			5.340.713,21	6.452.017,31						1.103.334,10
4.1.			Operações da dívida autarquica			2.390.000,00	2.490.000,00						100.000,00
4.1.0.			Operações da dívida autarquica			2.390.000,00	2.490.000,00						100.000,00
4.1.0.05	05	2018 A 1	Operações financeiras		2018/01/01	2046/12/31							
4.1.0.05	05	2018 A 1	Empréstimos de médio e longo prazo	03/030102			160.000,00	230.000,00					50.000,00
4.1.0.05	05	2018 A 1	Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições financeiras	03/100402			2.230.000,00	2.260.000,00					50.000,00
4.2.			Transferências entre administração			2.197.000,00	2.612.000,00						415.000,00
4.2.0.			Transferências entre administrações			2.197.000,00	2.612.000,00						415.000,00
4.2.0.01	01	2018 A 3	Transferências entre instituições	02/05010102	2018/01/01	2040/12/31	15.000,00	100.000,00					85.000,00
4.2.0.02	02	2018 A 2	Pragmas e custos de frequências	02/05050102	2018/01/01	2025/12/31	2.165.000,00	2.195.000,00					30.000,00
4.2.0.03	03	2021 A 5	Realização do capital social	02/050102	2021/01/01	2025/12/31	17.000,00	317.000,00					300.000,00
4.3.			Diversas não especificadas			761.713,21	1.350.017,31						588.334,10
4.3.0.			Diversas não especificadas			761.713,21	1.350.017,31						588.334,10
4.3.0.02	02	2018 A 10	Indemnizações	02/050205	2018/01/01	2025/12/31	40.000,00	100.000,00					60.000,00
4.3.0.10	10	2015 A 3	Empreendedorismo social	02/050255	2019/01/01	2025/12/31	20.000,00	100.000,00					80.000,00
4.3.0.04	04	2021 A 3	Plano municipal de acessibilidades	02/020255	2021/12/01	2024/12/31	25.000,00	100.000,00					75.000,00
4.3.0.01	01	2022 A 1	Serviços especializados		2/2021/01/01	2024/12/31							
4.3.0.01	01	2022 A 1	Serviços especializados diversos	02/020200			18.213,21	52.213,21					34.000,00
4.3.0.01	01	2022 A 1	Serviços especializados diversos	02/020200			50.000,00	57.000,00					7.000,00
Total :						32.443.766,00	36.773.995,53	48.355,50	48.355,50	85.135,23	2.093,00	4.258.050,00	4.230.165,45

ALTERAÇÃO NÚMERO : 5 ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO PLANO DE INVESTIMENTOS NÚMERO 1 DO DO CONTABILÍSTICO DE 2023 DATA DE APROVAÇÃO

Identificação do Objeto : CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL

Tipo de Plano : PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

Tipo de Rubrica : CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA/ECOMÔNICA

Objetivo	Número do projeto	Código An: Tipo Número	Descrição	Classificação	Datas		Pagamentos						Modificação (17-)
			Designação do projeto	Início	Fim	2023		Períodos seguintes					
						Dot. atual	Dot. corrigida	2024	2025	2026	2027	Outros	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13) = (7) - (8)	
1.			Funções gerais			958.673,50	2.065.107,75	415.514,17	165.514,17	165.514,17		1.106.514,17	
1.1.			Serviços gerais de administração pública			958.673,50	2.065.107,75	415.514,17	165.514,17	165.514,17		1.106.514,17	
1.1.1.			Administração geral			958.673,50	2.065.107,75	415.514,17	165.514,17	165.514,17		1.106.514,17	
1.1.1.1.	13	2002 I 262	Aquisições diversas, máquinas e equipamentos	02/0001002	2002/02/22	2024/12/31	409.750,00	404.750,00				5.000,00	
1.1.1.1.	03	2004 I 56	Hardware e Software	02/0001001	2005/01/01	2024/12/31							
1.1.1.1.	03	2004 I 56	Equipamento de informática	02/0001007			43.600,00	113.600,00				100.000,00	
1.1.1.1.	03	2004 I 56	Software informático	02/0001009				500.000,00				500.000,00	
1.1.1.1.	05	2011 I 6	Licenciamento de software microsoft	02/0001008	2011/01/01	2025/12/31	191.923,50	306.923,50				115.000,00	
1.1.1.1.	01	2016 I 1	SIG Internacional	02/0001009	2016/01/01	2025/12/31	20.000,00	30.000,00				10.000,00	
1.1.1.1.	04	2018 I 40	Reformulação da biblioteca municipal de Santo Tirso - Retirar arquivo municipal	02/000100301	2018/01/01	2024/12/31	99.000,00	210.000,00				111.000,00	
1.1.1.1.	01	2021 I 1	Requalificação da ala sul do edifício da Câmara Municipal	02/000100301	2021/01/01	2024/12/31	10.000,00	150.000,00				140.000,00	
1.1.1.1.	05	2022 I 3	Expansão do Tribunal do Comércio	02/000100301	2022/01/01	2024/12/31	185.000,00	75.000,00	250.000,00			-110.000,00	
1.1.1.1.	01	2023 I 36	Descentralização Saúde	02/000100301	2023/02/14	2025/12/31							
1.1.1.1.	01	2023 I 36	Outros	02/000100307			40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00		40.000,00	
1.1.1.1.	01	2023 I 36	Outros	02/000100413			45.514,17	45.514,17	45.514,17	45.514,17		45.514,17	
1.1.1.1.	02	2023 I 39	Centro Saúde Veiga do Lopo	02/000100307	2023/02/15	2025/12/31							
1.1.1.1.	02	2023 I 39	Outros	02/000100307			10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00		10.000,00	
1.1.1.1.	02	2023 I 39	Outros	02/000100413			10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00		10.000,00	
1.1.1.1.	03	2023 I 40	Centro Saúde Santo Tirso	02/000100307	2023/02/15	2025/12/31							
1.1.1.1.	03	2023 I 40	Outros	02/000100307			10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00		10.000,00	
1.1.1.1.	03	2023 I 40	Outros	02/000100413			10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00		10.000,00	
1.1.1.1.	04	2023 I 41	Centro Saúde S. Tomé	02/000100307	2023/02/15	2025/12/31							
1.1.1.1.	04	2023 I 41	Outros	02/000100307			10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00		10.000,00	
1.1.1.1.	04	2023 I 41	Outros	02/000100413			10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00		10.000,00	
1.1.1.1.	05	2023 I 42	Requalificação do Antigo Dispensário	02/000100307	2023/02/15	2025/12/31							
1.1.1.1.	05	2023 I 42	Outros	02/000100307			10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00		10.000,00	
1.1.1.1.	05	2023 I 42	Outros	02/000100413			10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00		10.000,00	
2.			Funções sociais			3.713.341,29	7.435.341,29	7.130.000,00	6.000.000,00	1.750.000,00	150.000,00	3.722.000,00	
2.1.			Educação			242.677,72	892.677,72	2.350.000,00	1.150.000,00	150.000,00	150.000,00	650.000,00	
2.1.1.			Ensino não superior			142.677,72	42.677,72	150.000,00	1.150.000,00	150.000,00	150.000,00	600.000,00	
2.1.1.1.	23	2002 I 23	Aquisição de terrenos destinados à construção da escola B. 2.3 Agrala	02/0001001	2002/11/02	2024/12/31	45.759,72	445.759,72				400.000,00	
2.1.1.1.	01	2012 I 15	Beneficiário e consagração do parque escolar municipal	02/000100307	2012/01/01	2027/12/31							
2.1.1.1.	01	2012 I 15	Outros	02/000100307			50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	
2.1.1.1.	01	2012 I 15	Outros	02/000100413			150.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	150.000,00	
2.1.1.1.	01	2022 I 4	Beneficiário da escola B.B. 2/3 da Agrala	02/000100305	2022/01/01	2025/12/31	96.510,00		1.000.000,00				
2.1.1.2.			Serviços auxiliares			100.000,00	150.000,00	2.200.000,00				50.000,00	
2.1.1.2.	10	2023 I 26	CSM digital- Instalação na fábrica de Santo Tirso	02/000100305	2023/01/01	2025/12/31	100.000,00	150.000,00	2.200.000,00			50.000,00	
2.3.			Segurança e ação sociais			243.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00		243.000,00	
2.3.2.			Ação social			243.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00		243.000,00	
2.3.2.1.	02	2023 I 43	Estratégia Local Habitação	02/000100307	2023/02/15	2025/12/31							
2.3.2.1.	02	2023 I 43	Outros	02/000100307			150.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00		150.000,00	
2.3.2.1.	02	2023 I 43	Outros	02/000100413			93.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00		93.000,00	
2.4.			Habituação e serviços colectivos			3.286.173,57	5.915.173,57	2.630.000,00	2.750.000,00	1.500.000,00		2.619.000,00	
2.4.2.			Ordenamento do território			3.220.823,57	4.915.823,57	2.365.000,00	2.750.000,00	1.500.000,00		1.695.000,00	
2.4.2.1.	75	2006 I 173	Requalificação do Parque de Lazer do Rosal - Babordões	02/000100401	2006/12/02	2023/12/31	321.000,00	421.000,00				100.000,00	
2.4.2.1.	11	2018 I 3	Plano de mobilidade sustentável para a cidade de Santo Tirso - Implementação da rede de ciclovias - Rua da Misericórdia, Comendador António Maria Lopes e Infante D. Henrique até à Praça Camilo Castelo Branco	02/000100401	2018/01/01	2023/12/31	355.849,94	455.849,94				100.000,00	
Total :						1.861.201,24	4.066.715,41	2.835.514,17	1.415.514,17	415.514,17	150.000,00	2.195.514,17	

ALTERAÇÃO NÚMERO : 9 SITUAÇÃO MODIFICATIVA AO PLANO DE INVESTIMENTOS RÚBRICA 1 DO ANO ORÇAMENTÁRIO DE 2023 DATA DE APROVAÇÃO

Identificação do Objeto : CLASSIFICADOR FUNCIONAL

Tipo de Plano : PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

Tipo de Rubrica : CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA/DESCRIÇÃO

Objetivo	Número do projeto		Descrição	Classificação	Datas		Pagamentos							Modificação (17) = (13) - [(1) - (5)]
	Código	Ano Tipo Número			Início	Fim	2023		Períodos seguintes					
							Est. atual	Est. corrigida	2024	2025	2026	2027	Outros	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13) = [(1) - (5)]		
2.4.2.	23	2018 I 45	Ligação pedonal do Parque Silvestre do Verdeal ao Parque Urbano Sara Moreira	02/0*010405	2018/01/01	2024/12/31	201.223,75	201.223,75	1.250.000,00	1.250.000,00				
2.4.2.	10	2015 I 45	Adaptação de espaços públicos da cidade de Santo Tirso - PAMIS	02/0*010401	2015/01/16	2024/12/31	1.761.410,31	1.961.410,31					200.000,00	
2.4.2.	02	2021 I 3	Cicloria da Rua das Rãs - Santo Tirso	02/0*010401	2021/01/01	2024/12/31	160.000,00	390.000,00	360.000,00				230.000,00	
2.4.2.	02	2022 I 8	Beneficiário do jardim Pinto Leite e envolvente - Áreas	02/0*010401	2022/01/01	2024/12/31	117.600,00	257.600,00					110.000,00	
2.4.2.	07	2022 I 12	Cicloria - "Procircular"	02/0*010401	2022/01/01	2024/12/31	15.000,00	50.000,00	500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00		35.000,00	
2.4.2.	15	2022 I 21	Requalificação da Rua da Cortada, Boriz	02/0*010401	2022/01/01	2025/12/31	92.453,20	252.453,20					160.000,00	
2.4.2.	21	2022 I 25	Requalificação da Rua João Bento Padilha-Vila das Aves	02/0*010401	2022/01/01	2024/12/31	145.167,57	345.167,57	105.000,00				200.000,00	
2.4.2.	34	2023 I 24	Passagem das margens do Arco - Reabilitação	02/0*010405	2023/01/01	2024/12/31	18.030,00	370.030,00	100.000,00				360.000,00	
2.4.2.	35	2023 I 45	Construção da Rua Capitão Salgueiro Maia, junto à Fábrica de Santo Tirso	02/0*010401	2023/02/17	2024/12/31		200.000,00	50.000,00				200.000,00	
2.4.3.			Comitérios				20.000,00	200.000,00					180.000,00	
2.4.3.2.			Comitérios				20.000,00	200.000,00					180.000,00	
2.4.3.2.	31	2023 I 34	Comitério de Vila das Aves - Ampliação	02/0*010412	2023/01/01	2024/12/31	20.000,00	200.000,00					180.000,00	
2.4.6.			Proteção do meio e conservação da natureza				55.350,00	79.350,00	265.000,00				74.000,00	
2.4.6.	03	2022 I 51	Projeto para a construção do parque ribeirinho da Ponte Paro - Agrala		2022/01/01	2025/12/31								
2.4.6.	03	2022 I 51	Terrenos	02/0*0101				200.000,00					200.000,00	
2.4.6.	03	2022 I 51	Parques e jardins	02/0*010405			55.350,00	555.350,00	265.000,00				544.000,00	
2.5.			Serviços culturais, recreativos e religiosos				174.490,00	304.490,00	2.050.000,00	2.000.000,00			210.000,00	
2.5.1.			Cultura					50.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00			50.000,00	
2.5.1.	05	2023 I 45	Casa de Espetáculos	02/0*010313	2023/02/15	2025/12/31		50.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00			50.000,00	
2.5.2.			Desporto, recreio e lazer				174.490,00	304.490,00	50.000,00				160.000,00	
2.5.2.	15	2023 I 51	Requalificação e manutenção das áreas desportivas municipais e estruturas de apoio, incluindo enlameamento sintético - Oitocelbo Santo Tirso	02/0*010302	2023/01/01	2023/12/31	107.000,00	237.000,00					130.000,00	
2.5.2.	02	2022 I 55	Projeto para o novo pavilhão desportivo da Vale do Leça		2022/01/01	2025/12/31								
2.5.2.	02	2022 I 55	Terrenos	02/0*0101			20.000,00	20.000,00	50.000,00					
2.5.2.	02	2022 I 55	Instalações desportivas e recreativas	02/0*010302			47.450,00	77.450,00					30.000,00	
3.			Funções económicas				745.330,39	5.817.530,39	544.200,00	800.000,00			5.072.200,00	
3.2.			Indústria e energia				9.000,00	90.000,00					81.000,00	
3.2.	01	2021 I 12	Rede gás para o centro escolar S. Tomás de Negrelos	02/0*010431	2021/01/01	2023/12/31	9.000,00	90.000,00					81.000,00	
3.3.			Transporte e comunicações				726.330,39	5.217.530,39	544.200,00	800.000,00			4.491.200,00	
3.3.1.			Rede viária urbana e rural				640.641,19	4.581.841,19	544.200,00	800.000,00			3.911.200,00	
3.3.1.	045	2023 I 5	Co-âcesso rodoviário, pedonal e ciclável da Vila Nova do Campo à estação ferroviária de Lordelo		2023/01/01	2025/12/31								
3.3.1.	046	2023 I 5	Terrenos	02/0*0101			5.000,00	250.000,00					245.000,00	
3.3.1.	046	2023 I 5	Viadutos, arruamentos e obras complementares	02/0*010401			14.344,27	715.344,27					700.000,00	
3.3.1.	027	2024 I 23	Rotunda R.M. 644 e R.M. 105 - S. Tomás de Negrelos	02/0*010401	2024/01/01	2023/12/31	63.702,42	503.702,42					440.000,00	
3.3.1.	046	2012 I 13	Beneficiário, conservação e infraestruturação da rede viária municipal	02/0*010401	2012/01/01	2023/12/31	249.000,00	1.790.000,00					1.541.000,00	
3.3.1.	044	2015 I 12	Variantes à EN105, entre o nó A11 e a Enmida - 1ª		2015/01/01	2025/12/31								
3.3.1.	044	2015 I 12	Terrenos	02/0*0101			1.600,00	1.600,00	444.200,00					
3.3.1.	044	2015 I 12	Viadutos, arruamentos e obras complementares	02/0*010401			55.512,50	255.512,50					200.000,00	
3.3.1.	043	2021 I 27	Ponte da Bussimã sobre o Rio Leça - CM12	02/0*010401	2021/01/01	2023/12/31	122.711,90	172.711,90					50.000,00	
3.3.1.	043	2022 I 61	Requalificação da ligação Santa Cruz e as habitações sociais do Monte do Córdova	02/0*010401	2022/01/01	2024/12/31								
3.3.1.	043	2022 I 61	Terrenos	02/0*0101			30.000,00	10.000,00					-20.000,00	
Total :							5.222.285,46	13.180.641,23	7.965.714,17	6.655.514,17	1.915.514,17	150.000,00	6.076.514,17	

ALTERAÇÕES AO PLANO PLURIANUAL
MUNICÍPIO DE SANTO TIRESO

36 Pág.: 3
37
38

ALTERAÇÃO NÚMERO : 5 ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO PLANO DE INVESTIMENTOS NÚMERO 1 DO ADO CONTABILÍSTICO DE 2023 DATA DE APROVAÇÃO

Identificação do Objeto : CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL

Tipo de Plano : PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

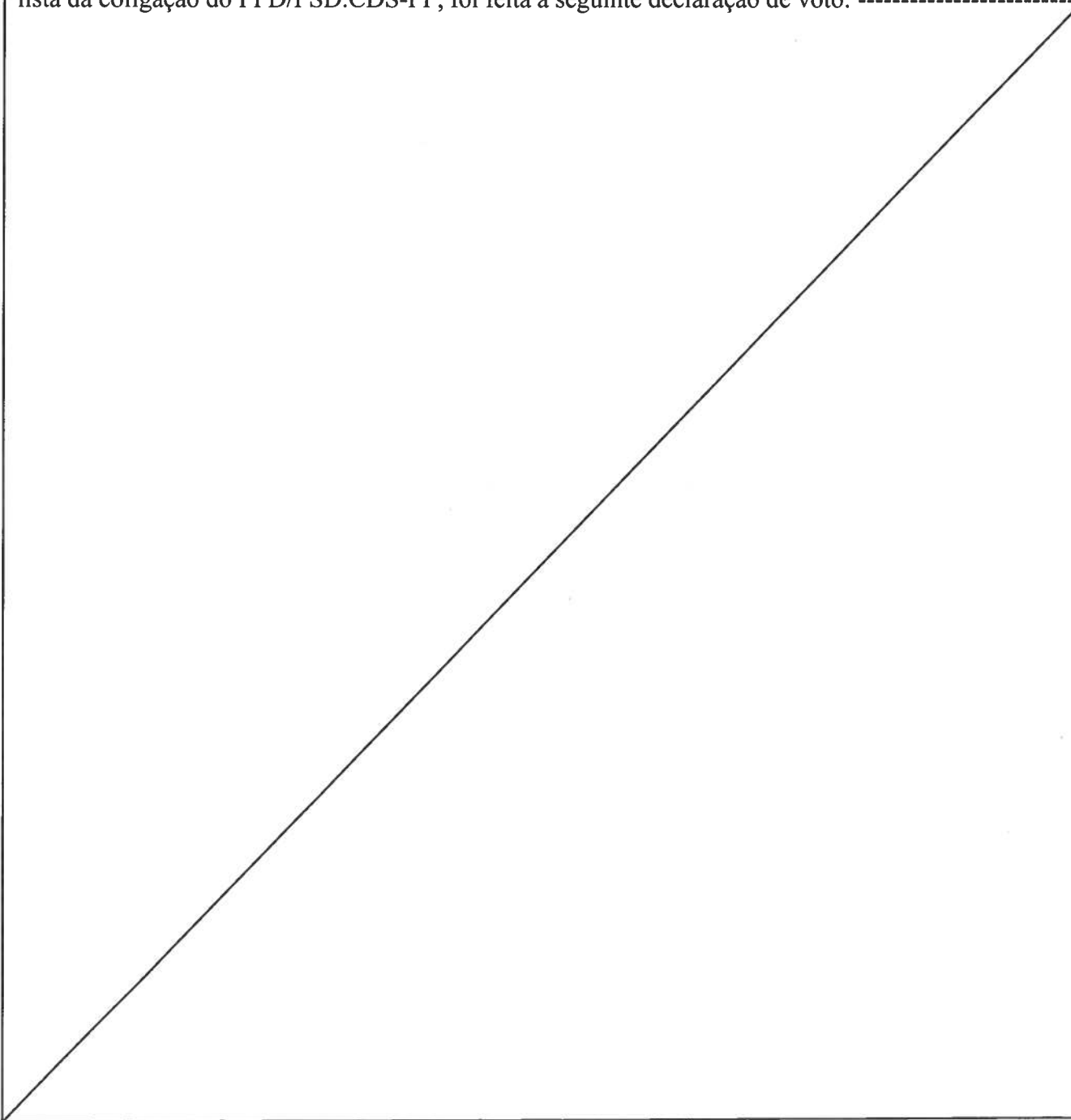
Tipo de Rubrica : CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA/DESCRIÇÃO

Em R\$

Objetivo	Número do projeto		Descrição	Classificação	Datas		Pagamentos						Modificação (13) = (1) - (5)
					Início	Fim	2023		Períodos seguintes				
	Código An: Tipo Número	Designação do projeto	(4)	(5)			Dot. atual (6)	Dot. corrigida (7)	2024 (8)	2025 (9)	2026 (10)	2027 (11)	Outros (12)
(1)	(2)	(3)										(13) = (1) - (5)	
3.3.1.	013	2022 I 41	Viadutos, arruamentos e obras complementares	02/0*010401		55.000,00	105.000,00					123.600,00	
3.3.1.	013	2023 I 2	Rua Dr. Raúl Augusto Castro Fernandes, Santo Tirso - Requalificação	02/0*010401	2023/01/01	2025/12/31							
3.3.1.	013	2023 I 2	Terrenos	02/0*010401			105.000,00					330.000,00	
3.3.1.	013	2023 I 2	Viadutos, arruamentos e obras complementares	02/0*010401		23.370,00	73.370,00					50.000,00	
3.3.1.	015	2023 I 35	Roda -liria estruturante - Enquadramento paisagístico	02/0*010401	2022/01/01	2024/12/31	10.000,00	100.000,00				90.000,00	
3.3.1.	016	2023 I 44	Circular Morte de Santo Tirso	02/0*010401	2023/02/15	2025/12/31		200.200,00	100.000,00	100.000,00		200.200,00	
3.3.4.			Estacionamentos			85.689,20	635.689,20					550.000,00	
3.3.4.	02	2014 I 35	Roda de parques de estacionamento da cidade de Santo Tirso	02/0*010401	2014/01/01	2023/12/31	27.189,20	107.189,20				80.000,00	
3.3.4.	03	2021 I 25	Requalificação do Parque da Pira Santo Tirso	02/0*010401	2021/01/01	2024/12/31	50.500,00	520.500,00				470.000,00	
3.5.			Outras funções económicas			10.000,00	510.000,00					500.000,00	
3.5.1.			Outros Ativos			10.000,00	510.000,00					500.000,00	
3.5.1.	01	2021 I 35	Aquisição de outros bens imóveis para a instalação de serviços municipais	02/0*0115	2021/01/01	2023/12/31	10.000,00	510.000,00				500.000,00	
4.			Outras funções				200.000,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00		200.000,00	
4.3.			Diversas não específicas				200.000,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00		200.000,00	
4.3.0.			Diversas não especificadas				200.000,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00		200.000,00	
4.3.0.	01	2011 I 35	Conservação e manutenção de edifícios municipais		2011/01/01	2023/12/31							
4.3.0.	01	2011 I 35	Outros	02/0*010307			100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00		100.000,00	
4.3.0.	01	2011 I 35	Outros	02/0*010413			100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00		100.000,00	
Total :						5.117.345,26	15.519.055,43	8.266.714,17	7.165.514,17	2.115.514,17	150.000,00	10.100.714,17	



Seguidamente pela senhora Ana Maria Carvalho Lages Pinto, eleita enquanto inscrita na lista da coligação do PPD/PSD.CDS-PP, foi feita a seguinte declaração de voto: -----



Assunto: Ponto 10 da ordem do dia da reunião ordinária de 23 de fevereiro de 2023 (1ª Alteração Orçamental Modificativa (revisão) ao orçamento para 2023)



É do conhecimento de todos que o saldo final da gerência, reflete a execução orçamental do executivo e que é um dos documentos inerentes à prestação de contas.

Não pode, a bancada do PPD/PSD-CDS/PP deixar de tecer algumas considerações sobre a integração do saldo de gerência da execução orçamental, relativo ao exercício económico de 2022, assim:

1. Salientamos que é o maior saldo de gerência de que temos memória;
2. Os cerca de 14 milhões de euros, serão maioritariamente distribuídos por 2 grandes rubricas, a rubrica de "Aquisição de bens e serviços" e a rubrica "Aquisição de bens de capital", representando respetivamente e 24% e 70% aproximadamente.

Numa altura em que as prioridades políticas do município, não só, mas também devido à crise económica que estamos a atravessar, deveriam estar focadas nos cidadãos, vemos uma completa inversão de prioridades, desde logo porque:

1. Não vislumbramos um reforço da rubrica transferências de capital para as juntas de freguesia, nomeadamente dos 14 milhões de euros agora alocados, só 30 mil euros (repito 30 mil euros) são alocados aos projetos das 14 freguesias, o que representa claramente 0,002% da verba total alocada. Esta alocação ficará marcada por um ato muito infeliz na gestão autárquica e evidencia mais uma oportunidade desperdiçada!

2. Temos assistido ao envio de missivas para os representantes de familiares dos utentes da CAID - Cooperativa de Apoio à Integração do Deficiente anunciando um ajustamento das participações familiares, vulgas mensalidades. Por estarmos preocupados, questionamos o Sr. Presidente se acha normal que, face a este reforço de 14 milhões de euros, não tenha previsto nenhuma reserva para apoio destas famílias e em vez de participar em 20% as mensalidades, possa participar numa percentagem muito superior, por forma a ajudar as famílias a ultrapassar as dificuldades mensais.

Por fim, mas não menos importante, gostaria a bancada do PPD/PSD, de frisar que a verba prevista para construções diversas, nomeadamente “Viadutos, arruamentos e obras complementares” onde, estava inscrito cerca de 1 milhão e 300 mil euros e agora, se vê reforçada para quase 7 milhões de euros. Será que com este reforço de verba, vamos ver lançada a primeira pedra para o novo hospital? Se assim for ficamos muito satisfeitos.

Os indicadores e as projeções económicas, não são favoráveis a excessos e recomendam prudência.

Os deputados eleitos pelo PPD/PSD.CDS/PP





11. DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL DE PARCELA DE TERRENO COM A ÁREA DE 629M², SITA NO LUGAR DE CARREIRA - VILA DAS AVES – APROVAÇÃO. -----

Presente a deliberação da câmara municipal de nove do corrente mês de fevereiro, da qual se anexa cópia à presente ata, o que constitui as folhas sessenta e uma a sessenta e três da mesma.----

O senhor presidente da câmara fez uma pequena intervenção para explicação do assunto.

No momento da discussão, não houve inscrições sobre este assunto. -----

A assembleia municipal deliberou, ao abrigo da competência prevista na alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em Anexo à Lei 75/2013, de 12 de setembro, desafetar do domínio público municipal a seguinte parcela de terreno. -----

PARCELA DE TERRENO A DESAFETAR DO DOMÍNIO PÚBLICO: -----

Parcela de terreno com a área de 629 m² (seiscentos e vinte e nove metros quadrados), sita no lugar da Carreira, freguesia de Vila das Aves, concelho de Santo Tirso, a confrontar de norte com Rua do Loteamento (Travessa da Carreira), de sul com lote n.º 18 do loteamento aprovado pelo alvará número 25/83, de nascente com herdeiros de Armindo da Silva Araújo e de poente com o lote n.º 10 da mesma operação de loteamento, delimitada na planta que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo a subsequente folha, destinada a ser integrada no lote n.º 10 da referida operação de loteamento, descrito na Conservatória do Registo Predial de Santo Tirso sob o número 1037 (mil e trinta e sete), da freguesia de Vila das Aves. -----

A presente deliberação foi tomada com trinta e nove votos a favor e uma abstenção do membro eleito enquanto inscritos na lista do Bloco de Esquerda. -----



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

7. DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL DE PARCELA DE TERRENO COM A ÁREA DE 629 METROS QUADRADOS, SITA NO LUGAR DE CARREIRA - VILA DAS AVES.-----

Presente informação da Divisão Jurídica, de seis do corrente mês de fevereiro, registada com o número mil duzentos e noventa e cinco, a comunicar que, na sequência da deliberação da assembleia municipal de sete de dezembro último (item 30 da respetiva ata), pela qual foi decidido dar início ao procedimento da desafetação do domínio público municipal de uma parcela de terreno com a área de 629 m² (seiscentos e vinte e nove metros quadrados), sita no Lugar da Carreira, freguesia de Vila das Aves, a seguir identificada, foi publicitada a intenção de desafetação do domínio público, sendo que, no respetivo período de audiência prévia não foram apresentadas quaisquer reclamações quanto à intenção de desafetação do domínio público daquela parcela de terreno. -----

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta: -----

Considerando o teor das informações técnicas referidas na deliberação da câmara municipal de vinte e sete de outubro último (item oito da respetiva ata), que aqui se dão por inteiramente transcritas para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação; -----

Considerando que a intenção de desafetação foi publicitada nos termos legalmente previstos, sendo que, no período de audiência prévia não foram apresentadas quaisquer reclamações quanto à intenção de desafetação do domínio público da parcela de terreno em causa; -----

Proponho que a câmara municipal, ao abrigo da sua competência prevista na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, delibere propor à assembleia municipal que, no exercício da sua competência prevista na alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da dita Lei 75/2013, delibere desafetar do domínio público municipal a parcela de terreno a seguir descrita, para posteriormente ser vendida ao atual proprietário do lote número dez da operação de loteamento titulada pelo alvará número 25/83, que já manifestou interesse na sua aquisição. -----



Reunião: ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

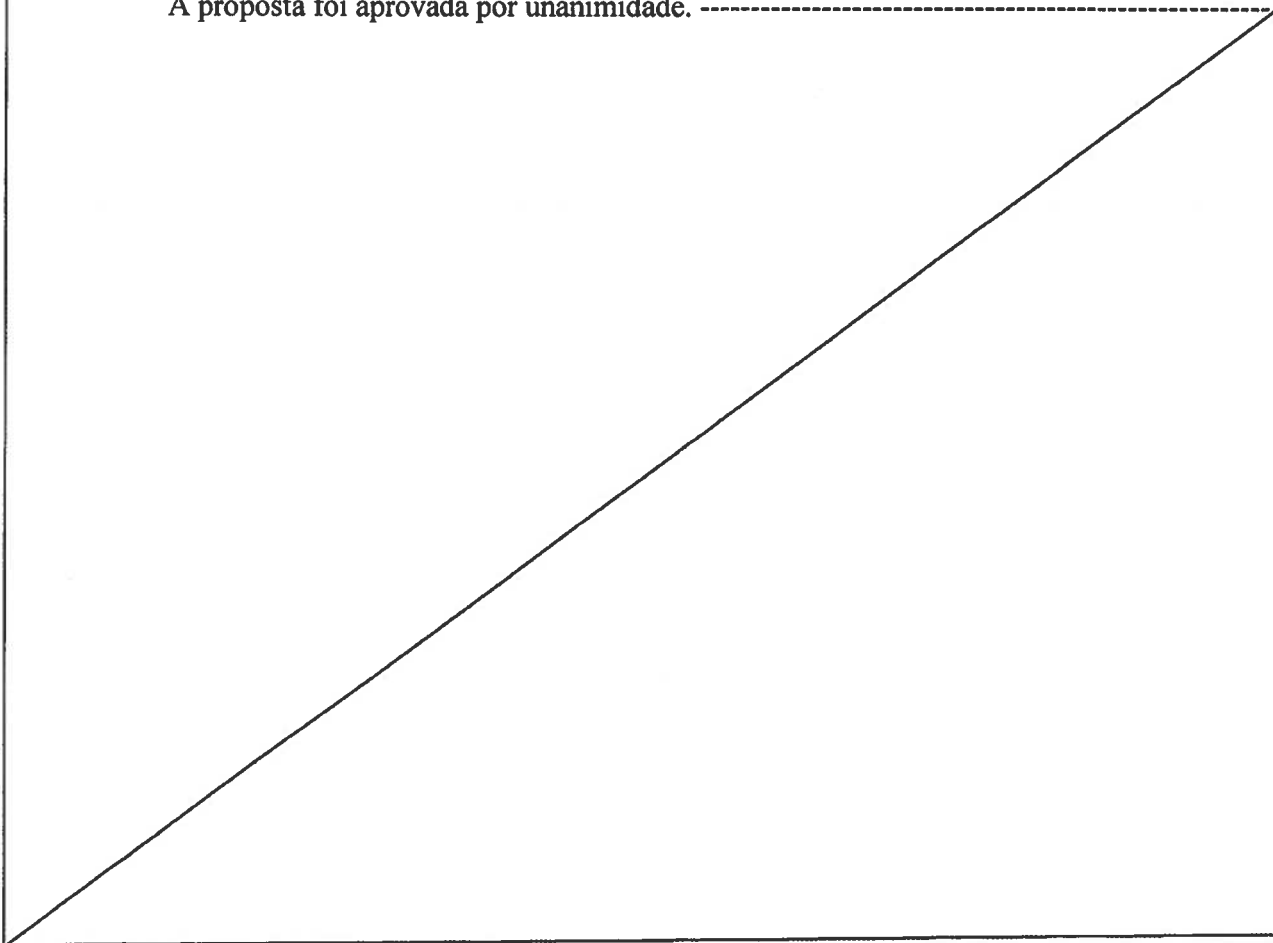
Ata N.º 3 Fl. 20
09 de fevereiro de 2023

93

PARCELA DE TERRENO A DESAFETAR DO DOMÍNIO PÚBLICO: -----

Parcela de terreno com a área de 629m² (seiscentos e vinte e nove metros quadrados), sita no lugar da Carreira, freguesia de Vila das Aves, concelho de Santo Tirso, a confrontar de norte com Rua do Loteamento (Travessa da Carreira), de sul com lote n.º 18 do loteamento aprovado pelo alvará número 25/83, de nascente com herdeiros de Armindo da Silva Araújo e de poente com o lote n.º 10 da mesma operação de loteamento, delimitada na planta que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo a subsequente folha, destinada a ser integrada no lote n.º 10 da referida operação de loteamento, descrito na Conservatória do Registo Predial de Santo Tirso sob o número 1037 (mil e trinta e sete), da freguesia de Vila das Aves. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----



Declaração de Elaboração de Levantamento Topográfico

Eu, Luis Miguel Moreira Mendes, morador na Rua Jornal de Santo Tirso, nº80, Rch/esq/frente - Santo Tirso, portador do nº de Contribuinte 209735490, Topógrafo, detentor do certificado de habilitações profissionais nº 027-A/2009, emitido por CICCOPN- centro de Formação Profissional da Indústria da Construção Civil e Obras Publicas do norte, declaro que executei o levantamento topográfico, referente a alienação de uma parcela de terreno sita no Lugar de Carreira, Travessa da Carreira, freguesia de Vila das Aves, que figura junto a esta declaração.

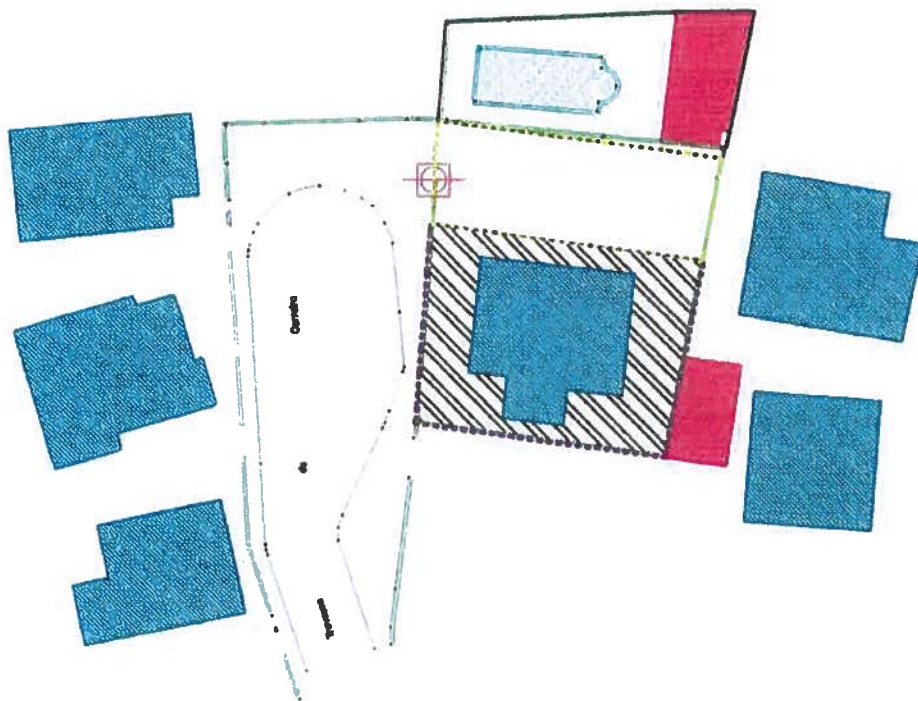
Declara-se ainda que, para a execução do trabalho foram utilizados os equipamentos adequados, nas devidas condições de funcionamento e observadas as regras técnicas adequadas á boa prática do serviço de Topografia.

Santo Tirso, 02/06/2022

O declarante, Luis Miguel Moreira Mendes

Luis Miguel Moreira Mendes

[Handwritten signatures]



Legenda:



área lote 10= 500m²



área desafetada do domínio público= 275m²



área total do domínio público ocupada pelo proprietário do lote 10= 354m²

Coordenada Retangular
Origem ETRS89
(valores expressos em metros)
X = -23033.690
Y = 189981.217



SANTO TIRSO CÂMARA MUNICIPAL	Departamento de Gestão Ambiental, Território e Requalificação do Espaço Público		
	Divisão de Ordenamento do Território e Informação Geográfica		
Alienação de uma parcela de terreno sita no Lugar de Carreira Vila das Aves, Santo Tirso			

Levantamento Topográfico

Autor Miguel Mendes	Rubrica do autor	Colaboradores	Coordenador
Escala 1/500	0 10.00 20.00 30.00 40.00 50.00 60.00 70.00 80.00 90.00 100.00	Substido	Substido
Referência	SCD	Registo	Data
			junho 2022
			01



12. REGISTO A FAVOR DO MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO DE UMA PARCELA DE TERRENO CEDIDA PARA O DOMÍNIO PRIVADO, NO ÂMBITO DE OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO NA PALMEIRA, TITULADA PELO ALVARÁ N.º 8/88, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO AVERBAMENTO N.º 2 - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 26/04/2006 – INICIO DO PROCEDIMENTO. -----

Presente a deliberação da câmara municipal de doze de janeiro último, da qual se anexa cópia à presente ata, constituindo as subseqüentes duas folhas. -----

Anexa-se ainda à presente ata planta da referida parcela de terreno, constituindo o anexo III da mesma. -----

O senhor presidente da câmara fez uma pequena intervenção para explicação do assunto.

No momento da discussão, não houve inscrições sobre este assunto. -----

O senhor presidente da assembleia propôs que este órgão deliberasse manifestar a intenção de alterar a deliberação da assembleia municipal de vinte e seis de abril de dois mil e seis (item sete da respetiva ata), com a fundamentação constante da aludida deliberação e da informação técnica nela referida, que aqui se têm por inteiramente transcritas para todos os efeitos legais, no sentido de ficar a constar que a área de terreno cedida ao município no âmbito da referida operação de loteamento e a desafetar do domínio público municipal é de 2.376 m² (dois mil trezentos e setenta e seis metros quadrados), e tem a configuração que consta da planta de cedências atualizada, que substitui a que consta de folhas 428 da minuta da ata da respetiva sessão da assembleia municipal, procedendo-se à publicitação desta deliberação da assembleia municipal. -----

Em consequência da posterior alteração da aludida deliberação da assembleia municipal, a parcela de terreno a desafetar do domínio público terá a seguinte descrição: -----

Parcela de terreno sita no Lugar de Fial, Palmeira, freguesia de União das Freguesias de Areias, Sequeirô, Lama e Palmeira, com a área de 2.376 (dois mil trezentos e setenta e seis) metros



quadrados, a confrontar de norte, sul e nascente com arruamentos do loteamento e de poente com Rua de S. José, que se destina à construção de equipamento a definir pela câmara municipal.-----

Os interessados poderão apresentar reclamação quanto à intenção de desafetação no prazo de trinta dias a contar da data da publicação de Edital no sítio institucional do município na Internet, a publicitar a intenção de desafetação. -----

A proposta foi aprovada por trinta e nove votos a favor e uma abstenção do membro eleito enquanto inscritos na lista do Bloco de Esquerda.-----

Reunião: ORDINÁRIA



Câmara Municipal de Santo Tirso

Ata N.º 1 Fl. 8
12 de janeiro de 2023

3. REGISTO A FAVOR DO MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO DE UMA PARCELA DE TERRENO CEDIDA PARA O DOMÍNIO PRIVADO, NO ÂMBITO DE OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO NA PALMEIRA, TITULADA PELO ALVARÁ N.º 8/88, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO AVERBAMENTO N.º 2 - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 26/04/2006.-----

Presente informação da Diretora Municipal, de dezanove de dezembro de dois mil e vinte e dois, registada com o número doze mil setecentos e trinta e dois, a informar sobre o procedimento que se mostra mais adequado para o registo na Conservatória do Registo Predial da parcela de terreno com a área de 2.376 (dois mil trezentos e setenta e seis) metros quadrados, cedida ao domínio privado do município no âmbito da operação de loteamento titulada pelo alvará n.º 8/88, conforme especificações que constam do averbamento n.º 2, de 23 de agosto de 2011, delimitada a vermelho na planta que se junta à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o Anexo I da mesma.

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse, ao abrigo da sua competência prevista na alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propor à assembleia municipal que delibere manifestar a intenção de alterar a deliberação da assembleia municipal de vinte e seis de abril de dois mil e seis (item sete da respetiva ata), no sentido que fique a constar que a parcela de terreno desafetada do domínio público municipal tem a área de 2.376 (dois mil trezentos e setenta e seis) metros quadrados, e a configuração prevista na aludida planta, e que assim se descreve:-----

- Parcela de terreno sita no Lugar de Fial, Palmeira, freguesia de União das Freguesias de Areias, Sequeirô, Lama e Palmeira, com a área de 2.376 (dois mil trezentos e setenta e seis) metros quadrados, a confrontar de norte, sul e nascente com arruamentos do loteamento e de poente com Rua de S. José, que se destina à construção de equipamento a definir pela câmara municipal.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor, dos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista. Absteram-se os senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista



Reunião: ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'A' and 'BT'.

da coligação do PPD/PSD.CDS-PP.-----



Assembleia Municipal de Santo Tirso

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

No início da sessão da assembleia municipal, o senhor presidente da assembleia lembrou que os cidadãos interessados em intervir teriam de fazer a sua inscrição até ao termo do período destinado à discussão e votação dos assuntos incluídos na ordem do dia, de harmonia com o previsto no artigo 38.º do regimento da assembleia municipal.-----

Inscreeveu-se para participar nesta reunião o sócio-gerente da sociedade FXT – Fabrico e Acabamentos de Meias, Lda., conforme email de vinte e dois do corrente mês de fevereiro, tendo dito resumidamente o seguinte: -----

Disse que estava na qualidade de proprietário/gerente da empresa FXT, que era a empresa que há 15 anos, adquiriu a Fábrica do Malhado. -----

Disse que na sessão desta assembleia municipal, foi votada a aprovação da ata da sessão de 22/06/2022, onde consta a votação do assunto da expropriação daquele edifício e que não houve intervenções na discussão do mesmo. -----

Disse que era a primeira vez que aparecia numa sessão da assembleia municipal, que talvez deveria ter vindo mais cedo.-----

Referiu que a sua intervenção era de aclarar a informação que chegava aos membros desta assembleia municipal, a quem tem o direito de voto.-----

Disse que ficou com dificuldades em saber como entrar em contacto com os membros da assembleia, que os grupos parlamentares desta assembleia não tinham um email institucional, para dar a conhecer o percurso daquela fábrica e que se tivesse o email de cada membro seria possível o envio de documentação. -----

Disse que a maioria dos presentes, provavelmente, não conhecem o percurso daquela fábrica.-----

Referiu-se ainda à construção do passeio pedonal, em 2007, onde propôs fazer parte dessa mesma construção.-----



Assembleia Municipal de Santo Tirso

Referiu que a sua intervenção ia no sentido de que, quando houvesse assuntos deste tipo, que fosse possível perceber quem estava do outro lado. -----

Seguidamente interveio o senhor António da Rocha, residente da Rua Dona Maria Juvelina Figueiredo, Santa Cristina do Couto; -----

Disse que era do concelho de Santo Tirso, que era emigrante e o assunto que o trazia a esta assembleia era relacionado com o prédio junto à Central de Camionagem. -----

Referiu que o seu filho, Daniel da Rocha, que estava em França, que trabalhava muito para poder comprar um prédio em Santo Tirso, e que já lhe tinha dito para comprar em França e não em Portugal, porque no nosso país era um país de corruptos. -----

Disse que veio para Portugal há 10 anos e que andava revoltado, que nunca viu o país assim. -----

Perguntou como era possível colocar 20 pessoas a morar naquele prédio, com água de companhia e não havia escrituras. -----

Disse ainda que o construtor ameaça o seu filho, que lhe diz para desistir, que o filho tinha dado um sinal de 36.000,00€, por um apartamento que custava 160.000,00€ e que agora eram 300.000,00€. O que o construtor fazia ao seu filho fazia a toda a gente. -----

Perguntou, o que era que o senhor presidente da câmara poderia fazer para ajudar as pessoas, que não tem escritura, porque tem um filho que estava a sofrer, que agora só quer o dinheiro, mas que não ia ter os 36.000,00€ que deu, dado que já estava há 5 anos à espera e que não seria resolvido tão cedo. -----

Disse que havia pessoas que venderam a casa, que estão a pagar renda e que não podiam ir para o seu apartamento. -----

Perguntou ainda, como era possível construir um prédio ilegal, que a câmara fechava os olhos, o que era que o senhor presidente iria fazer para resolver a situação. -----

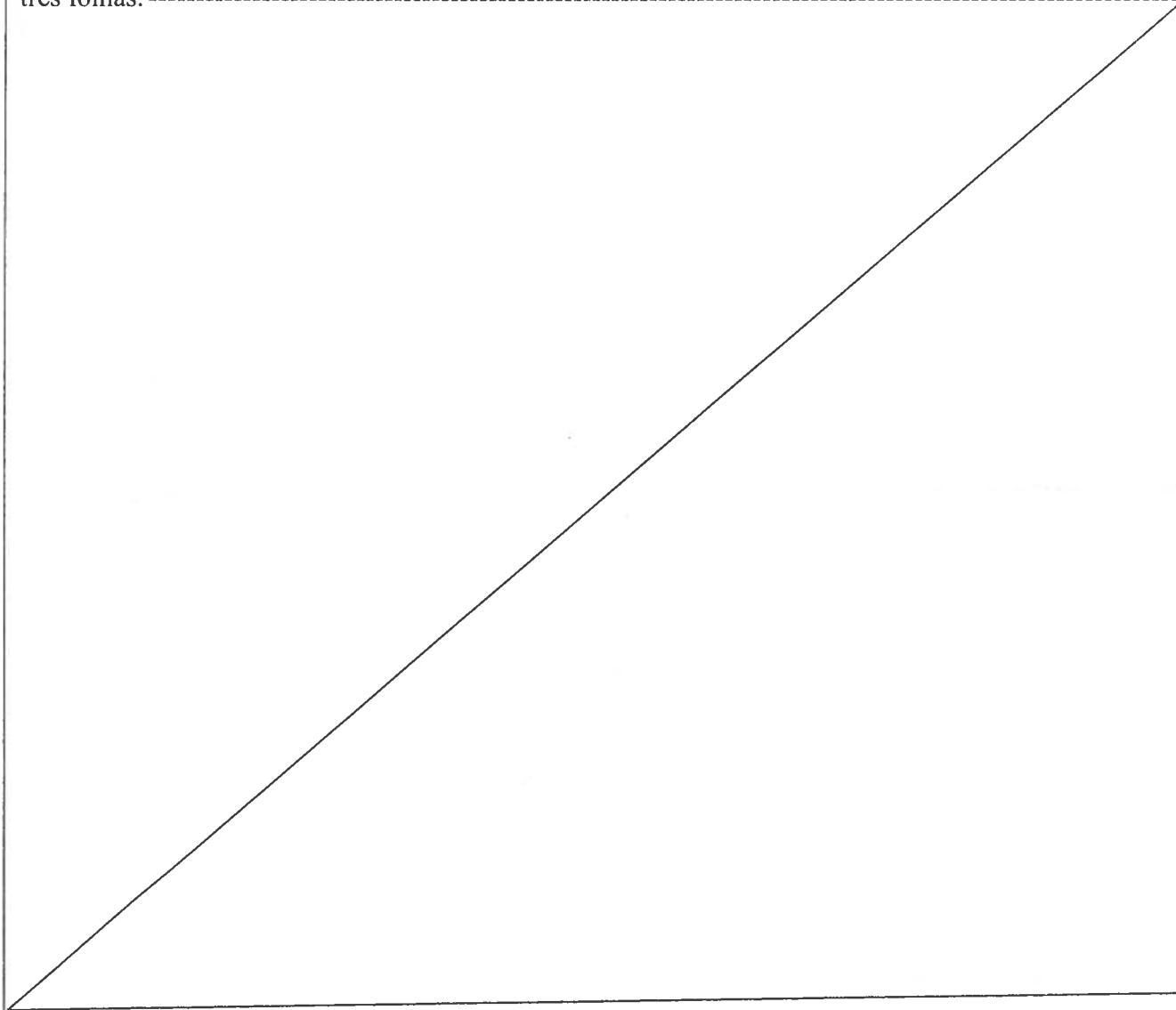
Acrescentou que, mandavam vir o filho de França, que lhe davam as chaves, mas que



tinha de dar um reforço de 50.000,00 € e ainda pagar uma renda de 500,00 €/mês, e as pessoas que precisavam de um empréstimo para compra, que já deviam ter feito um empréstimo há 2 anos. -----

Terminou perguntando, como é que as pessoas faziam? -----

Seguidamente interveio o senhor Carlos Alberto Dias Monteiro, residente na Rua do Carvalho, Refojos de Riba d'Ave, conforme documento que se anexa, constituindo as subsequentes três folhas. -----





INTERVENÇÃO

Este local é por excelência o lugar de debate de ideias, onde os cidadãos tem o direito de expor os assuntos democraticamente. Assim sendo o movimento cívico de Refojos de Riba de Ave, vem avivar as memórias dos representantes desta Assembleia, eleitos pelas forças políticas do PS, PSD/CDS, BE, CHEGA e CDU em representação da população deste concelho, estas forças políticas em campanha eleitoral comprometeram-se em ouvir as populações sobre a desagregação tendo sempre em conta a sua vontade.

Fomos acompanhando as diversas intervenções de esclarecimento e através da comunicação social fomos percebendo a sua posição, mas até hoje os únicos intervenientes nesta Assembleia foi o movimento cívico de Refojos de Riba de Ave, enquanto as forças políticas eleitas pelo povo, nunca usaram este fórum para confrontar o partido socialista sobre a sua posição.

Face à decisão do partido socialista na Assembleia da união de freguesias Carreira e Refojos de Riba de Ave, este movimento cívico vem clarificar a sua posição em relação às decisões tomadas sobre a desagregação pelo Partido Socialista de Santo Tirso. As quais nunca foram conhecidas mesmo que solicitadas em Assembleia Municipal ao Sr. Presidente da Câmara e Presidente Socialista, a 24/02/2022 e na reunião de Câmara de 31/03/2022, por este movimento.

Este movimento cívico, quer deixar bem vincado que a frontalidade o diálogo e a verdade são e continuarão a ser bandeira deste movimento. Que nunca escondeu qualquer outro objetivo a não ser a desagregação, apenas se predispôs lutar pela história que remonta a 1835. Esse foi e será o lema que nos tem movido e nos faz continuar a lutar para preservar a identidade e a história da freguesia de Refojos de Riba de Ave.



Mas queremos dizer-lhe, Sr. Presidente da Câmara Municipal, que o PS de Santo Tirso com a sua liderança conseguiu enterrar a freguesia de Refojos de Riba de Ave, freguesia essa, com a maior história deste concelho, como ainda conseguiu silenciar outras não lhes permitindo lutar pela sua independência ao usar a força da maioria que usufrui.

Tendo como prova de ter sido o único concelho do Distrito do Porto, que não respeitou a **Lei 39/2021 de 24 de junho**, aprovada pelo Partido Socialista na Assembleia da República. Como também não respeitou o ex líder do Partido Socialista de altura e Presidentes de junta em exercício que lutaram contra a agregação, bem como os 453 eleitores da freguesia de Refojos de Riba de Ave, que subscreveram a petição apresentada pelo movimento cívico em Assembleia solicitando a desagregação, tendo sido apoiada apenas pelos deputados da CDU.

Concluimos que há eleitos que se colocam ao serviço dos eleitores, outros que depois de eleitos colocam-se ao serviço dos políticos e assim, atingem os objetivos que lhes prometeram, servindo-os para se servir.

Pergunta-se onde está a liberdade de um eleito, quando usa o poder da maioria obtida para silenciar a vontade de um povo, que luta pela sua história, identidade e liberdade?

Será que aqueles que não ouvem a voz do povo, é que estão certos?

A visão que temos em relação ao atual Partido Socialista de Santo Tirso, é que com a sua maioria vai silenciando o eleitorado deste concelho. E quando não encontra argumentos para justificar tal decisão, usa a maioria em detrimento da razão. A esta imposição cega, o tempo encarregar-se-á de dar a devida resposta à sua falta de sensibilidade, inexperiência e défice democrático em não saber ouvir.



Como vem sendo hábito no dia 25 de Abril, na cerimónia de celebração do dia da liberdade no salão nobre da Câmara Municipal, é costume agraciар certas identidades e instituições do concelho. Este movimento cívico vem sugerir a esta Assembleia, que o atual presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso, seja agraciado com a medalha de mérito pelo feito alcançado, o qual deve ser extensivo aos presidentes de junta das agregações, pela sua eficiência e eficácia á distância dos eleitores.

Santo Tirso, 23 de Fevereiro de 2023

O Movimento Cívico de Refojos de Riba de Ave

Carlos Monteiro





Interveio a senhora Vera Lúcia Matos Machado, residente na Rua da Fonte, freguesia de Monte Córdova, conforme documento que se anexa, constituindo as subseqüentes três folhas. -----



Assembleia Municipal | 23 de fevereiro de 2023

Boa noite a todos!

Cumprimento desde já o Sr. Presidente da Assembleia e restante mesa; Sr. Presidente de Câmara e restante vereação; Srs. Deputados, Srs. Presidentes de Junta; Público e Comunicação Social aqui presente.

O meu nome é Vera Machado e fui uma dos proponentes da proposta “À Descoberta de Santo Tirso” candidata ao OPJ.

Em primeiro lugar, não posso desde já deixar de saudar e aplaudir esta iniciativa, bem como outras similares, que têm o claro objetivo de recolher as opiniões e os contributos da população jovem.

A nossa proposta de uma forma resumida, consistia no desenvolvimento de uma aplicação móvel que serviria como guia aos nossos trilhos pedestres, permitindo que todos os caminhantes conseguissem de uma forma gratuita, rápida, orientada e intuitiva fazer um trilho com a máxima segurança e comodidade. Eram ainda muitas mais funcionalidades que enriqueciam a app, mas que não teremos tempo de elencar pois o tempo de intervenção não chegaria.

Como sabemos, todos os projetos públicos regem-se por regras, e para garantirmos que as cumpríamos, verificamos detalhadamente todos os regulamentos, normas de participação, documentos públicos, orçamentos municipais, os GOP de 2021 e 2022, planos de atividades de todas as freguesias e as aplicações do Município. Desta análise, e como se veio mais tarde a confirmar, não existia nenhuma App com as mesmas funcionalidades nem nenhuma semelhante.

Sucedo que, a 4 de janeiro de 2023, fomos avisados via telefónica pela colaboradora, Célia, dos Serviços de Juventude e Voluntariado, e posteriormente por via email, que a nossa proposta tinha sido **indeferida**, *“ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 14º do Regulamento e por incumprimento do ponto 11.1 das Normas de Participação, nomeadamente do ponto 5 da Matriz de Análise.”*

Sendo que tal se devia a já estar a “Câmara Municipal a elaborar uma APP para dar resposta a necessidades encontradas e melhorias do serviço prestado pelo município ao nível dos espaços desportivos e modalidades desportivas, onde se incluem os percursos pedestres”, que já estaria a ser colocado no terreno *“um plano de divulgação e informação sobre os percursos pedestres (...) e que também já havia uma aplicação móvel do turismo”* que estava em fase de produção.

Solicitamos de imediato o agendamento de uma reunião com a Sr.ª Vereadora responsável do OPJ-Sara Moreira, com os responsáveis da comissão técnica de análise e Serviço de Juventude.

Além disso, durante tempo estipulado para o efeito, apresentarmos uma reclamação fundamentada com 10 páginas, onde referíamos que estranhávamos a imputação das normas referidas como causa do indeferimento, uma vez que, tínhamos confirmado toda a documentação e nada encontramos quanto à criação de uma App com estes contornos ou semelhante e que sabíamos da existência App “Santo Tirso Sincelo” destinada à gestão dos espaços desportivos mas que até à data da entrega da proposta, esta não continha quaisquer menções ou informações sobre os trilhos.

Se forem neste momento verificar, vêm que nesta App, existe agora informações sobre os trilhos, estranho é que a mesma tenha sido colocada a **01/12/22**, cerca de 3 semanas depois de termos entregue a nossa proposta, mais uma mera coincidência, como diz a Sr.ª Vereadora. Além disso, a pressa devia ser tanta, que as informações facultadas não passaram de uma cópia integral da que já estava disponível no Site Oficial do Município, com a agravante de os mapas nem sequer funcionavam.

Na reunião solicitada, a Sr.ª Vereadora admitiu ser uma proposta com qualidade, mas que não podia ser aceite, sem nunca conseguir contra-argumentar uma única afirmação nossa. Já a Dr.ª Mariana, uma das responsáveis da comissão técnica, admitiu que era **impossível** sabermos que o



município iria ter uma app neste sentido, pois essa **informação não era pública**, e que era política do município não querer investir em mais aplicações.

Respeitávamos a política do município, mas o regulamento é claro, pensamentos e ideias que não fossem oficiais e públicos, não têm qualquer validade. Questiono, Se não tornam as vossas ideias publicas como querem que saibamos?

Na mesma reunião pedimos ainda para vermos o projeto que diziam existir, pedido de imediato recusado com a premissa de que teríamos de confiar na palavra da Câmara.

No entanto, existe ainda um artigo no regulamento, que permite que qualquer proposta possa ser englobada por acordo com os proponentes, numa outra ou num projeto do município, algo que não tentaram fazer, e que questionamos o porque. De imediato, afirmaram que tínhamos razão e que não o tinham feito, propondo nesta altura que as nossas ideias fossem estudadas no sentido de serem englobadas na App que estava segundo a ser projetada, mas sem irmos a concurso. O que não aceitamos.

A 16/01, recebemos um email onde nos propunham ir à votação com as funcionalidades não previstas, no contrato entre CM e a empresa adjudicada, Wiremaze.

Acreditando no nosso projeto, entramos em contacto a empresa e com os Serviços de Juventude para obtermos o projeto para análise, e que mais uma vez, não foi cedido, bem como para tirarmos todas as dúvidas e obtermos os orçamentos necessários. Por parte da empresa tivemos sempre respostas pouco esclarecedoras, ficando muitas questões por responder, chegando até ao cúmulo de a própria empresa remeter as respostas para a Câmara Municipal, ou seja, era um jogo de ping-pong.

Questionada a empresa sobre a funcionalidade da App em modo offline a mesma respondeu que apenas funcionaria em modo online, sem mais. Ora, para quem conhece minimamente os nossos trilhos sabe que existem muitos locais sem acesso à internet e mesmo sem rede móvel. Agora pergunto, não deveria o Município lembrar-se de uma funcionalidade tão básica como esta?

A 25/01, informamos que obviamente não iríamos aceitar os termos da proposta, uma vez que não existia uma justificação plausível desde inicio para a nossa proposta ser indeferida.

Num concurso como este, não se faz nada sem certeza e sem transparência, transparência essa que nunca tiveram connosco, ocultando factos tão básicos como o simples envio ou disponibilização para consulta de um projeto que já estaria idealizado, cremos que não estávamos a pedir de mais quando queriam que apresentemos um aditamento a um projeto vosso. Mais, um simples e-mail enviado pela empresa com as supostas funcionalidades existentes não nos faculta veracidade suficiente para podermos apurar quando foi idealizado o projeto, quando foi executado, em que moldes, quais os objetivos ou mesmo como funcionará.

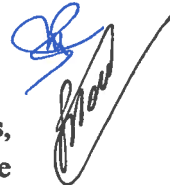
Frisamos que OPJ rege-se por regras que devem ser cumpridos escrupulosamente, não devendo as propostas serem indeferidas por gosto da comissão técnica, por se identificar mais ou menos com a proposta, muito menos pelo facto dos proponentes serem de outras cores políticas e terem ideias diferentes das que defendem o executivo. A isto chamamos censura.

Agradecemos publicamente ao Serviço de Juventude e Voluntariado, mais concretamente às colaboradoras Célia e Sali por serem diligentes e cordiais nas suas respetivas funções laborais.

Antes de terminar, parabeno ainda todos os proponentes finalistas, pois seja qual ou quais forem os vencedores enriquecerão o concelho.

Acabo assim com as seguintes questões ao Sr. Presidente ou à Sr.ª Vereadora da Juventude, caso seja autorizada a responder:

- 1- Os regulamentos do OPJ servem realmente para alguma coisa? Não os deveriam cumprir na integra?



2- Se já existe realmente um plano pensado para que na app do Turismo constem os trilhos, porque é que nos foi negado ver esse projeto? Não deveríamos ter direito a vê-lo uma vez que queriam incluir as nossa propostas no vosso projeto?

3- Pudemos verificar que a aquisição da app do turismo aludida por vocês remonta a Junho de 2019. Vai a caminho dos 4 anos. Há alguma data prevista para que essa aplicação esteja concluída?

Obrigado!



Vera Machado

Em representação dos proponentes do OPJ “À descoberta de Santo Tirso”



De seguida interveio o senhor Luís Miguel Ferreira Gomes Ribeiro, residente na Freguesia de Monte Córdova, tendo começado por fazer duas observações, a primeira era que as intervenções do público, em termos de tempo, fosse igual a tempo de intervenção dos deputados; a segunda observação era relativo às intervenções do Partido Socialista, nesta sessão da assembleia municipal, relativos aos temas da Educação e ao fecho da maternidade, disse que relativo à intervenção sobre o fecho da maternidade, não foi abordado o fecho da maternidade em Santo Tirso em 2006, que servia o concelho de Santo Tirso. -----

O senhor presidente da assembleia usou da palavra para esclarecer o senhor Luís Miguel Ferreira Gomes Ribeiro que a sua inscrição para intervir era sobre “problemas com desporto e mobilidade” e que até este momento ainda não tinha abordado estes assuntos. -----

De seguida retomou a palavra o senhor Luís Miguel Ferreira Gomes Ribeiro, tendo dito o seguinte: -----

“Na passada sessão ordinária da Assembleia Municipal, falei na diminuição drástica do número de equipas que disputavam os campeonatos da ACFast, questionei na altura o senhor presidente da câmara, se tinha conhecimento desta diminuição de equipas e se estavam identificados problemas, a qual a resposta que tive, foi que não se passava nada. -----

É que, ao contrário do que aconteceu com a criação da AFAST, onde todos vimos uma subida do nível de qualidade dos campeonatos, parece-nos que com ACFast foi tudo ao contrário. ACFast foi criada em setembro 2019, ora, já era presidente da câmara, o Dr. Alberto Costa. -----

Neste momento, existem 3 competições, em 2018, nos campeonatos concelhios, antes haver ACFast, havia 6; existem neste momento, 22 equipas em competição, sendo uma até fora do concelho, em 2018 eram 38 equipas; existem 11 associações/clubes, em 2018 eram 15 associações/clubes; desapareceu o futsal feminino; a promessa do futsal de treinos, ficou na gaveta; desde 2018 deixou de haver transportes para os jogos de sábado, já para não falar da confusão que foi, no ano passado, o pagamento aos árbitros da competição. -----



Gostaria de saber senhor presidente ou a senhora vereadora do desporto, se esses problemas estão identificados? -----

É do conhecimento geral que os tempos pandémicos, tiraram vários jovens do desporto, mas já está mais que reestabelecido e em muitos casos até aumentaram o número de atletas. -----

Existe realmente alguma política do município de apoio ao desporto jovem para esta associação?-----

Como todos sabemos, ou devíamos saber, desde meados de 2020 que não chega o Alfa Pendular a Santo Tirso. O Alfa Pendular começou em Santo Tirso e muito bem, que foi anunciado com pompa e circunstância, onde vimos até o ex-presidente Dr. Joaquim Couto, que acompanhou a viagem inaugural, disse na altura que Santo Tirso passava a ter uma ligação a Lisboa, mais rápida e direta, beneficiando o tecido empresarial do concelho nas suas deslocações em negócios, esta supressão dos serviços da CP significou o fim da única ligação rápida a Lisboa.-----

Quem usava este comboio para deslocações à capital ficou sem alternativa.-----

Existem estudantes que saem a meio da tarde de domingo ou perdem as aulas todas de segunda-feira, pois a alternativa para conseguirem chegar às aulas de manhã, não existe, já existiu, a pergunta que faço é, se já existiu alguma diligência do município quer individual ou em conjunto com os outros municípios afetados Guimarães, Vizela, Trofa, que foram afetados no sentido de pressionarem a CP ou Governo? Se o município não pressionar o Alfa não vai voltar.-----

É que a velha questão, que não tem afluência, não pega. -----

No ano anterior à retirada do Alfa, 2019, passou a haver uma paragem adicional em Vizela, isto demonstra a necessidade do serviço, ao contrário do que dizem. -----

Em 2018, já tinha havido problemas com o serviço de Alfa, com a CP a interromper as marchas dos comboios no Porto, fazendo os passageiros que rumavam a Guimarães ou a Santo Tirso, trocar para o Intercidades, na altura foram os protestos dos passageiros, incluindo os Juizes do Tribunal do Trabalho que à quarta-feira usavam Alfa, que levaram a CP a voltar atrás.-----



Sem protesto, sem comunicação, não acontece nada”.-----

Seguidamente usou da palavra o senhor Henrique Pinheiro Machado, residente na Freguesia de Negrelos (S. Tomé), tendo dito o seguinte: -----

“Queria fazer uma pergunta ao senhor presidente da câmara, sobre um assunto que entendo no mínimo, inadequado em relação à data em que se concretizou. -----

No passado dia 21, dia de Carnaval, foi concedida tolerância de ponto com o equivalente para todo o país, a um feriado, em que as pessoas não trabalharam. -----

Senhor presidente da câmara, era adequado que nesse dia, os fiscais da empresa concessionária do estacionamento, na cidade Santo Tirso, aplicassem multas às pessoas que estacionaram, sem pagarem a respetiva taxa, se era adequado ou não o senhor responderá, mas esta situação aconteceu com uma pessoa que, por acaso é vice-presidente de uma câmara do centro do país e que veio visitar a sogra. Como na câmara dele houve também tolerância, no concelho, tolerância de ponto concedida pelo Governo e não foram cobradas as taxas de estacionamento na sede do concelho, estacionou normalmente à porta de uma pessoa de família, que veio visitar e depois no fim quando ia embora, a meio da tarde, tinha um presente, era uma multa da empresa ESSE, seria adequado nesse dia aplicar multas às pessoas?”-----

De seguida interveio, o senhor presidente da câmara municipal para responder a algumas questões colocadas nas intervenções anteriores, tendo dito o seguinte: -----

“Em relação ao Senhor José Barreira, que já é conhecido da Câmara Municipal, não fez aqui nenhuma questão, eram questões ligadas com a Assembleia Municipal e com questões ligadas com a proteção de dados, emails que tende a não perceber, mas não sou que tem de explicar. -----

Em relação ao Senhor António Rocha, percebo a irritação, percebo o estado de espírito, apenas queria chamar-lhe a atenção para ter algum cuidado e alguma contenção, naquilo que diz, porque as pessoas são responsáveis por aquilo que dizem e porventura, não deve estar bem encostado, para saber aquilo que pode dizer. E dizer até mais, percebi que é imigrante, não sei em



Assembleia Municipal de Santo Tirso

que país está, mas cá em Portugal explico como é que as coisas funcionam, cá existem tribunais e, as divergências que existem de foro particular, entre particulares, são dirimidos em tribunais, não pode haver maior democracia, maior justiça, que não seja desta forma. O que não se pode fazer é instrumentalizado, porventura, por mau encosto, querer colocar a questão na câmara ou no próprio presidente de câmara, e isso naturalmente que nunca irá acontecer. -----

Quanto à questão dos empréstimos que aqui falou, pois, terá de falar com as entidades bancárias, não sou eu, nem tenho de ser, de facto, pessoa indicada nesse sentido. -----

A única coisa que quero dizer, enquanto presidente de câmara, disse-o no início quando foi colocada a questão aqui, pelos senhores deputados, foi que a câmara está a fazer aquilo que legalmente lhe é cometido, ou seja, aquilo que disse há pouco, feito o licenciamento, parece que até percebi, que se calhar desconhecia que havia licenciamento da obra, uma licença de obra que está aprovada, aquilo não está feito porque alguém se lembrou de fazer, há uma licença que está aprovada, porventura não sabe, mas explico é essa parte que nos dizia respeito e aprovamos.-----

Houve agora uma denúncia, como disse, a denúncia motivou uma vistoria, da vistoria motivou um auto de contraordenação, que está a ser desenrolado. As questões entre privados, entre o dono do prédio ou pseudo dono do prédio e a questão do empreiteiro, essas questões têm de ser dirimidas em tribunal e pelas próprias pessoas que compraram e, a câmara não tem nem pode nem deve meter-se nesse assunto e, portanto, continuarei a fazer aquilo que está nas minhas competências legais, que é aquilo que estou a fazer. -----

Quanto à intervenção do senhor Carlos Monteiro, em relação à desagregação, devo-lhe dizer que estou aqui na qualidade de presidente de câmara, já expliquei isto na reunião de câmara e numa reunião da Assembleia Municipal, porventura, não ouviu, vou repetir, estou cá na qualidade de presidente da câmara não estou na qualidade de presidente de qualquer partido que, por acaso, até sou. Na altura até lhe disse, porventura, se calhar enganou-se na porta, deveria ter ido bater a uma porta, curiosamente, porta essa que, durante muitos anos, sabiam onde é que era e onde andava,



passava, conforme claro, os interesses pessoais e as vontades, convínhamos e depois chateiam-se vão para outro lado, “mas isso são outros 500”, mas conhecia também a porta e, conheceu a porta do PSD, que até curiosamente mudou de porta, sabe-se lá porquê, também nunca ninguém perguntou. --

Estou a falar do PSD, mas não é do PSD que votou favoravelmente o ponto 10 da ordem do dia da reunião da câmara de hoje, estou a falar do PSD que hoje, aqui, se absteve nessa proposta, não o que votou favoravelmente, porque há 2 PSD, para lhe dizer, que soube onde era a porta, até a conhecia bem, era só ir lá ter. -----

Depois, quando diz que não respeitamos a lei, bem, eu devo dizer-lhe uma coisa, aqui nesta assembleia, discute-se aquilo que, legalmente é cá trazido e foram cumpridos todos os preceitos legais, se porventura, acha que foi ferida a lei, em qualquer circunstância, pois fará o favor de dizer onde e como e, uma vez que me parece que não é imigrante, pelo menos ao que sei, tal como há pouco falava aqui do senhor António Rocha, porventura tem maior conhecimento de como é que funcionam as coisas cá neste país, talvez por via de um tribunal resolveria o assunto se assim o entender, se entende que as leis não foram claramente cumpridas. -----

Quanto às questões, que percebi, de défice democrático..., quando quiser debater comigo sintam-se completamente à vontade, sei que não reconhece, anteriormente reconhecia, agora não reconhece o que é que são votações, o que é que são maiorias e o tempo vai-se encarregar, pois, já ouvi essa conversa antes de 2021 e, de facto, é verdade, o tempo encarregou-se mesmo de ditar a verdade e dizer o que é que o povo queria. Estarei, não nesta qualidade mas também nesta qualidade sempre disponível para sempre que entender, discutir aquilo que muito bem entender. -----

Quanto à intervenção da senhora Vera Lúcia Machado assim como do Luís Miguel Ribeiro, percebo o tom de voz de irritação, não fomos nós que os tirámos desta assembleia, a negociação não foi comigo, e percebo porque é que agora querem falar no período do público. -----

Não tenho problema nenhum de debater, mas percebemos, naquilo que foi veiculado na comunicação social que até parecia ter havido alguma perseguição política, é curioso, porque não



sabia de quem se tratava a reclamação, a reclamação foi tida, cumprindo os regulamentos, foi tida como uma regulação qualquer, sem saber quem era, inclusive depois de ver na comunicação social, questioneei a própria vereadora, “mas sabe-se quem é? É de algum partido?” e lá conseguimos perceber que estava ligado a um partido, portanto, não falaram aqui mas, obviamente que nem sabíamos de quem estávamos a falar porque, infelizmente, como não tem assento nesta assembleia, não consigo perceber que eram de um partido e portanto, percebo a irritação e a questão, mas cumpre-se com os regulamentos e vamos fazendo aquilo que devemos fazer. -----

Quanto às questões do desporto, da ACFAST, da política, claro que os problemas estão identificados, claro que estamos a trabalhar nesses mesmos problemas, claro que a sociedade e a nossa própria população vai evoluindo, claro que os gostos, as ideias e aquilo que é a diversidade do próprio desporto vai divergindo, podia dizer também que aumentou substancialmente o número de atletas de ténis no nosso concelho, talvez os jovens vão tendo uma diversidade de cada vez maior de desportos que são apoiados pela Câmara Municipal, felizmente e não o disse, mas aproveito para dizer, o que leva, talvez a este deambular de jovens de umas modalidades para outras, para além de outros problemas e esses sim que estão identificados e que estão a ser trabalhados. -----

Quanto à questão do Alfa Pendular, estamos a fazer diligências no sentido de tentar resolver um problema, um problema mais abrangente e mais lato do que os transportes, que é algo que estamos a combater, não só ao nível ferroviário, mas também ao nível rodoviário, através dos concursos, quer da Área Metropolitana, quer da MOBIAVE, mas que no final de contas, tal como neste município como noutros, depende sempre da população e da utilização da própria população, porque deixando ter utilização, as pessoas não usando, as coisas deixam de funcionar, mas, naturalmente, temos que ir combatendo estas matérias. -----

Relativamente à questão colocada pelo senhor Henrique Pinheiro Machado, se achava que eu pessoalmente acho adequado que se multe? Não, acho que era um dia especial e que porventura, deveria ter-se alguma condescendência nesse sentido, também chamamos a atenção da



própria ESSE.-----

Não sei de onde é que era este senhor vice-presidente, mas deve ser um vice-presidente especial, porque no município dele uma tolerância de ponto é feriado, o que não é verdade isso legalmente, não é verdade, porventura, vive num no município especial, não sei quem é. -----

Mas dizer-lhe que claramente, eles não deixam de ter razão, embora ache que deveria haver alguma condescendência nesse dia, concordo com o senhor Henrique Pinheiro Machado, não tenho problema nenhum em dizê-lo aqui abertamente, mas o que é certo é que, não é um feriado e assiste-lhes essa razão e, naturalmente também com toda a humildade democrática, dizer-lhe que obviamente, no diálogo que estabelecemos com a ESSE chamamos a atenção, também nós achamos que nesse dia porventura, devia de haver um bocadinho mais de condescendência, embora a razão lhes assista obviamente, porque não é um feriado, mas haver alguma condescendência.” -----



Assembleia Municipal de Santo Tirso

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO.-----

A sessão ordinária do mês de fevereiro foi encerrada eram vinte e três horas e trinta minutos.-----

E para constar se lavrou a presente a ata que tem cento e dezasseis folhas, apenas utilizadas no anverso e três documentos anexos (anexo I, relativo ao item quatro; anexo II, relativo ao item cinco; e anexo III, relativo ao item doze), que eu *Monica Machado*

Beiro *Angélica*
funcionária designada para secretariar a reunião subscrevo e vai ser assinada por quem presidiu.

Fernando Joaquim Mathias

Todas as deliberações constantes desta ata foram tomadas por votação nominal, com exceção da votação referida no ponto oito, que foi feita por escrutínio secreto.-----